UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA
GUILHERME SILVA ARAÚJO

PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA E O TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: LIMITES E ALCANCES

UBERLÂNDIA
2009

GUILHERME SILVA ARAÚJO

PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA E O TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: LIMITES E ALCANCES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de Concentração: Trabalho Infanto-Juvenil

Orientadora: Profª Drª Rosana Aparecida Ribeiro

Uberlândia
2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A663p Araújo, Guilherme Silva, 1981-
Programa Bolsa-Família e o trabalho de crianças e adolescentes : limites e alcances / Guilherme Silva Araújo. - 2009.
162 f : il.

Orientador: Rosana Aparecida Ribeiro.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia.
Inclui bibliografia.

1. Menores - Emprego – Brasil - Teses. 2. Programa Bolsa Família (Brasil) - Teses. 3. Educação e Estado - Teses. I. Ribeiro, Rosana Aparecida. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU: 331.5-053.2/.6(81)

Elaborado pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

Guilherme Silva Araújo

Título: Programa Bolsa Família e o Trabalho de Crianças e Adolescentes: Limites e Alcances

Dissertação de Mestrado aprovada em 31/08/2009.

Banca Examinadora:

Rosana Aparecida Ribeiro

Profª. Drª. Rosana Aparecida Ribeiro (IE - UFU)
Orientadora

Profª. Drª. Maria Cristina Cacciamali (USP-SP)
Membro

Prof. Dr. Henrique Dantas Neder (IE - UFU)
Membro

Prof. Dr. Antonio César Ortega
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia – IE - UFU

Universidade Federal de Uberlândia

Instituto de Economia

Programa de Pós-Graduação em Economia

Uberlândia - MG

Às crianças e adolescentes que abreviam suas capacidades e cerceiam seus destinos em atividades de trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos últimos anos, instituições e pessoas contribuíram de modo decisivo para que este trabalho florescesse. Faço uso deste espaço a fim de externar meus agradecimentos.

Assim sendo, agradeço primeiramente à minha família pelo apoio irrestrito nesta jornada. Em especial, faço menção à minha mãe, Carmen Lúcia, meus irmãos, Leandro, Janaína e Marcus Vinícius, aos tios e tias, principalmente meus tios Luís e Iraci, e aos meus primos e primas. Amo vocês.

Agradeço também aos amigos que fiz enquanto cursei a graduação e o mestrado na UFU. Não citarei nomes, pois corro o risco de me alongar além do necessário, mas deixo aqui neste espaço meu muito obrigado pela contribuição que deram.

Quero agradecer também o apoio de amigos especiais e que muito contribuíram para a feitura deste trabalho. A presença destes foi essencial, principalmente através das discussões que promovemos e através do interesse que demonstraram. Agradeço aos amigos Henrique Barros, Leonardo Camargo, Áureo Leandro, Almir Batista, Fernanda Calasans, Ana Márcia Rodrigues, Loyd Dias e Júnior César. Meu muito obrigado.

Em especial, deixo meus agradecimentos à minha companheira, Íris Fernanda, pela paciência, pela compreensão e pelo amor a mim dedicado e que, muitas vezes, parece não ser correspondido. Amo você.

Quero registrar meus agradecimentos à professora Rosana Aparecida Ribeiro, não apenas pelo empenho de sua capacidade acadêmica, sua disciplina e seu rigor para que esta dissertação vingasse, mas pela confiança depositada em mim ao longo destes oito últimos anos. São de sua responsabilidade os potenciais acertos que possam estar presentes neste trabalho. Muito obrigado.

Dedico ao professor Henrique Dantas Neder um agradecimento especial. Graças à sua presteza, a sua capacidade, a sua habitual gentileza e a sua ajuda que pude atravessar os momentos mais difíceis para a consecução do trabalho. Meus agradecimentos.

Agradeço, ainda, os ensinamentos difundidos pelos demais professores e o companheirismo demonstrado pelos funcionários do Instituto de Economia da UFU. Meus especiais agradecimentos.

Por fim, quero agradecer às instituições competentes, principalmente a CAPES, por terem viabilizado meus estudos desde a graduação.

RESUMO

ARAÚJO, Guilherme Silva. **Programa Bolsa-Família e o Trabalho de Crianças e Adolescentes:** Limites e Alcances**.** 2009. 162 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

O objetivo desta dissertação é investigar se o Programa Bolsa-Família contribuiu para reduzir a incidência de trabalho entre as crianças de 5 a 12 anos e entre os adolescentes de 13 a 15 anos de idade. O Programa Bolsa-Família é uma iniciativa do governo federal e que consiste na concessão de benefícios monetários às famílias pobres que possuam filhos em idade escolar e que, em contrapartida, mantenham seus filhos matriculados na escola. O programa pode contribuir indiretamente para reduzir o trabalho de crianças e adolescentes porque a soma em dinheiro concedida às famílias participantes pode auxiliar na subsistência de seus membros sem a necessidade de que seus filhos trabalhem para tanto. A fim de alcançar o objetivo proposto, utilizamos o *Pareamento pelo Escore de Propensão*, método que permite o uso das informações relativas às famílias não participantes do Programa Bolsa-Família como resultado contrafactual para as famílias participantes sem os efeitos provocados pelo viés de seleção. Tal procedimento se faz necessário porque não possuímos qualquer informação sobre as famílias participantes antes do ingresso ao programa e porque a participação no Programa Bolsa-Família não é aleatória. Os resultados indicam que a proporção de crianças e adolescentes que apenas trabalham na família e a proporção de crianças e adolescentes inativos diminuem, enquanto a proporção de crianças e adolescentes que apenas estudam na família se eleva em resposta ao programa tanto para as famílias cuja renda per capita líquida das transferências não passa de R$100,00 e para as famílias com renda per capita de até R$300,00. Apenas para o último grupo de famílias, a proporção de crianças e adolescentes que trabalham e estudam na família se altera de modo significativo, crescendo em resposta ao programa. Estes resultados apontam os limites e alcances do Programa Bolsa-Família. Por um lado, a concessão de benefícios eleva a presença das crianças e adolescentes na escola e reduz sua ociosidade, resultado este que indica a capacidade de o programa em transformar a realidade das famílias envolvidas. Por outro lado, o fato de a proporção de crianças e adolescentes que estudam e trabalham na família não se alterar de modo significativo para as famílias menos abastadas e, até mesmo, se elevar em resposta ao programa, caso das famílias com renda per capita de até R$300,00, evidencia os limites do Programa Bolsa-Família porque o trabalho conjugado à escola pode vir a prejudicar o desempenho escolar das crianças e adolescentes, além de reduzir o tempo disponível para que elas desempenhem outras atividades relacionadas aos estágios da infância e da adolescência e que também contribuem para seu desenvolvimento. Estas limitações podem ser atenuadas caso o programa estabeleça ações articuladas com outras iniciativas capazes de atacar a outros importantes determinantes para o trabalho infanto-juvenil, bem como elevar a disposição de recursos econômicos, sociais e culturais e que favoreçam o desenvolvimento nas famílias de um sentido de preservação para com as crianças e adolescentes, crucial para erradicar o trabalho infanto-juvenil.

Palavras-chave: Trabalho infanto-juvenil. Freqüência escolar. Programa Bolsa-Família. Recursos familiares. Sentido de preservação.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to investigate if the Bolsa-Família Program has contributed to make lower the incidence of labor between child with 5 to 12 years old and young persons with 13 to 15 years old. The Bolsa-Família Program is an initiative of federal government who consist in cease cash benefits to poor families who, in exchange, have to keep your children with school attend. The program can indirectly contributes to reduce child and young labor because the amount of cash ceases to families who participates can help in the subsistence of families membership without the necessity of work of your children. To attend the proposal objective, we use the Propensity Score Matching method, which permits the use of information about non participants' families like a counterfactual result without the incidence of selection bias. These procedure is necessary because we don't have any information about participants' families before your joint to program and because the participation in the Bolsa-Família Program is not random. The results suggests that the proportion of child and adolescents who only work in the family and the proportion of inactive child and young people diminish, while the proportion of child and adolescents who only study rises in the presence of the program to families with per capita yields minus transfers lower than R$100,00 and to families with per capita yields lower than R$300,00. Only for the latter group of families the proportion of child and adolescents who work and study rises in significantly amount in response of the program. These results appoint the benefits and boundaries of the program. On the one hand, the cease of cash benefits raises the child and young school enrollment and reduces your idleness, result who indicates about the capacities of the program in change the reality of the assisted families. On the other hand, the fact about the proportion of child and adolescents who work and study in the same time don't differ about poor families or, even, raises with response of the program, families with per capita earns about R$300,00 case, make clear the boundaries of the Bolsa-Família Program because the work done simultaneously school enrollment damages your scholar performance and reduces the ready time to the exercise of other activities related to the childhood and adolescence who also contributes to your development. These boundaries can be lessen if the program establish articulated actions with other initiatives who fit other determinants to the child and young labor, as well as raises the disposal of economic, social and cultural resources and benefit the development of an preservation sense about children and adolescents in the families, crucial to eradicate the work of child and young people.

Keywords: Child and young work. School enrollment. Bolsa-Família Program. Familiar resources. Preservation sense.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	-	Crianças e adolescentes ocupados (em %)	79
TABELA 2	-	Crianças e adolescentes ocupados por situação censitária (em %)	79
TABELA 3	-	Crianças ocupadas por região (em %)	80
TABELA 4	-	Adolescentes ocupados por região (em %)	80
TABELA 5	-	Proporção das crianças trabalhadoras e que se encontram abaixo da linha de pobreza (em %)	81
TABELA 6	-	Proporção de adolescentes trabalhadores e que se encontram abaixo da linha de pobreza (em %)	82
TABELA 7	-	Crianças e adolescentes ocupados por gênero (em %)	82
TABELA 8	-	Proporção de crianças e alocação do tempo (em %)	83
TABELA 9	-	Proporção de adolescentes e alocação do tempo (em %)	84
TABELA 10	-	Média das idades dos inativos (em anos)	84
TABELA 11	-	Características de gênero dos inativos (em %)	85
TABELA 12	-	Escolaridade média do chefe de família e a alocação do tempo das crianças (em anos)	86
TABELA 13	-	Escolaridade média do chefe de família e a alocação do tempo dos adolescentes (em anos)	87
TABELA 14	-	Distribuição das pessoas de 5 a 9 anos de idade segundo posição na ocupação (em %)	87
TABELA 15	-	Distribuição das pessoas de 10 a 15 anos de idade segundo posição na ocupação (em %)	88
TABELA 16	-	Distribuição das pessoas de 16 a 18 anos de idade segundo posição na ocupação (em %)	89
TABELA 17	-	Rendimento real por hora de crianças, adolescentes e adultos informais (em R$ de 1995)	90
TABELA 18	-	Formas de disposição do tempo dos adolescentes segundo sua condição de pobreza (em %)	92
TABELA 19	-	Formas de disposição do tempo das crianças segundo sua condição de pobreza (em %)	93

TABELA 20 - Efeito marginal para as possíveis combinações entre estudo e trabalho, segundo área de situação censitária e grandes regiões (em %) 114
TABELA 21 - *Trade-offs* entre os algoritmos de pareamento em termos de viés e eficiência 122
TABELA 22 - Estatísticas descritivas para as variáveis vinculadas ao capital econômico, ao capital social, ao capital cultural e às condições de acesso a serviços básicos de saneamento 130
TABELA 23 - Estimadores do modelo logit para o grupo de famílias cuja renda per capita líquida é inferior a R$100,00 135
TABELA 24 - Estimadores do modelo logit para o grupo de famílias cuja renda per capita líquida é inferior a R$300,00 136
TABELA 25 - Estatística descritiva para a comparação das variáveis antes e depois do pareamento – yfamlqpc ≤ R$100,00 139
TABELA 26 - Estatística descritiva para a comparação das variáveis antes e depois do pareamento – yfamlqpc ≤ R$300,00 141
TABELA 27 - Estimador para o efeito médio do tratamento sobre o tratado (ATT) – yfamlqpc ≤ R$100,00 145
TABELA 28 - Estimador para o efeito médio do tratamento sobre o tratado (ATT) – yfamlqpc ≤ R$300,00 147
TABELA 29 - Análise de sensibilidade para as variáveis de resultado – yfamlqpc ≤ R$100,00 150
TABELA 30 - Análise de sensibilidade para as variáveis de resultado – yfamlqpc ≤ R$300,00 151
TABELA 31 - Estimador para o efeito médio do tratamento sobre o tratado (ATT) - yfamlqpc ≤ R$100,00 161
TABELA 32 - Estimador para o efeito médio do tratamento sobre o tratado (ATT) - yfamlqpc ≤ R$300,00 162

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Variáveis que representam o capital cultural, o capital econômico, o capital social, o acesso a serviços básicos de saneamento e as variáveis de localização 128

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Principais algoritmos de pareamento 120

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **14**

CAPÍTULO 1: DETERMINANTES DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL A PARTIR DE UMA CONCEPÇÃO MULTIDIMENSIONAL DA POBREZA **18**

1.1 "Pobrezas" e trabalho infanto-juvenil 20
1.1.1 O florescer de um "sentimento de infância" 20
1.1.2 Pobreza absoluta e o trabalho infanto-juvenil 27
1.1.3 Trabalho infanto-juvenil e duas abordagens multidimensionais da pobreza 32

1.2 Determinantes do trabalho de crianças e adolescentes 40
1.2.1 Especificidades que separam crianças e adolescentes 40
1.2.2 Condicionantes da oferta de trabalho infanto-juvenil 43
1.2.3 Condicionantes da demanda por trabalho infanto-juvenil 52

CAPÍTULO 2: TRABALHO INFANTIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE NO PERÍODO RECENTE **55**

2.1 Escola, trabalho e a condição da infância e adolescência no Brasil 56
2.1.1 Marco legal 56
2.1.2 Transformações estruturais e acesso à escola no Brasil 62

2.2 As experiências de combate ao trabalho infanto-juvenil após a década de 1990 e a difusão do sentimento de infância 65
2.2.1 As experiências internacionais 66
a. A experiência mexicana: Oportunidades/Progresa 66
b. O Programa Puente: Chile Solidário 67
2.2.2 Iniciativas nacionais de combate ao trabalho infanto-juvenil 68
a. O Programa Bolsa-Escola 68
b. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) 70
c. O Programa Federal Bolsa-Família 71
2.2.3 Críticas aos programas de transferência condicionada de renda 72

2.3 Panorama do trabalho infanto-juvenil no Brasil 74
2.3.1 Metodologia 75
2.3.2 Resultados 78

CAPÍTULO 3: IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE O TRABALHO INFANTO-JUVENIL **95**

3.1 Estudos recentes sobre o trabalho infanto-juvenil no Brasil 96
3.1.1 Uma avaliação ex-ante dos impactos de programas de transferência de renda sobre o trabalho infanto-juvenil no Brasil 97
3.1.2 Um estudo não simulado dos impactos dos programas de bolsa-escola sobre o trabalho infanto-juvenil no Brasil a partir do pareamento pelo escore de propensão 103

3.1.3 Efeitos dos programas de bolsa-escola sobre a probabilidade de crianças e adolescentes trabalharem 106
3.1.4 Uma análise sobre os efeitos de um conjunto de variáveis, inclusive a participação no programa bolsa-família, sobre a incidência de trabalho e de freqüência à escola entre as crianças 109

3.2 O método do pareamento pelo escore de propensão 115
3.2.1 Aspectos teóricos 115
3.2.2 Algoritmos de pareamento 119

3.3 Estratégia empírica e interpretação dos resultados 124
3.3.1 Fonte de dados 124
3.3.2 Estratégia empírica 126
3.3.3 Variáveis 127

3.4 Interpretação dos resultados 133
3.4.1 Cálculo dos escores de propensão 133
3.4.2 Análise da qualidade dos pareamentos 137
3.4.3 Os efeitos do programa bolsa-família sobre as variáveis de resultado 144
a. Os efeitos do programa sobre o grupo de famílias cuja renda per capita é inferior a R$100,00 145
b. Os efeitos do programa sobre o grupo de famílias cuja renda per capita é inferior a R$300,00 147
3.4.4 Análise dos efeitos de variáveis não observáveis sobre o ATT 149

CONSIDERAÇÕES FINAIS 154

REFERÊNCIAS 158

APÊNDICES 161

INTRODUÇÃO

Diversos estudos (empíricos ou não) dão conta que o exercício do trabalho infanto-juvenil é, hoje, o principal fator que impede as crianças e adolescentes de exercerem atividades relacionadas à sua faixa de idade e de desenvolverem suas capacidades psicomotoras, de socialização e de aprendizado, com efeitos que determinam o sucesso de suas trajetórias quando adultos. No mundo, 317,4 milhões de crianças e adolescentes com idades entre cinco e catorze anos (20,3% do total de crianças e adolescentes) exercem algum tipo de trabalho (ILO, 2006), enquanto no Brasil 5,9 milhões de crianças e adolescentes (12,8% do total) exerceram algum tipo de atividade em 2007 (PNAD/IBGE).

Com o objetivo de oferecer a estas crianças e adolescentes a oportunidade de realizarem atividades que coadunam com sua faixa de idade, diversos países desenvolveram iniciativas de combate ao trabalho infanto-juvenil. Destaca-se, dentre estas iniciativas, (i) a disposição das nações em adaptar suas legislações trabalhistas a fim de que estas se aproximem das normas estabelecidas pela Convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho, de seis de junho de 1973 e que dispõe sobre a idade mínima para admissão a emprego, e pela Convenção nº 182, de 1º de junho de 1999 e que trata das iniciativas imediatas para a eliminação das piores formas de trabalho infantil; e a emergência de um conjunto importante de políticas de combate ao trabalho infanto-juvenil e de fomento à matrícula nas escolas, tais como o programa mexicano *Oportunidades*/*Progresa* e o programa *Chile Solidario*.

No Brasil, é importante ressaltar que os direitos da infância e da adolescência à educação e ao resguardo das atividades danosas ao seu desenvolvimento se tornaram uma obrigação do Estado após a promulgação da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, apesar de coexistirem com legislações que favorecem o trabalho de crianças e adolescentes (caso da lei nº 10.097, promulgada em 2000 e denominada lei do aprendiz). Além destas peças legais, destacam-se as diversas iniciativas de combate ao trabalho infanto-juvenil, tais como os programas de bolsa escola engendrados pelos municípios e pelo governo federal e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Dentre as diversas causas para o exercício de trabalho por parte das crianças e adolescentes, as iniciativas de combate ao trabalho infanto-juvenil desenvolvidas no Brasil desde a década de 1990 dão especial atenção à influência que a renda exerce sobre o trabalho de crianças e adolescentes. Em 2003, o Governo Federal unificou diversos programas (Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás, Fome Zero, Bolsa-Escola federal etc.) e criou, assim, o Programa

Bolsa-Família (PBF). Este programa tem, por característica principal, conceder benefícios a famílias de baixa renda que, em contrapartida, devem manter seus filhos matriculados na escola. Como a base deste programa é a concessão de benefícios monetários às famílias, o PBF age sobre o fator renda, podendo, indiretamente reduzir a incidência de trabalho por parte das crianças e adolescentes.

O objetivo primordial desta dissertação é investigar se o PBF contribuiu para reduzir a incidência de trabalho entre as crianças de 5 a 12 anos e entre os adolescentes de 13 a 15 anos de idade. Nosso pressuposto é que o programa contribuiria para reduzir a incidência de trabalho infanto-juvenil na medida em que eleva a renda familiar. A metodologia utilizada no intuito de atingirmos nosso objetivo é o Pareamento pelo Escore de Propensão (PEP), que permite identificar a incidência de trabalho infanto-juvenil tanto no seio das famílias participantes do PBF quanto no das famílias não participantes com elevada probabilidade em participar do programa graças as suas características socioeconômicas. A seleção das famílias beneficiadas não é aleatória em virtude das exigências que devem ser cumpridas pelas famílias que pleiteiam a participação no programa, além do que não possuímos qualquer informação sobre as famílias participantes antes do ingresso no programa. Posto isto, a tentativa de estudar os impactos do PBF necessita eliminar qualquer viés presente. A metodologia adotada nesta dissertação permite que se utilizem os resultados observados para as famílias não participantes como um resultado contrafactual, sem incorrer em distorções provocadas pelo viés de seleção.

Com o intuito de levar a cabo este estudo, utilizamos, como fonte de dados, a PNAD/2006, levantamento que contém informações relativas à participação em programas sociais do governo. Embora a PNAD/2004 também possua as mesmas informações, optamos pelo levantamento realizado em 2006 porque, neste ano, a fusão dos diferentes programas em torno do PBF já está consolidada e porque os dados colhidos em 2006 estão mais distantes da etapa inicial de implementação, o que permite evitar confusões relacionadas aos estágios iniciais da constituição do programa.

Definida a fonte de dados, aplicamos o PEP a fim de mensurar o impacto do PBF sobre a proporção de crianças e adolescentes que apenas estudam, sobre a proporção de crianças e adolescentes que estudam e trabalham, sobre a proporção das crianças e adolescentes que apenas trabalham e sobre a proporção de crianças e adolescentes que nem estudam e nem trabalham (inativas) na família. Os resultados apontam para um crescimento de 7,3% na proporção das que apenas estudam e para uma redução de 48,2% e de 33% na proporção das

que apenas trabalham e das que nem estudavam e trabalhavam, respectivamente, para as famílias cuja renda per capita líquida das transferências do PBF não ultrapassa R$100,00. Cabe destacar que a proporção de crianças e adolescentes que estudam e trabalham não é afetado de modo significativo pelo programa para este conjunto de famílias. Já para o grupo de famílias cuja renda per capita não supera R$300,00, os resultados acusam aumento em 4,3% da proporção de crianças e adolescentes que apenas estudam na família e em 14,6% da proporção das que estudam e trabalham simultaneamente, enquanto a proporção de crianças e adolescentes que apenas trabalham e a proporção daqueles que nem trabalham ou estudam caem, respectivamente, 28,3 e 39,1%. Por outro lado, se levarmos em conta que a incidência de trabalho infanto-juvenil nas famílias é dada pela soma entre a proporção das crianças e adolescentes que apenas trabalham e a proporção das que trabalham e estudam, observa-se que a incidência de trabalho das crianças e adolescentes nas famílias cai 16,4% entre as famílias com renda familiar per capita de até R$100,00, mas aumenta em 1,34% entre as famílias com renda per capita de até R$300,00.

Esses resultados indicam os limites e os alcances do PBF na redução do trabalho infanto-juvenil. Noutras palavras, o programa reduz significativamente a proporção de crianças e adolescentes que somente trabalham, mas não altera significativamente a proporção das pessoas que trabalham e estudam. O programa, portanto, reduz as horas de trabalho das crianças e adolescentes, porém permite a combinação entre atividades escolares e laborais. Esse limite do programa se deve a diversos fatores que vão desde os valores monetários pagos aos adolescentes à falta de articulação do programa com outras políticas públicas que busquem combater de forma coesa os principais determinantes do trabalho infanto-juvenil

Esta dissertação se divide em três capítulos. O primeiro capítulo trata da importância do desenvolvimento de um “sentimento de infância”, um desejo coletivo de que crianças e adolescentes exerçam atividades associadas ao seu estágio etário e que favoreçam o desenvolvimento de suas capacidades, para que as crianças e adolescentes permaneçam distantes por maior tempo de atividades associadas ao mundo dos adultos. Apresentamos, também, diferentes concepções sobre pobreza, partindo de uma concepção que associa pobreza a incapacidade de as famílias subsistirem a partir de sua renda familiar para concepções mais abrangentes e que associam a pobreza à dificuldade de acesso a recursos básicos e a incapacidade de as pessoas disporem de um conjunto de coisas de que valorizam e que as permitem levar uma vida boa e longeva. Por fim, enumeramos diversos fatores que motivam o exercício de trabalho por parte das crianças e adolescentes.

O segundo capítulo trata dos efeitos das legislações, da migração da população campesina para as cidades, da universalização do ensino fundamental e da emergência de políticas públicas de combate sobre o exercício de trabalho por parte de crianças e adolescentes no Brasil. Neste capítulo, apresentamos estes desenvolvimentos a fim de ressaltar como eles influenciaram a disposição de recursos familiares, favoreceram uma maior preocupação por parte das famílias em relação aos resultados obtidos por seus filhos quando adultos (sentimento de infância) e acabaram por resultar em uma redução da incidência de trabalho de crianças e adolescentes. Enumeramos recentes iniciativas nacionais e internacionais de combate ao trabalho infanto-juvenil e apresentamos um panorama recente da situação de trabalho por parte das crianças e adolescentes.

O terceiro capítulo contém os resultados da avaliação dos efeitos do PBF sobre a proporção de crianças e adolescentes que apenas estudam na família, sobre a proporção de crianças e adolescentes que estudam e trabalham na família, sobre a proporção de crianças e adolescentes que apenas trabalham na família e sobre a proporção de crianças e adolescentes que não estudam e nem trabalham na família (inativos), e a interpretação destes resultados. Ao final deste capítulo, tecemos as considerações finais acerca dos resultados observados.

CAPÍTULO 1
DETERMINANTES DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL A PARTIR DE UMA CONCEPÇÃO MULTIDIMENSIONAL DA POBREZA

A preocupação que nossa sociedade contemporânea mostra para com a infância e a adolescência não é algo que se possa ser encontrado em sociedades pretéritas. Assim como nossa preocupação em combater a pobreza também não é fortuita, embora a pobreza sempre tenha existido em outros momentos de nossa história. A percepção de que a infância e a adolescência devam ser preservadas, bem como de que a pobreza deve ser combatida, é resultante de importantes transformações ocorridas entre os séculos XV e XX e que culminaram no florescimento de nossa sociedade industrial contemporânea.

A importância que nossa sociedade transfere aos períodos da infância e da adolescência se materializa na concessão de um tempo e um espaço à parte para que, em sua fase adulta, o indivíduo seja capaz de ditar os rumos de sua própria existência. O exercício de trabalho infanto-juvenil antecipa a transição para a vida adulta, pois (i) submete à criança e ao adolescente o exercício de atividades danosas à sua saúde e que impedem o desenvolvimento adequado das capacidades físicas; (ii) imputa-lhes a presença em um meio em que as relações sociais são, por natureza, coercitivas, impedindo-lhes de desenvolver o exercício de sociabilidade em condições que lhes permitam o exercício da crítica; (iii) além disso, o tempo necessário para a consecução de trabalho pelas crianças e adolescentes exige, para sua continuidade, que as crianças abdiquem do tempo total de estudo ou de alguma fração significativa deste tempo. O trabalho infanto-juvenil causa efeitos não apenas sobre a integridade física das crianças e adolescentes que trabalham, mas também sobre sua sobrevivência no futuro, quando as crianças e adolescentes em sua vida adulta se vêem cerceados por empregos de péssima qualidade, condições de moradia precárias, pouco ou nenhum acesso aos serviços de saúde e educação etc.

O trabalho infanto-juvenil é freqüentemente citado como a forma preponderante de transmissão das privações presentes para as gerações futuras, gerando um ciclo infindável de pobreza. As crianças e os jovens provenientes de famílias calejadas pela pobreza seriam as primeiras a se lançarem ao trabalho. Quando adultas, ocupariam empregos tão precários quanto suas ocupações da infância e adolescência, contariam com tão pouco acesso a serviços de saúde e educação quanto seus pais e não gozariam de conhecimentos suficientes para usufruir de suas liberdades políticas ou para contar com melhores oportunidades econômicas.

Seus filhos, portanto, estariam sujeitos às mesmas privações que seus pais e, por isso, precisariam trabalhar, seja para garantir a sobrevivência de suas famílias ou porque seus pais não enxergariam com clareza as benesses de uma formação educacional adequada.

No sentido em que expressamos as possíveis causas e efeitos do trabalho de crianças e adolescentes, a pobreza seria sua causa e conseqüência. Mas qual pobreza? E de que modo cada uma das formas de manifestação de pobreza estaria relacionada ao trabalho infanto-juvenil?

Dentre os diversos tratamentos já dados à concepção de pobreza, escolhemos três importantes definições para relacionar ao trabalho de crianças e adolescentes neste trabalho. A primeira concepção associa pobreza ao trabalho, definindo o indivíduo como pobre quando este não aceita trabalhar. A segunda formulação associa a condição de pobreza à incapacidade de o indivíduo subsistir, ou seja, quando as pessoas não ganham recursos suficientes para adquirir uma cesta com bens necessários à manutenção de suas capacidades físicas. A terceira concepção, a mais recente e a mais complexa, associa a pobreza à privação de capacidades básicas, de liberdades substantivas importantes e necessárias para que o indivíduo seja capaz de ele próprio superar as privações a que se encontra submetido e, assim, seja capaz de ter uma vida boa e longeva. Além de ainda fazerem parte do cotidiano de nossa sociedade, cada uma destas concepções, como veremos, percebe de forma particular o trabalho de crianças e adolescentes.

Pretendemos, neste capítulo, relacionar estes conceitos distintos de pobreza ao trabalho de crianças e adolescentes em uma sociedade em que o “sentimento de infância”, a necessidade em se conceder um tempo e espaço para a formação de crianças e adolescentes para que se tornem adultos plenos, se enrijece. No primeiro tópico, detalharemos cada uma das concepções sobre a pobreza, associando-as as possíveis percepções sobre o trabalho infanto-juvenil e as formas de combate que se pode depreender de cada uma delas. No tópico seguinte, detalharemos os determinantes que “motivariam” crianças e adolescentes a trabalhar, destacando o papel da família, da idade, das condições de oferta e de demanda de trabalho infanto-juvenil sobre a decisão de trabalho.

1.1 “POBREZAS” E TRABALHO INFANTO-JUVENIL

1.1.1 O florescer de um “sentimento de infância”

O surgimento constante do excedente, atrelado ao desenvolvimento da ciência e, principalmente, de métodos científicos de produção de alimentos promoveu, durante o século XV, uma profunda transformação e que repercutiu sobre outras esferas da sociedade. A atividade comercial floresceu e se desenvolveu, deu-se início ao processo de unificação dos territórios em prol da consolidação dos Estados Nacionais, surgiram as primeiras rotas comerciais terrestres e marítimas – possíveis apenas com os avanços científicos da engenharia naval e com o poderio militar dos Estados recém nascidos –, surgiram os primeiros bancos etc.

Os desenvolvimentos científicos colocaram em xeque muitos dogmas presentes na sociedade feudal. Recolocou-se o homem no centro das coisas e em conflito com os valores antes perpetuados pela Igreja. Esta revolução ocasionou toda uma transformação cultural importante, em que o homem passou a ocupar o espaço que antes era cativo da fé. Se antes a fé regia todas as manifestações sociais e se constituía em um dos pilares da sociedade medieval – o outro era a terra –, o antropocentrismo permitiu o desenvolvimento de novas manifestações culturais aonde o homem joga um papel central. A emergência de valores humanistas pautados na idéia de igualdade e fraternidade favoreceu a noção, principalmente entre os pensadores iluministas, de que todas as pessoas deveriam compartilhar das benesses que os novos conhecimentos traziam consigo. Não obstante, após o século XV os ciclos escolares regulares às crianças e adolescentes, não mais apenas aos velhos, voltam a existir. Retornaremos a este ponto mais adiante.

Em relação à composição da sociedade, este período de mudanças marca o desaparecimento da estrutura social feudal e o surgimento dos elementos sociais característicos de nossa sociedade industrial. Aparecem os primeiros elementos que caracterizam a burguesia – dona dos meios de produção, das rotas e dos pontos de comercialização e detentora do poder político – e o proletariado – detentor apenas de sua força de trabalho. Contudo, estas classes são menos homogêneas do que a nobreza, o clero e os servos, pois há tantas burguesias e trabalhadores diferentes quanto mais variados são os ramos de atividades em que ambas as classes se encontram. As transformações motivadas pelos desenvolvimentos científicos, pelas revoluções culturais, pela reestruturação espacial

dos territórios, pela reorganização da população no espaço etc. resultaram, portanto, em uma conformação social que favorece tanto o embate entre trabalhadores e burgueses quanto embates intra-classes.

No que tange à infância e à adolescência, estes desenvolvimentos fomentaram o entendimento de que estes estágios da vida demandavam de um tempo e de um espaço à parte para seu pleno desenvolvimento. O engendrar de um "sentimento de infância" não se associa a uma maior afetividade em relação aos filhos, mas corresponderia a "consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem" (ARIÈS, 1986, p. 156).

Durante a Idade Média, não havia tempo nem espaço para a criança e para o adolescente:

> "... a duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança (...) mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude (...). [Sua] passagem (...) pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade" (ARIÈS, 1986, p. 10).

Diversos fatores reforçavam este tratamento concedido à criança e ao adolescente. A elevada taxa de natalidade e de mortalidade infantil em vigor tanto entre as famílias mais abastadas quanto entre as famílias servis justificavam a pouca importância que se dava às crianças pequenas, pois assim que morressem poderiam logo ser substituídas por outra. Era natural que as famílias não contabilizassem, graças à elevada mortalidade, as crianças menores no cômputo de sua prole:

> "... a criança muito pequenina, demasiado frágil ainda para se misturar à vida dos adultos, 'não contava' (...). O Argan de *Le Malade imaginaire* [peça de Molière (1673)] tinha duas filhas, uma em idade de casar e a outra, a pequena Louison, mal começando a falar e a andar. Argan ameaçava pôr a filha mais velha num convento, para desencorajar seus amores. Seu irmão lhe diz: 'De onde tirastes a idéia, meu irmão, vós que possui tantos bens e tendes apenas uma filha – *pois não conto a pequena* – de mandar a menina para um convento?" (ARIÈS, 1986, p. 157).

Era comum também que a elevada mortalidade das crianças não fosse um evento natural. Sem constrangimento ou pudor, os pais freqüentemente ajudavam, em segredo, “a natureza a fazer desaparecer” as crianças indesejadas, a ponto de a Igreja intervir com rispidez:

> “J. L. Flandrin, citando trechos dos rituais pós-tridentinos, proibiam com uma veemência que dá o que pensar que as crianças fossem postas para dormir na cama dos pais, onde muitas vezes morriam asfixiadas” (ARIÈS, 1986, p. 17).

Outro fator que contribuía para o encurtamento do período da infância era a forma como se dava as trocas afetivas e a comunicação social durante a Idade Média. As crianças, logo que superassem a etapa crítica de sua existência, ingressavam no mundo dos adultos e aprendia as coisas que lhes era necessário saber “ajudando os adultos a fazê-las” (ARIÈS, 1986, p. 10). A forma como a comunicação social se estabelecia e o papel desempenhado pela família era permissivo a esta forma de aprendizagem:

> “... as trocas afetivas e as comunicações sociais eram realizadas (...) fora da família, num ‘meio’ muito denso e quente, composto de vizinhos, amigos, amos e criados, crianças e velhos, mulheres e homens, em que a inclinação se podia manifestar mais livremente” (ARIÈS, 1986, p. 11).

A família medieval tinha outro propósito, mais associado a “conservação dos bens, a ajuda mútua quotidiana (...) e ainda, nos casos de crise, a proteção da honra e das vidas” (ARIÈS, 1986), perdendo em importância para este meio “denso e quente” em que se davam as “trocas afetivas e as comunicações sociais”. Phillipe Ariès, em sua “História Social da Criança e da Família”, destaca que estas relações seriam

> “... como se todos tivessem saído de casa, em vez de ficar dentro dela: há cenas de ruas e mercados, de jogos e de ofícios, de armas ou de aulas, de igrejas ou de suplícios. Na rua, nos campos, no exterior, em público, no meio de uma coletividade numerosa – era aí que se tendia a situar naturalmente os acontecimentos ou as pessoas que se desejava retratar” (ARIÈS, 1986, pp. 272-273).

A família medieval perdia em importância para esta modalidade de “sociabilidade” que se experimentava durante a Idade Média, a ponto de as crianças, tão logo obtivessem autonomia de suas capacidades motoras fossem criadas por outras pessoas ou famílias.

No esteio dos acontecimentos que transformaram a sociedade medieval, as pessoas se tornaram menos indiferentes à infância. A primeira manifestação em relação à criança era atribuída às crianças menores que, "por sua ingenuidade, gentileza e graça, se tornava uma fonte de distração e relaxamento para o adulto, um sentimento que poderíamos chamar de 'paparicação'. Originalmente, esse sentimento pertencera às mulheres, encarregadas de cuidar das crianças – mães ou amas" (ARIÈS, 1986, p. 158). Este tipo de sentimento não necessariamente surgiu nesta sociedade em transformação – provavelmente as mães e as amas das famílias medievais demonstravam encantamento por suas crianças –, mas o fato que diferencia esta sociedade é que este comportamento é algo que, principalmente a partir do século XVI, merecia ser declarado, sem hesitação ou constrangimento, e retratado.

A "paparicação", contudo, não era bem vista por todas as pessoas. Há relatos de pessoas da época que nutriam um sentimento oposto à "paparicação" das crianças, principalmente porque achavam sua falta de modo perante a mesa e perante as demais pessoas, e tudo isso com a aprovação dos pais que se divertiam com os feitos das crianças, demais irritantes. Era necessário, segundo estes "rabugentos", separar as crianças do convívio dos adultos. Este sentimento de exasperação, o oposto da "paparicação", também é um elemento novo porque, diferentemente da promiscuidade com que a família medieval tratava seus descendentes, eles eram sensíveis à presença das crianças em seu convívio e, inclusive, demandavam que elas fossem separadas do convívio com os adultos.

Este sentimento era compartilhado pelos moralistas, eclesiásticos e homens da lei do século XVII, cuja presença podia ser bem mais notada neste século do que em qualquer outro momento. Ariès, citando o *Traité des Études* de Fleury, observa que:

> "... quando os adultos fazem-nas [as crianças] cair numa armadilha, quando elas dizem uma bobagem ao tirar uma conclusão acertada de um princípio impertinente que lhes foi ensinado, os adultos dão gargalhadas de triunfo por havê-las enganado, beijam-nas e acariciam-nas como se elas tivessem dito algo correto [era a paparicação]. É como se as pobres crianças fossem feitas apenas para divertir os adultos, como cãezinhos ou macaquinhos" (ARIÈS, 1986, p. 162).

Os detentores desse sentimento de exasperação, os moralistas e educadores, promoveram transformações que, a partir do século XV, consolidaram um tempo (o ciclo educacional) e um espaço (o colégio) para a criança e o adolescente. Durante a Idade Média e até o século

XVIII, não havia qualquer sinal de especialização da escola em torno do ensino às crianças e adolescentes.

> "... a escola medieval não era destinada às crianças, era uma espécie de escola técnica destinada à instrução dos clérigos, 'jovens ou velhos' (...). Ela acolhia da mesma forma e indiferentemente as crianças, os jovens e os adultos, precoces ou atrasados, ao pé das cátedras magisteriais" (ARIÈS, 1986, p. 187).

A divisão dos alunos em classes separadas e regulares ocorreu tardiamente. Tanto que até o final do século XVIII era comum que, na mesma classe, houvesse crianças, adolescentes, adultos e velhos compartilhando do mesmo aprendizado. De modo geral, não havia uma definição clara de quando uma pessoa deveria começar a freqüentar a escola, estando este momento bastante associado à função social e às chances de sucesso nesta função.

Assim como não havia especialização de idades, a escola também não se caracterizou, ao menos até o fim do século XVIII, por uma especialização de classes, tal como ocorre contemporaneamente. Se entre as crianças das classes mais baixas era bastante comum não participar da vida escolar, também era bastante comum entre as crianças bem nascidas o ingresso precoce dos homens em uma vida militar. Entre os séculos XV e XVII, crianças eram freqüentes entre oficiais. No século seguinte, a presença de crianças e adolescentes entre oficiais do exército tornou-se menos freqüente, pois o ingresso em serviço só se efetivava após um ciclo escolar completo e que freqüentemente se prolongava em ensinos militares especiais (ARIÈS, 1986)

Contudo, a escola não se destinava às mulheres. Sua educação era baseada no aprendizado dos afazeres domésticos e em uma instrução religiosa e que, em relação aos homens, implicou em um atraso de aproximadamente dois séculos. Não obstante, as mulheres se casavam ainda na infância ou no princípio de sua adolescência (entre 10 e 14 anos), com tão pouca instrução que, freqüentemente, mal sabiam escrever e pronunciar de maneira correta. Esta situação era incômoda para aqueles que conviviam com estas mulheres, vide o exemplo de Fenelon, abaixo:

> "'Quantos mestres e quantos colégios vemos! Quantas despesas são feitas com as impressões de livros, as pesquisas científicas, os métodos de ensino das línguas, a escolha dos professores... Essas despesas demonstram a alta consideração que se tem a educação dos meninos'. Mas as meninas! 'As

> pessoas se acreditam no direito de abandonar cegamente as meninas à orientação de mães ignorantes e indiscretas'" (ARIÈS, 1986, p. 190).

Apesar de ainda persistir a indiferença medieval em relação à idade, os colégios se dedicariam à educação da juventude baseada em uma disciplina escolar de origem eclesiástica ou religiosa, que era "menos um instrumento de coerção do que de aperfeiçoamento moral e espiritual, e foi adotada por sua eficácia, porque era a condição necessária do trabalho em comum, mas também por seu valor intrínseco de edificação e ascese" (ARIÈS, 1986, p. 191). Essa disciplina é a diferença entre a escola dos tempos modernos e a escola medieval: estendida também às pensões onde residiam os alunos e, gradativamente, às famílias, seu objetivo era imputar o respeito ao ciclo escolar integral através do controle estrito sobre os alunos pelos mestres. Entre os séculos XV e XVII, a escola passou a ser um espaço dedicado principalmente às crianças e jovens e embora a escolaridade não viesse a se estender à maturidade, ela seria relativamente longa no sentido de que as pessoas não desejariam passar apenas um ou dois anos na escola. No final do século XVIII, o ciclo escolar compreendia quatro a cinco anos, no mínimo.

Durante o século XV até o século XVIII, todo o ensino se baseava em uma escola única, com um único ciclo escolar e com a série completa de classes, mas com diferenciações em relação à função da educação (se para preparar juristas, o ciclo era prolongado etc.). Ou seja, "os hábitos de escolaridade diferiam menos segundo as condições sociais do que segundo as funções" (ARIÈS, 1986, p. 192). A partir do século XVIII, essa escola única fora substituída por um ensino duplo, onde cada ramo correspondia a uma condição social e a um ciclo com duração diferente. O ensino primário era exercido na escola e para o povo, enquanto o ensino secundário era exercido no liceu e no colégio para a classe burguesa. O ensino primário era temporalmente mais curto, posto que se destinavam àqueles que, por sua origem, pela fortuna de seus pais ou pela atividade que estes exerciam, não poderiam se dedicar por muito tempo exclusivamente aos estudos. Além disso, muitos iluministas exerceram sua influência para que se direcionasse o privilégio de um ensino mais longo e clássico a uma única classe social e um ensino mais prático às classes subalternas a fim de se evitar uma indesejável "inflação de intelectuais".

Além do fomento à escolaridade direcionada basicamente às crianças e aos jovens, há que se considerar a particularização das comunicações sociais e das trocas afetivas. A sociabilidade se dava em um meio que englobava vizinhos, pais, amas, crianças, jovens e velhos aonda a família estava submersa. Até o século XVII, essa promiscuidade das relações

sociais impedia o exercício da intimidade da família, de tal forma que a densidade das comunicações sociais e trocas afetivas impedia que a família existisse como um sentimento ou como um valor, mas como algo associado à transmissão de bens, linhagem e honra. A partir do século XVIII, "a família tornou-se uma sociedade fechada onde seus membros gostam de permanecer, e que é evocada com prazer" (ARIÈS, 1986, pp. 273-274). A estrutura das residências, que antes favorecia a fusão entre o espaço público e o interior das residências, se alterou com vistas a favorecer o convívio íntimo das famílias, senão de um grupo pequeno de pessoas.

A nova estrutura deste berço familiar fez nascer um sentimento entre os integrantes desta família, mais particularmente entre a mãe e a criança, um "sentimento de família":

> "'essa cultura', diz R. Goldthwaite, 'centralizava-se nas mulheres e nas crianças, com um interesse renovado pela educação das crianças e uma notável elevação do estatuto da mulher... Como explicar de outra forma a fascinação, a quase obsessão pelas crianças e pela relação mãe-criança, que talvez seja o único tema realmente essencial do Renascimento, com seus *putti*, suas crianças e seus adolescentes, suas madonas secularizadas e seus retratos de mulheres?'" (ARIÈS, 1986, p. 25).

Além disso, há que se destacar que na esteira dos sentimentos de infância e de família, vieram também a especialização do espaço interno das novas residências, com cômodos destinados aos membros adultos da família, bem como às crianças e adolescentes, favorecendo o reconhecimento de ambas as faixas etárias.

Em suma, podemos destacar que o florescimento de um "sentimento de infância" e de um "sentimento de família" favoreceu o reconhecimento da necessidade de separar crianças e adolescentes dos adultos, oferecendo-lhes um espaço e um tempo à parte para que fossem instruídas e disciplinadas em prol do desenvolvimento pleno de suas capacidades e da preservação de sua integridade física. Embora estes sentimentos tenham se desenvolvido durante os séculos XV e XIX, ele não aflorou de forma homogênea em todos os estratos da sociedade. De fato, o direito a uma escolaridade mais longa e completa só foi garantido às crianças provenientes das classes burguesas. Como o ciclo escolar passou a demarcar o período de duração da infância e da adolescência e como o direito a um tempo maior de aprendizado e disciplina estava relacionado à origem social nos séculos XVIII e XIX, as crianças provenientes de famílias menos abastadas ainda contavam (e contaram até recentemente) com uma infância encurtada e com uma educação preferencialmente técnica.

Ademais, a origem das crianças e adolescentes afetava também o comprometimento que estas podiam ter com a educação. Assim, crianças cujos pais exerciam profissões que demandavam apenas conhecimento técnico, ou de famílias com pouco ou nenhum patrimônio, não teriam condições de ingressar em um ensino mais longo:

> "... talvez uma das causas dessa especialização social resida justamente nos requisitos técnicos do ensino longo, do momento em que ele se impôs definitivamente aos costumes; não era mais possível tolerar a coexistência de alunos que não estavam desde o início decididos a ir até o fim, a aceitar todas as regras do jogo, pois as regras de uma coletividade fechada, escola ou comunidade religiosa, exigem o mesmo abandono total que o jogo. Do momento que o ciclo longo foi estabelecido, não houve mais lugar para aqueles que, por sua condição, pela profissão dos pais ou pela fortuna não podiam segui-lo nem se propor a segui-lo até o fim" (ARIÈS, 1986, p. 193).

Assim, apesar de o florescimento de um "sentimento de família" e de um "sentimento de infância" ter florescido entre os séculos XV e XIX, uma infância duradoura foi garantida apenas aos filhos dos burgueses. No tópico seguinte, tomaremos a noção de pobreza como negação ao trabalho para relacionaremos o trabalho infanto-juvenil às medidas de combate à pobreza durante o século XIX.

1.1.2 Pobreza absoluta e o trabalho infanto-juvenil

Tratamos, no tópico anterior, das circunstâncias históricas ocorridas entre os séculos XV e XIX que motivaram importantes transformações na forma de se perceber a infância e a adolescência. Destacamos a importância do surgimento de um ciclo escolar direcionado prioritariamente à educação infanto-juvenil e do primado da vida em família como elementos-chave para se compreender o desenvolvimento do que Ariès (1986) denominou "sentimento de infância", um conjunto de preocupações pertinentes à preservação da infância e da adolescência como um tempo e um espaço à parte para a formação individual.

Entendemos que a vida em família e a presença das crianças e adolescentes o maior tempo possível na escola estão relacionadas pelas experiências de socialização que suas famílias previamente viveram em relação à escola. Dado que a escola dá continuidade à educação principiada no seio doméstico e que a duração da infância e da adolescência é condicionada também pelo tempo de permanência na escola, as descontinuidades entre a escola e a família

responderiam pelo encurtamento dos períodos da infância e da adolescência. Crianças e adolescentes oriundos de famílias de baixo capital cultural, onde vigoram elevadas taxas de analfabetismo, ou provenientes dos meios rurais tendem a abandonar mais cedo a escola por conta da deficiente percepção que suas famílias lhes incutem acerca dos possíveis ganhos[1] que uma maior escolaridade pode lhes oferecer porque lhes são mais sensíveis as experiências relacionadas ao trabalho. Não obstante, as crianças e adolescentes que deixam a escola antes de concluir o ciclo escolar, o fazem para trabalhar. É necessário, portanto, que a escola seja atrativa o suficiente para desenvolver em famílias com estas características o senso de que devem manter suas crianças e adolescentes na escola (GOMES, 1997).

Diante do acima exposto, nos interessa saber como as diferentes concepções de pobreza percebem a condição da criança e da adolescência e suas respectivas recomendações para o combate ao trabalho infanto-juvenil. Mais especificamente, nos interessa saber se as prerrogativas de cada uma delas oferecem elementos suficientes para crer que promovem o desenvolvimento de um "sentimento de infância" ou servem de contrapeso à descontinuidade entre a educação familiar e a escolar engendrada pelas experiências prévias de socialização em relação à escola. Trataremos, neste primeiro tópico, de entender como a percepção mais difundida sobre a pobreza, a saber, a *pobreza absoluta*, responde a estas questões.

Historicamente, a primeira menção feita à pobreza absoluta ocorreu durante as reformas impostas às Leis dos Pobres da Inglaterra[2], em 1834. Os comerciantes e industriais ingleses do século XIX, motivados pelo temor de que a extensão da assistência aos pobres pudesse lhes imputar um custo tributário maior, pressionaram o Estado para que este revisse a forma da assistência prestada aos pobres. Os objetivos eram (i) reduzir seus próprios encargos tributários através da redução do custo da assistência prestada aos pobres; (ii) tornar as rendas institucionais tão pequenas quanto possível, porque assim poderiam praticar salários reduzidos[3] (TOWNSEND, 1993); e (iii) forjar a mão de obra campesina, acostumada a outra

---

[1] É necessário enfatizar que não se tratam apenas de ganhos econômicos.

[2] As leis dos pobres representam a primeira modalidade de instrumentos legais à regular a forma como se dava a assistência aos pobres. Elas surgiram na Inglaterra no princípio do século XVII, após ato sacramentado pela rainha Elisabeth I, em 1601. A reforma de 1834 representou um importante divisor de águas na assistência prestada aos pobres na Inglaterra e marca o princípio da nova lei dos pobres. Embora possamos identificar elementos pertinentes à pobreza absoluta em várias passagens da velha lei dos pobres (1601-1834), a nova lei dos pobres reúne todas as características de políticas públicas pautadas nesta peculiar concepção da pobreza.

[3] Traduzindo para a linguagem contemporânea, as rendas institucionais poderiam atuar como um preço de reserva para os salários porque o trabalhador poderia deixar de trabalhar para ser assistido pelas paróquias tão logo os salários oferecidos caíssem abaixo do valor das rendas institucionais. Há que se lembrar que, antes da reforma de 1834, todos que não trabalhassem eram merecedores de assistência pelo Estado.

realidade de trabalho, a aceitar o ritmo de trabalho requerido no interior das fábricas (LAVINAS, 2003).

No seio das mudanças propostas para a lei dos pobres, em primeiro lugar alterou-se o conceito pretérito de pobreza, que denominava pobre como o indivíduo que, por desejo próprio, por desconhecimento das atividades de trabalho ou por incapacidade psicossomática, não pudesse trabalhar. A reforma proposta passou a associar pobreza à insuficiência de renda, melhor dizendo, à incapacidade da renda em suprir as necessidades mínimas dos indivíduos. Com a ajuda dos nutricionistas, estas necessidades mínimas foram definidas como as necessidades calóricas capazes de garantir às pessoas a plenitude de suas faculdades físicas. Estas necessidades, que passaram a ser denominadas necessidades de subsistência, não demoraram em ser adotadas pelos economistas marginalistas e pelos filósofos utilitaristas do século XIX, que definiram uma cesta de alimentos capaz de atender a estas necessidades. Com base no custo desta cesta, passou-se a denominar como pobre o indivíduo cujos rendimentos não fossem suficientes para adquirir esta cesta elementar. Esta nova definição de pobreza, engendrada durante a reforma da lei dos pobres, fora denominada pobreza absoluta.

A nova lei dos pobres, embasada no diagnóstico da insuficiência de renda, ofereceu ferramentas para restringir a assistência a um conjunto pequeno de pessoas. Antes da reforma, todos aqueles que não trabalhassem poderiam ser alvo de assistência, o que foi tomado como uma brecha a comportamentos imorais por aqueles interessados em submeter os trabalhadores recém-chegados do campo um ritmo de trabalho fabril, pois quem não aceitasse as demandas dos patrões poderia deixar o trabalho e receber assistência nas casas de trabalho. Com a nova lei, surgiram diversos critérios de seleção – tais como a incapacidade[4] e a própria insuficiência de renda – e diversas condicionalidades para o recebimento da assistência cujo objetivo era impedir que tal comportamento ocorresse. Tais medidas acabaram por resultar em um modelo de assistência aos pobres em que o público a ser assistido tornou-se bastante diminuto, característica que hoje se convencionou chamar *focalização*.

As facilidades em se identificar os pobres e o baixo custo fiscal das políticas de assistência embasadas neste diagnóstico justificam a difusão da pobreza absoluta tanto na comunidade científica quanto entre os formuladores de políticas públicas (VALLADARES, 1991). A pobreza absoluta seria o fator causal de outros fenômenos cuja manifestação estaria associada à condição de pobreza como, por exemplo, o trabalho infanto-juvenil. A insuficiência de

[4] Os testes de aptidão ao trabalho não levavam em consideração nenhum preceito médico. Eles se restringiam à capacidade de quebrar pedras. Na medida em que uma pessoa fosse capaz de desempenhar tal tarefa, ela logo seria considerada apta ao trabalho e imediatamente encaminhada às fábricas.

renda obrigaria às famílias a impor às suas crianças e adolescentes atividades de trabalho no afã de manter um padrão de consumo compatível com o nível de subsistência, ou seja, o trabalho de crianças e adolescentes faz parte das estratégias de sobrevivência das famílias pobres. Os adeptos desta concepção particular reforçam sua tese mostrando que as maiores taxas de ocupação de crianças e adolescentes podem ser observadas entre as famílias de renda mais baixa (AZEVÊDO, MENEZES, & FERNANDES, 2000). Além disso, o trabalho infanto-juvenil é um elo importante de transmissão da pobreza às gerações futuras porque as atividades de trabalho, por rivalizarem com o tempo de estudo, impedem que as crianças e adolescentes trabalhadoras acumulem capital humano, posto que para trabalharem as crianças e adolescentes freqüentemente abandonam a escola. Sem instrução suficiente, estas crianças e adolescentes, quando adultas, ocupariam postos de trabalho precários e receberiam baixos rendimentos, ganhos que as manteriam nas mesmas condições de pobreza de seus pais (CACCIAMALI, TATEI, & FERREIRA BATISTA, 2008).

Com base neste diagnóstico, políticas capazes de extinguir o trabalho infanto-juvenil consistiriam em complementar a renda das famílias mediante a condição de matricular as crianças na escola. Políticas com estas características simultaneamente eliminariam a causa do trabalho de crianças e adolescentes e fomentariam o acúmulo de capital humano. De uma vez, tais políticas atacariam as causas da pobreza no presente (a insuficiência de renda) e o fator de sua transmissão para o futuro (o baixo estoque de capital humano).

Embora a insuficiência de renda represente uma causa importante para o trabalho infanto-juvenil, existem críticas pertinentes em relação à proposição de que a garantia do nível de renda de subsistência seja condição suficiente para impedir que as crianças deixem a escola para trabalhar. Um fator importante, e que antecipamos nos primeiros parágrafos deste tópico, diz respeito às experiências de socialização das famílias com a experiência escolar. Grosso modo, a escola dá continuidade à educação principiada no seio familiar e, portanto, o tempo de permanência na escola está condicionado às primeiras experiências sensíveis que a criança tem com relação à escola. Estas experiências são transmitidas primeiramente pelas famílias e, posteriormente, pela escola, de modo que a preferência por uma maior escolaridade depende de quão sincronizados são os objetivos de ambas. Na medida em que as benesses de uma maior escolaridade são compreendidas pelas famílias, de modo que faz parte da cultura familiar o incentivo à permanência por longos períodos na escola, suas crianças e adolescentes não apenas são incentivadas a permanecer na escola, mas também se encontram mais dispostas a absorver maior conhecimento e a fazer maior usufruto do aprendizado. Por

outro lado, em famílias pertencentes a culturas que colocam a escola em segundo plano e/ou onde as experiências bem sucedidas em relação à escolaridade são escassas, há importantes descontinuidades em relação ao aprendizado que julgam ser suficiente e ao aprendizado que a escola oferece. Esta descontinuidade desestimula o aprendizado escolar e estimula o abandono precoce da educação formal. Uma evidência da força das experiências de socialização das famílias em relação à escola seriam as elevadas taxas de ocupação de crianças e adolescentes entre as famílias provenientes do meio rural ou onde há elevada freqüência de analfabetismo e baixa escolaridade (GOMES, 1997).

Em circunstâncias em que a descontinuidade família-escola se manifesta, a garantia de um nível de renda suficiente não é suficiente para garantir a permanência das crianças e adolescentes na escola e/ou seu aprendizado. Seria necessário, para tanto, que a escola fizesse parte da cultura familiar, algo que a presença forçosa de crianças e adolescentes na escola, para que suas famílias recebam assistência, não é capaz de engendrar. A permanência nas escolas dependeria, portanto, do preparo da equipe pedagógica, de uma infra-estrutura adequada e do envolvimento da comunidade com as atividades escolares, por exemplo, capacidades que a própria escola deve ser capaz de engendrar.

Outro importante contra-argumento diz respeito à capacidade de políticas públicas de combate ao trabalho infanto-juvenil embasadas no diagnóstico da pobreza absoluta fomentar o florescimento de um “sentimento de infância”, tal como expusemos no primeiro tópico. Vimos no referido tópico que o florescimento deste sentimento fez ressurgir o interesse em se preservar as crianças e que este sentimento é a causa do alongamento da infância e do surgimento da figura do adolescente. Uma passagem importante diz respeito ao surgimento de um sistema de ensino direcionado especificamente às crianças e adolescentes, um sistema de ensino seriado e que distribuía os alunos entre as séries de acordo com suas idades durante o século XVIII. A presença de moralistas e educadores fortaleceu a noção de que as crianças e adolescentes deveriam receber instrução antes de fazer parte do convívio dos adultos, de modo que o tempo em que permaneciam na escola passou a determinar também a duração da infância e da adolescência (ARIÈS, 1986). Na medida em que o combate à pobreza absoluta não implica na ruptura com a descontinuidade entre as famílias e a escola, ela também não reúne condições para fazer com que o “sentimento de infância” floresça nestas famílias.

No tópico seguinte, trataremos de outros dois diagnósticos relativos à pobreza e que se contrapõem à pobreza absoluta. Nosso objetivo é discorrer sobre como estas distintas visões

vêem o trabalho infanto-juvenil e se elas seriam capazes de engendrar o florescimento de um "sentimento de infância".

1.1.3 Trabalho infanto-juvenil e duas abordagens multidimensionais da pobreza

Em contraposição à noção de pobreza exposta no tópico anterior, novas formulações sobre pobreza surgiram a partir da década de setenta. Uma primeira formulação desenvolvida trata da satisfação das necessidades básicas, da existência de necessidades comuns em todos os lugares e em todos os tempos e que se não forem satisfeitas implicam em risco à própria condição humana (DOYAL & GOUGH apud PEREIRA, 2006). Outra formulação surgiu no final da década de noventa, em que a pobreza toma o contorno das privações de capacidades, elementares para que o indivíduo possa "transformar o mundo" (SEN, 2000). O propósito deste tópico é discutir estas duas proposições no que tangem as suas capacidades de fomentar o desenvolvimento de um "sentimento de infância", importante para o combate ao trabalho infanto-juvenil.

No tópico anterior, antecipamos que a adoção da utilidade pela pobreza absoluta durante o século XIX poderia embasar uma concepção extremista no que tange ao combate à pobreza. Por tomarem como referência as necessidades humanas apenas no plano dos gostos e preferências individuais, subjetivos por natureza, rejeitava-se a possibilidade de que existam necessidades comuns aos indivíduos capazes de promover níveis de satisfação passíveis de serem identificados e geridos com sucesso. A defesa do mercado como *satisfier* destas necessidades subjetivas se justifica porque nele os indivíduos se confrontam em prol de satisfazer suas necessidades individuais, que nem sempre são sociais (por exemplo, gostos e preferências), em conflitos que independem de juízos éticos e de valor para serem resolvidos. O mote desta argumentação em prol do mercado é que "se não há necessidades comuns que sejam vivenciadas coletivamente e que sirvam de parâmetro para a formulação e implementação de políticas públicas, não haverá melhor mecanismo para satisfazê-las do que o mercado" (PEREIRA, 2006, p. 39).

Em contraposição às correntes do pensamento que tratam as necessidades humanas como *necessidades subjetivas*, vários estudiosos ratificam a existência de necessidades comuns a "todos os seres humanos, em todos os tempos, em todos os lugares e em todas as culturas" (PEREIRA, 2006, p. 66), que não são passíveis de variação, e que cuja falta implica em "ocorrência de *sérios prejuízos* à vida material dos homens e à atuação destes como sujeitos

(informados e críticos). (...) As necessidades básicas são *objetivas*, porque a sua especificação teórica e empírica independe de preferências individuais. E são *universais* porque a concepção de sérios prejuízos, decorrentes da sua não satisfação adequada, é a mesma para todo indivíduo, em qualquer cultura" (op. cit. p.67-68). Estas necessidades, *básicas* no sentido em que são fundamentais a todos os indivíduos, permitem o desenvolvimento de capacidades importantes, promovendo encadeamentos que fomentam a melhora das condições de vida dos indivíduos.

Uma contribuição importante à fundamentação das necessidades básicas foi dada por Doyal e Gough. Os autores agrupam as necessidades básicas em dois conjuntos, a saber: a *saúde física* e a *autonomia*. Ambas devem ser totalmente satisfeitas para que se garanta aos homens sua humanidade e a possibilidade de realização de qualquer outro objetivo ou desejo socialmente valorado. A saúde física é uma necessidade básica, pois sem as garantias de sua satisfação os homens estarão impedidos inclusive de viver. A autonomia, por sua vez, é uma necessidade básica porque a origem do homem "está visceralmente ligada à práxis humana, que só é humana na medida em que o trabalho (ou a atividade) realizado pelo homem difere da atividade de outras criaturas vivas. (...) Isso põe em relevo o imperativo de se considerar a intencionalidade da ação humana como parte integral e intrínseca da sua essência e, por conseguinte, como parte constitutiva do básico necessário à sua essência" (PEREIRA, 2006, pp. 69-70).

Junto a estas necessidades, devem existir instrumentos que sejam capazes de satisfazê-las. Tais instrumentos (*satisfiers*) são necessidades intermediárias, pois são instrumentos que garantem a saúde física e a autonomia às pessoas. Doyal e Gough enumeram como instrumentos que atendem às características das necessidades intermediárias a

> "... alimentação nutritiva e água potável; habitação adequada; ambiente de trabalho desprovido de riscos; ambiente físico saudável; cuidados de saúde apropriados; proteção à infância; relações primárias significativas; segurança física; segurança econômica; educação apropriada; segurança no planejamento familiar, na gestação e no parto" (PEREIRA, 2006, p. 76).

Estes instrumentos reforçam o efeito uns dos outros, de tal modo que sua existência simultânea garante mais rapidamente e de forma duradoura a satisfação das necessidades de saúde física e autonomia dos indivíduos.

Diferente do que apontamos em relação à pobreza absoluta, a abordagem proposta por estes dois autores demonstra uma peculiar preocupação com a infância. A preservação da infância, no horizonte destes dois autores,

> "... apóia-se no reconhecimento da importância de uma infância segura para o desenvolvimento da autonomia e da personalidade do indivíduo. Baseados num estudo da Organização Mundial de Saúde (OMS), Doyal e Gough indicam quatro necessidades psicossociais da fase infantil, presentes em todas as culturas: a) necessidade de carinho e segurança, que requer relações estáveis, contínuas e seguras com os pais ou responsáveis, a partir do nascimento; b) necessidade de novas experiências, que fomentem o desenvolvimento cognitivo, social e emocional. (...) c)'necessidade de reconhecimento e apreciação e de uma atenção positiva dentro do marco de normas claras e justas'; d) necessidade de estender, paulatinamente, responsabilidades, começando com rotinas pessoais até alcançar tarefas mais complexas" (PEREIRA, 2006, p. 79).

Até o presente momento, tratamos a questão da infância sob dois prismas. Em um sentido histórico, discutimos o desenvolvimento histórico de um "sentimento de infância", uma preocupação peculiar em relação aos infantes e aos adolescentes, não apenas com vistas à necessária oferta de carinho e atenção, mas também em relação à necessidade de preservá-las do convívio dos adultos, de garantir-lhes um tempo e um espaço próprios para que fossem disciplinadas, para que tomassem contato com bons modos e valores. Assumimos esta perspectiva histórica como referência para relacionarmos as diferentes concepções sobre a pobreza ao combate do trabalho de crianças e adolescentes. Vimos que a pobreza absoluta não favorece o desenvolvimento deste sentimento em relação às crianças e adolescentes, pois o foco na insuficiência de renda não oferece respostas para a forma como as famílias das crianças e adolescentes trabalhadoras valorizam as alternativas ao trabalho infanto-juvenil. Muitas destas famílias, inclusive, julgam os aspectos disciplinares vinculados ao trabalho como salutares para a formação de suas crianças e adolescentes.

As percepções relativas à questão da infância demonstradas por Doyal e Gough mostram não apenas sintonia em relação à importância de se fomentar um "sentimento de infância", mas mostram também como psicólogos, pedagogos e legisladores contemporâneos percebem a necessidade em se preservar as crianças e adolescentes. Os autores tratam da formação psicológica do sujeito, do desenvolvimento psicossomático das capacidades cognitivas, da importância das leis coercitivas de proteção etc. e que corporificam um sentimento de infância

diferente do analisado por Ariès, embora seja resultante deste[5]. A importância em se evitar que crianças e adolescentes trabalhem segundo os autores envolve aspectos que superam os efeitos econômicos que uma boa educação pode proporcionar. A escola é o melhor espaço para se garantir a proteção à infância porque implica em uma primeira experiência de socialização em condições igualitárias, no exercício de atividades que permitem o desenvolvimento de capacidades cognitivas importantes, no contato com informações e culturas que fomentam a criatividade, a iniciativa e o espírito crítico, atributos fundamentais ao exercício da autonomia. Em comparação, as relações hierárquicas marcadas pela coerção e as atividades automatizadas desenvolvidas no ambiente de trabalho em nada favorecem a criatividade, o conhecimento e o espírito crítico[6]. O combate ao trabalho infanto-juvenil, antes mesmo do aspecto econômico de uma boa educação, se justifica pela garantia de *capacidades* cuja ausência impõe a persistência de sérias *privações* às pessoas.

A noção implícita de capacidades e privações que está presente nas acepções relativas às necessidades básicas é aspecto relevante da concepção de pobreza proposta por Amartya Sem, a saber, a pobreza como privação de capacidades. Um conceito importante a esta concepção de pobreza diz respeito às coisas que as pessoas valorizam e que lhes proporcionam a capacidade de levar a vida que querem, o que o autor denominou *liberdades substantivas*. A superação das privações destas liberdades, na medida em que elevam a capacidade de as pessoas levarem o tipo de vida que valorizam, são formas importantes de liberdades substantivas. Gozar de mais liberdades substantivas é "(1) importante por si mesmo para a liberdade global da pessoa e (2) importante porque favorece a oportunidade de a pessoa ter resultados valiosos" A liberdade é também determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social, pois "ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo" (SEN, 2000, pp. 32-33).

A presença de certos elementos eleva a disponibilidade das liberdades substantivas, assim como sua ausência as restringe. Sen elencou um conjunto importante de elementos capazes de restringir estas liberdades, reconhecendo que muitos outros podem ser inclusos entre estes: fomes coletivas; subnutrição; pouco ou nenhum acesso a serviços básicos de saúde,

---

[5] Como bem argumenta o autor: "Na época, essa acolhida [a refutação de suas contribuições para o desenvolvimento da psicologia moderna, da medicina e demais ciências humanas] teve para mim um gosto paradoxal, pois fora em nome da psicologia moderna que na França me haviam sido feitas algumas críticas: 'negligência das curiosidades da psicologia moderna', disse A. Besançon, 'concessões excessivas ao fixismo da psicologia tradicional', afirmou L. Flandrin, e é verdade que sempre me foi difícil evitar as velhas palavras equívocas e hoje tão fora de moda a ponto de se tornarem ridículas, mas sempre tão vivas dentro da cultura moralista e humanista que foi a minha" (ARIÈS, 1986, p. 13).

[6] Há que se considerar ainda as condições degradantes em que crianças e adolescentes trabalham.

saneamento básico e água tratada; educação; bons postos de trabalho; segurança econômica e social; desigualdade entre mulheres e homens, em desfavor do sexo feminino; desigualdades entre negros e não negros, desfavorecendo os negros; privação de liberdades políticas e direitos civis básicos etc. Tal como os *satisfiers* se reforçam em elevar a satisfação das necessidades básicas, os elementos que restringem as liberdades substantivas tendem a se reforçar mutuamente em prol de submeter as pessoas a um sem número de privações.

Sem distinguir em termos de importância as liberdades substantivas, mas destacando a capacidade que cada uma tem em reforçar os efeitos umas das outras, Amartya Sen argumenta que as liberdades substantivas jogam um papel constitutivo e instrumental na elevação das capacidades das pessoas, o que as tornam os fins e os meios de si próprias:

> "... as liberdades substantivas incluem capacidades elementares como por exemplo ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão etc. Nessa perspectiva constitutiva, o desenvolvimento envolve a expansão dessas e de outras liberdades básicas" (SEN, 2000, p. 52).

Cinco tipos distintos de liberdades substantivas cumpririam, segundo Sen, o papel de instrumento para a expansão das demais liberdades substantivas dos indivíduos. As liberdades políticas, as facilidades econômicas, as oportunidades sociais, as garantias de transparência e a segurança protetora. Quando os indivíduos podem opinar, criticar ou escolher quem os governa; quando os indivíduos dispõem de bons postos de trabalho com remunerações adequadas; quando contam com serviços de educação, saúde, moradia, saneamento básico; quando podem estabelecer relações com os demais indivíduos com base na confiança e na cooperação e quando dispõem de redes de seguridade que evitem os mais vulneráveis de incorrerem em circunstâncias de privações extremas, estariam garantidas as condições para que as pessoas possam levar o tipo de vida que valorizam.

Para cada pessoa, o conjunto das liberdades substantivas, do que as pessoas consideram valioso ter ou fazer, foi denominado por Sen como funcionamentos. Segundo o autor, os funcionamentos valorizados podem variar daqueles elementares, tais como ser adequadamente nutrido e livre de doenças evitáveis, a atividades ou estados pessoais muito complexos, como poder participar da vida da comunidade e ter respeito próprio (SEN, 2000).

A capacidade individual reside nas combinações possíveis de funcionamentos à sua disposição. Neste sentido,

> "... a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações de funcionamentos (ou, menos formalmente expresso, a liberdade para ter estilos de vida diversos). Por exemplo, uma pessoa abastada que faz jejum pode ter a mesma realização de funcionamento quanto a comer ou nutrir-se que uma pessoa destituída, forçada a passar fome extrema, mas a primeira pessoa possui um 'conjunto capacitário' diferente da segunda (a primeira pode escolher comer bem e ser bem nutrida de um modo impossível para a segunda)" (SEN, 2000, p. 95).

A noção de pobreza, portanto, reflete a incapacidade de realizar funcionamentos. Como os funcionamentos são conjuntos de liberdades substantivas devidamente ponderadas, a pobreza é, em última instância, a privação das liberdades substantivas individuais.

A vantagem deste conceito de pobreza frente à noção de pobreza absoluta (que carrega implicitamente a idéia de subsistência) é que ela lança luz sobre privações *intrinsecamente* importantes, ao contrário da pobreza absoluta, que só considera fatores *instrumentalmente* importantes. A renda é um instrumento importante para a realização dos funcionamentos das pessoas, mas não explica como as demais privações (acesso a serviços de educação, saúde, moradia adequada etc.) afetam a realização dos funcionamentos, a não ser quando a insuficiência de renda implica em outras privações. Do mesmo modo, os demais fatores de privação das capacidades só importam à pobreza absoluta quando afetam indiretamente a renda.

Um exercício importante é contextualizar a infância e a adolescência no ambiente das capacidades. Em parágrafos anteriores, ao refletir sobre a importância em se proteger os infantes e os adolescentes no bojo das necessidades básicas, vimos que a proteção à infância é um importante instrumento para a garantia de importantes capacidades cognitivas, psicossomáticas, de absorção de conhecimentos relevantes para as capacidades futuras de autonomia dos indivíduos. Neste sentido, a proteção à infância é um importante instrumento para garantir funcionamentos aos indivíduos adultos que os permitam levar o tipo de vida que valorizam. Mas se a garantia de uma infância adequada é elemento crucial para que os indivíduos evitem privações em sua vida adulta, o que explicaria, nesta mesma abordagem, o fato de as famílias ainda valorizarem o trabalho infanto-juvenil como elemento importante

para a formação do caráter? Porque o trabalho de crianças e adolescentes se manifesta mesmo entre famílias que não se encontram em circunstâncias de miséria absoluta?

Um elemento importante para explicar o trabalho de crianças e adolescentes, tendo em mente a escola como espaço e o ciclo escolar como a alternativa ao trabalho, é a importância que a formação escolar possui para estas famílias. As famílias privadas do acesso ao ensino em gerações pretéritas tenderiam a valorizar menos as benesses promovidas pela educação. Como o trabalho é mais presente na história de vida destas famílias, sempre que são colocadas como alternativas a escola e o trabalho, este último tende a ser o escolhido. Neste sentido, a reprodução da cultura e das tradições favorece o exercício do trabalho infanto-juvenil mesmo em famílias em estratos de renda mais elevados porque as famílias valorizam a contribuição que tem a disciplina do trabalho sobre a formação do caráter, mais do que uma escolaridade elevada (GOMES, 1997).

Este aspecto pode ser observado nas raízes históricas e geográficas que transformaram o trabalho infanto-juvenil uma forma manifesta da pobreza em nossa sociedade. Uma tradição das famílias campesinas se refere ao hábito de possuírem muitos filhos para que pudessem contribuir com as tarefas da roça. Na vida rural, as crianças e adolescentes respondem por uma fração importante da produção familiar. A vida escolar não tem grande repercussão nas zonas rurais, pois a dispersão espacial da população no campo é um empecilho importante para a difusão da importância do ensino[7]. Além disso, ela rivaliza com o trabalho no campo, experiência muito mais constante na vida do camponês. Neste sentido, as diferentes gerações de pessoas que vivem ou viveram no campo tendem a não possuir um histórico escolar extenso, sendo comum entre eles a repulsa às atividades escolares e a predileção pelo trabalho. Quando migraram para as cidades, estas famílias carregaram consigo as marcas destas tradições, reproduzindo na cidade os mesmos costumes do campo: famílias grandes e a valorização do trabalho em detrimento da escola. Trabalhos recentes mostram que, no Brasil, crianças provenientes de famílias que migraram da zona rural para as cidades têm uma noção restrita sobre a importância da escola (ensinar a ler, escrever e fazer contas elementares) e tendem a deixar a escola para trabalhar entre 12 e 14 anos (GOMES, 1997).

Em suma, famílias que não gozam de uma vivência escolar em sua história particular tendem a dar pouco valor à permanência de suas crianças na escola, bem como tendem a ter

[7] Contemporaneamente, a escola está mais presente no campo. No entanto, sua presença ainda não pode ser considerada suficiente para mudar de forma significativa as experiências escolares das famílias campesinas.

uma percepção diminuta sobre a importância de uma maior escolaridade[8]. Privadas do acesso à escolaridade em gerações pretéritas, estas famílias reproduzem a valorização do trabalho, abreviando o tempo destinado à infância e à adolescência. Nestas famílias, esta privação em particular impede o pleno florescimento de um "sentimento de infância", que exaustivamente destacamos como necessário para evitar que gerações futuras sejam privadas de viver plenamente a infância e a adolescência. Políticas de combate ao trabalho infanto-juvenil que considerem apenas o instrumento renda para conter o trabalho de crianças e adolescentes são limitadas no intuito de reduzir o trabalho de crianças e adolescentes nestas circunstâncias.

Embasadas nas necessidades básicas e no conceito de privações de capacidades, políticas públicas de combate ao trabalho infanto-juvenil não envolvem soluções triviais. Pelo contrário, demandam políticas que promovam o interesse pelo ensino, o envolvimento das famílias na vida escolar, a disponibilização de recursos e meios que permitam a permanência da criança e do adolescente o maior tempo possível na escola e com máximo proveito etc. No entanto, uma vantagem de políticas embasadas nestas duas visões é que elas não exigem, tal como na pobreza absoluta, que ocorra primeiro o crescimento econômico para a redução da pobreza e do trabalho de crianças e adolescentes. A garantia das necessidades básicas e das liberdades substantivas podem inclusive permitir que uma sociedade desfrute por tempo mais prolongado dos efeitos do crescimento econômico. A mais importante conclusão deste tópico, contudo, é que tanto a garantia das necessidades básicas quanto a das capacidades são capazes de difundir e fomentar o desenvolvimento de um "sentimento de infância": na medida em que ambas difundem a importância em se evitar o trabalho de crianças e adolescentes com vistas a garantir o pleno desenvolvimento de seus atributos humanos e na medida em que propõem políticas que elevam a conscientização das sociedades para a condição da infância, elas favorecem a difusão deste "sentimento de infância".

No tópico seguinte, apresentaremos os principais determinantes do trabalho de crianças e adolescentes.

---

[8] O fato de serem vivências particulares não implica que não encontram representação social. Na medida em que a vivência particular é discutida no entorno dos elos que unem a família à sociedade (vizinhos, parentes, amigos, colegas de trabalho etc.), as experiências particulares em relação ao trabalho e a escolaridade ganham o respaldo deste elo. Em se tratando de famílias com histórico de predileção ao trabalho, esta vivência particular ganha respaldo, difundindo a idéia de que a escolaridade deve ser preterida em relação ao trabalho.

1.2 DETERMINANTES DO TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Nos tópicos anteriores, discutimos como diversas concepções de pobreza vêem a exploração do trabalho de crianças e adolescentes contemporaneamente ao desenvolvimento de sentimentos em relação à infância e à adolescência, principalmente a preocupação em disciplinar e preservar a criança e o adolescente do contato nocivo com o mundo dos adultos. Vimos que o trabalho infanto-juvenil é, segundo a pobreza absoluta, resultado das estratégias de sobrevivência das famílias, um esforço em sustentar o padrão de consumo desejado e que pode engendrar um perverso ciclo de pobreza. A noção de pobreza associada à privação de capacidades básicas (tanto pela ausência de necessidades básicas quanto pela incapacidade em explorá-las) aprofundou a idéia de que o trabalho infanto-juvenil é oriundo da condição de pobreza, mas não o fundamenta apenas no afã de as famílias sustentarem seu padrão de consumo, percebendo-o como um fenômeno complexo e resultante de outras privações tais como o estoque de capital cultural que os chefes de família detêm.

Embasados nestas perspectivas sobre a pobreza, discutiremos os principais determinantes que favorecem o exercício de trabalho por crianças e adolescentes. Seguiremos a estrutura sugerida por Azevêdo, Menezes e Fernandes (2000) como norte para nossos debates. Assim, discutiremos brevemente as especificidades que separam a análise para as crianças e os adolescentes para, posteriormente, tratarmos dos determinantes relacionados à oferta e demanda por trabalho infanto-juvenil.

1.2.1 Especificidades que separam crianças e adolescentes

Após esclarecermos com detalhes as implicações noções de pobreza tratadas nos tópicos anteriores, depreendemos que o trabalho infanto-juvenil, independente de ser um instrumento de combate à pobreza ou de decorrer da pobreza, guarda profundas relações com as concepções de pobreza. No entanto, as circunstâncias que motivam o trabalho das crianças e a utilidade de seu trabalho diferem das circunstâncias e utilidades do trabalho realizado pelos adolescentes. Enumeramos três especificidades em relação às crianças e adolescentes, a saber, as *especificidades psicossomáticas*, as *especificidades legais* e a *importância da família*. Exploraremos com maior densidade esta última.

As especificidades psicossomáticas se referem às características psicológicas e corpóreas que separam crianças e adolescentes. A importância destas especificidades permite identificar

os ramos de atividades em que o trabalho de crianças e adolescentes é ou pode ser mais requisitado. Estas especificidades também são utilizadas como a justificativa em conter a exploração do trabalho infanto-juvenil, de modo que quanto mais cedo a pessoa for exposta ao exercício de trabalho, maiores são os prejuízos à sua formação psicossomática. Levando em conta características psicossomáticas dos indivíduos – transformações corpóreas (crescimento dos pêlos, desenvolvimento das zonas erógenas, mudanças na entonação da voz, desenvolvimento muscular, crescimento corporal etc.) e psicológicas (desenvolvimento do sujeito, do intelecto etc.) em muito ligadas às mudanças no ciclo hormonal –, os médicos e os psicólogos definem até os dez anos de idade o estágio da infância, ao passo que a adolescência compreenderia o período entre os 10 e os 20 anos de idade.

As especificidades legais se referem à identificação, perante o Estado, de etapas da vida para que se definam os meios em que se deve transcorrer desde a aplicação de sanções legais à garantia de preservação dos direitos individuais. Em relação à infância e à adolescência, sua definição legal visa conceber direitos e instrumentos de proteção social às pessoas em cada um destes estágios. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define legalmente essa separação. Criado pela lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 e pela lei nº 8.242 de 12 de Outubro de 1991, o artigo 2º do ECA "considera criança (...) como a pessoa até doze anos incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade", mas faz a seguinte ressalva: "nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente [o ECA] às pessoas de dezoito a vinte e um anos de idade" (BRASIL, 1990).

Com base na separação legal dos estágios da infância e da adolescência, define-se a legislação que protege a criança e o adolescente no mercado de trabalho. O artigo nº 60 do ECA proíbe qualquer atividade de trabalho a menores de catorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz[9], garantindo para os menores de 14 anos o direito a bolsas de aprendizagem e para os maiores de 14 anos os direitos trabalhistas e previdenciários, além de vedar condições de trabalho que impute ao adolescente empregado ocupações em condições precárias. No entanto, a emenda constitucional nº 20, de 16/12/1998, alterou as disposições do art. 7º inciso XXXIII, que previa anteriormente o limite de 14 anos como idade mínima ao trabalho no Brasil. Com o intuito de integrar a legislação brasileira à convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho, de 06/01/1973, a referida emenda elevou o limite ao

[9] Aprendizagem refere-se a "... formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor".

ingresso no mercado de trabalho para os 16 anos, permitindo o exercício do trabalho como aprendiz após os catorze anos (BRASIL, 1998).

Por fim, a terceira especificidade nos remete à influência que a família exerce sobre a decisão de trabalho. Este não é um ponto consensual quando assumimos as diferentes concepções sobre a pobreza, que tratamos em tópicos anteriores. Levando em conta a pobreza como insuficiência de renda, a família, baseada em uma função utilidade, faz uso do trabalho de suas crianças e adolescentes com vistas a sustentar seu padrão de consumo. Para as famílias que se situam em condições de indigência, o trabalho de crianças e adolescentes é uma estratégia de subsistência, uma forma de garantir ao menos a subsistência dos membros da família. Por terem as crianças um poder de barganha inferior aos adolescentes[10], o trabalho das crianças seria uma decisão familiar, ao passo que a decisão de trabalho dos adolescentes estaria mais relacionada à sedução que o consumo neles provoca (AZEVÊDO, MENEZES, & FERNANDES, 2000).

Contudo, a associação feita entre a alocação do tempo dos membros familiares baseada na satisfação de um padrão de consumo desejável às famílias entorpece questões importantes relacionadas ao trabalho das crianças e adolescentes. Uma questão pertinente se refere à forma como as famílias encaram o trabalho de seus filhos, sejam eles crianças ou adolescentes. Vários levantamentos empíricos sugerem que (i) as mães vêem no trabalho uma forma de afastar seus filhos das atividades periclitantes desenvolvidas nas ruas ou como uma forma de distração para as crianças, mesmo que elas não julguem o trabalho uma atividade divertida; (ii) os adolescentes valorizam mais a aprendizagem que decorre do trabalho do que a oferecida pelas escolas, pois, dada a elevada defasagem escolar em que se encontravam, o trabalho se consolidava como um objetivo mais concreto do que uma maior escolaridade (RIZZINI, 2007). Embora o fator renda seja relevante, a valorização do trabalho perante a educação joga papel importante na decisão de trabalhos de ambas as categorias e nos deixa indícios de que outras fontes de privação podem ser até mais relevantes para crianças e adolescentes do que o poder de barganha dos indivíduos. Discutiremos adiante a natureza destes determinantes e em que medida eles moldam a influência das famílias sobre a decisão de trabalho das crianças e adolescentes.

[10] O poder de barganha não está definido apenas em torno da idade, mas também em torno do potencial que cada membro tem em contribuir para o total do rendimento familiar.

1.2.2 Condicionantes da oferta de trabalho infanto-juvenil

Renda

Analisaremos o contorno dos determinantes da oferta de trabalho tomando a família como unidade decisória. Um suposto caro à pobreza absoluta, derivado da análise marginalista, é que as famílias são plenamente capazes de decidir como alocar o tempo de seus participantes entre trabalho, escola e afazeres domésticos, entendendo que as famílias gozam, em maior ou menor grau, de mecanismos de coesão interna que lhes permitam determinar a distribuição de encargos e benefícios entre seus participantes.

Devemos considerar, antes de prosseguirmos, como se constrói a função de utilidade das famílias antes de passarmos à escolha do melhor modelo. Desde já, deixemos claro que faremos uso deste aparato teórico apenas para esclarecer como os adeptos da pobreza como insuficiência de renda percebe os determinantes do trabalho infanto-juvenil. A função utilidade das famílias corresponde à soma aritmética das funções de utilidade individuais. Isto é importante para a definição da função utilidade mais adequada para as famílias. Como afirmamos nos parágrafos anteriores, a maximização das utilidades individuais dependerá da capacidade de barganha que cada componente possui no interior da família. Segundo Basu (1999), haveria evidências suficientes de que o padrão de consumo das famílias tende a mudar quando os ganhos de cada um dos componentes da família se alteram, mesmo que esta mudança não afete os rendimentos familiares. Este comportamento sugere que a renda é um elemento importante para se definir a capacidade de barganha dos componentes da família.

Há que se considerar, para além da capacidade de barganha dos membros da família, como se comportam os membros da família. Azevedo, Menezes e Fernandes (2000) citam dois modelos comportamentais a influir na forma como as famílias decidem alocar o tempo de seus participantes, a saber, o *modelo altruísta* e o *modelo individualista*[11]. O primeiro implica em membros familiares que tendem a se ajudar, ao passo que o segundo centra-se no curto prazo e implica na alocação temporal com base na necessidade em se garantir o padrão de consumo prévio. Dadas as especificidades que existem entre crianças e adolescentes[12] e a dificuldade em se definir onde um estágio da vida começa e onde o outro termina, o critério

[11] A escolha entre um modelo e outro depende de quão satisfeitas estão as necessidades básicas no seio familiar.
[12] Principalmente a maior autonomia dada aos adolescentes na alocação de seu tempo entre trabalho e lazer.

de alocação do tempo ganha contornos diferente a depender dos critérios de definição a serem utilizados.

Além do padrão de consumo das famílias (*mouths to feed*), da capacidade de barganha entre os membros e da forma como se estabelecem as relações no interior das famílias, o tamanho das famílias e o número de membros aptos para o trabalho também são aspectos importantes. Quanto maior for o número de membros capazes de aferir rendimentos interessantes no mercado de trabalho, menor tende a ser a importância do trabalho dos membros mais novos, os quais tendem a contribuir pouco proporcionalmente para o rendimento da família.

Com base nestes aspectos e no suposto utilitarista-marginalista, a família decidiria como alocar o tempo de cada um de seus membros, sendo mais influente a decisão da família sobre a alocação do tempo da criança, que possui menor capacidade de barganha:

> "... existe consenso a respeito do papel preponderante da pobreza [como insuficiência de renda] como determinante do trabalho infantil. (...) [Entretanto,] esta conclusão fica menos evidente no caso dos adolescentes, cuja inserção no mercado de trabalho encontra-se mais associada aos fatores de atração do mercado de trabalho. (...) No que se refere aos adolescentes, esta precedência da unidade familiar perde força relativa, porque as empresas demandam este tipo de mão-de-obra" (CACCIAMALI & BRAGA, 2003, pp. 406-407).

Assumindo a capacidade de barganha dos membros das famílias, a renda familiar seria um fator importante para caracterizar a influência da família sobre o trabalho das crianças, mas perderia importância para os adolescentes. Em famílias de baixa renda, as crianças tenderiam a exercer algum tipo de trabalho, por decisão da família, para auxiliar na manutenção de um padrão de consumo compatível com a satisfação das necessidades mínimas de alimentação. Os adolescentes, embora possam trabalhar para também auxiliarem suas famílias, o fazem porque desejam gozar de maior independência, ter seu próprio dinheiro. Contudo, existem outros elementos que só são percebidos indiretamente por esta abordagem, quando afetam os rendimentos familiares (estoque de capital cultural, educação, fatores históricos etc.).

Além disso, a abordagem da pobreza como insuficiência de renda é tratado como a ponta final, como o único instrumento do combate ao trabalho infanto-juvenil. Este ponto é controverso, pois não abarca todas as carências capazes de motivar o trabalho de crianças e adolescentes. Ainda, a comparação entre os processos de desenvolvimento de diferentes países sugerem que a satisfação das outras fontes de privação permite que as famílias

desfrutem de forma mais prolongada das benesses promovidas pelo desempenho econômico (maior renda, melhores postos de trabalho), o que enfraqueceria o papel dos rendimentos como solução ao combate do trabalho infanto-juvenil. Trataremos mais adiante de outros determinantes importantes para entender o trabalho de crianças e adolescentes.

Estrutura Familiar

Vimos no primeiro tópico deste capítulo que um dos mais importantes fenômenos que permitiu a disseminação do que Philippe Ariès denominou "sentimento de infância" foi o primado das relações familiares frente ao meio denso em que se davam as trocas afetivas e a comunicação social, característico da sociedade medieval. A partir do século XVI, as residências, que antes estavam abertas ao convívio deste denso meio, apresentaram mudanças significativas em sua estrutura. As portas, antes abertas, se fecharam ao meio externo. Além disso, rituais que hoje ensejam privacidade (por exemplo, a noite de núpcias), eram compartilhados por todos aqueles que participavam das trocas sociais neste meio em que o convívio familiar era peça menor. Sabe-se que partiu da classe burguesa o desejo de não mais se misturar livremente aos subalternos e impedir os seus que também compartilhassem do mesmo espaço, principalmente a partir do século XVIII. Suas crianças, por exemplo, passaram a freqüentar escolas diferentes daquelas freqüentadas pelos filhos dos trabalhadores, com todas as conseqüências que isto teve em relação à duração da infância[13].

Este "enclausuramento" da família permitiu o fortalecimento dos elos sentimentais entre os membros da família, principalmente entre mãe e filho. O primado da família sobre a "comunidade" engendrou a centralidade das preocupações em relação à criança e permitiu fortalecer a noção de que as crianças devem ser preservadas e bem cuidadas. Esta nova concepção resultou em uma queda considerável do tamanho das famílias, pois se mostrou recomendável reduzir o número de crianças para melhor cuidar delas. Há que se destacar também que o fortalecimento dos elos familiares em torno da criança favoreceu a redução de

[13] A separação entre as escolas favoreceu a prática de ensinos diferenciados entre as crianças burguesas e os filhos dos trabalhadores. Enquanto as primeiras tiveram acesso a um ensino clássico e em ciclos mais longos, os filhos dos trabalhadores tiveram acesso a um ensino de caráter mais técnico e em ciclos de mais curta duração. Como a escola, durante o século XVIII, demarcava o período de infância, as crianças bem nascidas, no frigir dos ovos, foram agraciadas com um período de infância mais longo do que os filhos dos trabalhadores.

sua mortalidade[14], pois as famílias não mais desejariam sua morte a ponto de ajudar a natureza a extinguir suas vidas (ARIÈS, 1986).

Só no final do século XX esta redução do tamanho médio das famílias contagiou também as famílias das classes menos abastadas, mas veio acompanhado de outra importante mudança: além de menores, tornou-se mais freqüente o número de famílias com apenas um adulto, predominantemente mulheres. Azevedo, Menezes e Fernandes (2000) argumentam que as famílias com um único adulto e chefiadas por mulheres tendem a apresentar maior incidência de trabalho infanto-juvenil, pois as mulheres tenderiam a ganhar menos do que homens no mercado de trabalho.

No entanto, a tendência à presença de grandes famílias persiste no meio rural, onde as crianças e adolescentes são importantes para a produção familiar. Diferentes abordagens discutem as razões para que este fenômeno ocorra. Segundo Cacciamali & Braga,

> "... a decisão dos pais de enviar seus filhos ao trabalho é muito mais predominante na área rural do que na urbana [porque esta seria uma] forma de ter um pouco mais de renda para a sobrevivência de seus membros" (CACCIAMALI & BRAGA, 2003, p. 410).

Irma Rizzini contesta este argumento. Mesmo em famílias rurais com um padrão de consumo alimentar satisfatório (padrão alimentar superior ao nível de subsistência), o trabalho infanto-juvenil é de grande importância para a produção nas roças baseadas na agricultura familiar, além dos elementos históricos e culturais que explicam o trabalho de crianças e adolescentes no meio rural:

> "Joseane, de 12 anos, e Fabiane, 14, trabalham na colheita de tangerinas e laranjas na propriedade da família. O pai colhe vinte caixas por dia e as meninas, 12 caixas cada uma. São, portanto, responsáveis por mais da metade da produção diária da propriedade. Quando começam as aulas, só trabalham meio período, diminuindo bastante a produção. Mesmo assim, a família mantém um padrão de vida satisfatório: comem bem, vestem-se adequadamente, possuem alguma forma de lazer. *O trabalho de toda a família é uma tradição mantida há várias gerações*. 'Aqui sempre foi assim', diz o pai. 'Meu pai trabalhava na roça quando eu era criança, eu trabalhei e

[14] Este fator não é único. A maior presença dos moralistas, a disseminação das Igrejas em localidades mais próximas das famílias e a ajuda das parteiras também foram elementos importantes para a queda da mortalidade das crianças entre os séculos XV e XIX.

> agora minhas filhas também trabalham. A ajuda delas é fundamental'" (RIZZINI, 2007, p. 387).

Em relação à ocupação dos adolescentes, o tamanho da família provoca dois efeitos contraditórios em famílias chefiadas por dois adultos. Por um lado, os adolescentes provenientes de grandes famílias tenderiam a trabalhar a fim de complementar a renda da família porque agora eles representam uma fatia maior do consumo. No entanto, eles poderiam trabalhar menos em famílias grandes com dois adultos provedores porque a melhor situação financeira destas famílias permitiria ao adolescente postergar seu ingresso no mercado de trabalho (AZEVÊDO, MENEZES, & FERNANDES, 2000).

Por fim, estudos indicam que tanto maior tende a ser a probabilidade em uma criança ou adolescente trabalhar quanto maior for o número de irmãos em idade inferior (CACCIAMALI & BRAGA, 2003).

Segundo Azevêdo, Menezes e Fernandes, "as relações entre o tamanho das famílias e a oferta de trabalho infantil são condicionadas pela estrutura e tamanho da família, pelo potencial produtivo das crianças e pelo grau de substituição do trabalho dos pais pela criança" (AZEVÊDO, MENEZES, & FERNANDES, 2000, p. 16). Neste sentido, as relações entre o tamanho da família e o trabalho de crianças e adolescentes tende a contrabalançar o efeito do poder de barganha em favor das crianças, pois o trabalho dos adolescentes substitui com mais propriedade o trabalho dos adultos do que as crianças podem fazê-lo.

Há que se considerar os efeitos que uma menor acessibilidade à escola tem sobre o exercício do trabalho por crianças e adolescentes, assim como os efeitos que aspectos culturais e históricos têm sobre o tamanho da família e sobre a organização do trabalho no meio rural, aspectos que só são percebidos indiretamente pela abordagem da insuficiência de renda. A tradição do trabalho na roça da família, característica citada nos parágrafos anteriores, é um elemento importante: o trabalho no campo, ensinado pelo pai ao filho por gerações é parte do legado que a família campesina transmite às gerações futuras, mais importante, por exemplo, do que as benesses promovidas por um maior nível de instrução (RIZZINI, 2007). A pouca vivência das famílias campesinas com questões relacionadas à escolaridade difundem uma noção limitada das funções da escola e a uma pequena valorização da escola perante o trabalho (GOMES, 1997).

A exploração do trabalho de crianças e adolescentes, em relação à estrutura familiar, "muda substancialmente dependendo do meio rural ou urbano, do nível de renda da família, da composição etária da família e do emprego dos adultos" (CACCIAMALI & BRAGA,

2003), mas também depende dos resultados de processos históricos e culturais importantes que condicionam a estrutura da família, tais como a maior freqüência de famílias menores, com um adulto e/ou chefiadas por mulheres, a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, à força das tradições etc. A redução do tamanho das famílias, um dos pilares necessários ao desenvolvimento de um "sentimento de infância", é um fenômeno que se estendeu só recentemente às famílias brasileiras menos abastadas recentemente, no final do século XX. Não obstante, é neste período que o tema trabalho infanto-juvenil ganha força entre as políticas públicas de redução da pobreza[15].

Características dos Pais e da Criança

Em várias circunstâncias deste capítulo, insistimos que em famílias cujos membros foram privados do acesso à escola – e que por isso a escola tem pouca ou nenhuma importância em sua trajetória histórica – ou que foram privados de outras liberdades substantivas não são capazes de desenvolver um "sentimento de infância". Nestas famílias, a transição da escola ao trabalho tende a ocorrer mais cedo do que entre aquelas que não passaram pelas mesmas privações.

A escolaridade dos pais é, neste sentido, um importante indicador de quão privadas da escolaridade estas famílias foram em gerações pretéritas. De modo geral,

> "... o valor que as pessoas atribuem à educação escolar é proporcional à familiaridade delas com as coisas que dizem respeito à escola. No caso das populações pobres essa familiaridade — a partir da experiência direta e/ou vicária — é, historicamente, recente. Em conseqüência, é possível supor que, nesse nível de classe, é recente e ainda está em curso o processo de incorporação da escola e do valor atribuído à escolaridade ao capital cultural familiar a ser herdado pelas novas gerações. À medida que essa apropriação é recente e, pois, incompleta a manifestação dela só pode ser frágil" (GOMES, 1997, p. 56).

[15] Apesar da maior freqüência com que a erradicação do trabalho infanto-juvenil aparece no seio das políticas públicas brasileiras, há que se destacar a contradição que representam instrumentos legais que permitem o trabalho de adolescentes maiores de 14 anos como aprendizes. Neste sentido, ainda há um atraso importante do Brasil em relação aos demais países, que sacramentaram em suas legislações a convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho, de 6 de junho de 1973 (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 1973).

Nestas famílias, não apenas os pais, mas as crianças e adolescentes tem uma visão pouco abrangente do papel da escola: para eles, a escola é uma forma importante para o aprendizado da leitura, da escrita e de operações matemáticas elementares, suficientes para desempenhar os trabalhos que lhes caberão no futuro.

Além disso, como os valores associados ao trabalho já compõem o capital cultural destas famílias, há uma predileção das crianças e adolescentes pelo trabalho em detrimento de uma maior escolaridade:

> "... estudos com adolescentes de baixa renda revelam a valorização da aprendizagem pelo trabalho em detrimento da aprendizagem escolar. (...) O trabalho era uma aspiração mais concreta e imediata: completar a escolaridade era algo mais distante e difícil, pois todos apresentavam grande atraso escolar" (RIZZINI, 2007, p. 390).

Como a experiência escolar ainda é historicamente recente nestas famílias, não há uma percepção clara dos benefícios que uma maior escolaridade pode proporcionar. Neste sentido, entre crianças e adolescentes com esta trajetória familiar, a repulsa à rotina escolar é significativa (GOMES, 1997)[16]. Por outro lado, os pais destas crianças e adolescentes tendem a ver o trabalho não como um prejuízo das capacidades de seus filhos, mas como um instrumento de formação do caráter individual:

> "Evitar o mal da rua, ocupar e distrair a criança são motivos que aparecem no discurso das mães: 'O trabalho é uma distração para a criança. Se não estiverem trabalhando, vão inventar moda, fazer o que não presta. A criança deve trabalhar cedo'; 'Serve de divertimento para a criança. Se ele não tivesse este trabalho, ele poderia estar na rua'" (RIZZINI, 2007, p. 390).

Situação semelhante ocorre com as crianças oriundas do campo. No mundo rural, as famílias tendem a ser numerosas, com muitos filhos, para que ajudem na lida diária nas roças. Há também um forte elemento tradicional de transmissão do conhecimento através do trabalho por gerações. Além disso, as famílias campesinas têm em seu histórico particular

---

[16] Embora este argumento pareça carregado de um forte determinismo, no sentido em que não há nada a se fazer em relação às famílias que não contam com experiências sensíveis em relação à escola, na verdade ele acentua que o insucesso escolar destas crianças se deve muito mais à incapacidade de a escola receber alunos provenientes de famílias sem um histórico de vivência escolar do que por culpa das próprias famílias. Sobre este assunto, ver (GOMES, 1997).

pouco contato com o mundo escolar. Quando migram para as áreas urbanas, as famílias ainda carregam os valores do campo para a cidade, reproduzindo lá suas idiossincrasias. Todos estes fatores, em sinergia, convergem para uma desvalorização da vida escolar em favor do trabalho e desfavorecem o desenvolvimento de um sentimento de infância[17].

Em relação ao gênero, os meninos têm taxas de ocupação historicamente mais elevadas do que as meninas. Há, contudo, um exercício cada vez mais crescente de trabalho por parte das meninas e que é pouco detectado nos levantamentos empíricos, a saber, o trabalho doméstico. Esta modalidade de trabalho se acelerou na medida em que as mães passaram a participar mais no mercado de trabalho. Nas famílias chefiadas por mulheres, as mães trabalham fora para complementar a renda ao passo que as meninas mais velhas assumem o papel de cuidar dos irmãos mais novos. Além disso, junto à disseminação das ocupações precárias, há a difusão do emprego doméstico, demandado tanto por mães de famílias mais ricas como artigo de luxo quanto por mães de famílias pobres que precisam trabalhar fora. Em 1998, eram "822 mil trabalhadores domésticos entre dez e 17 anos, a grande maioria do sexo feminino (90%). Uma história emblemática dessa realidade é a de Maria, de dez anos, filha de uma vendedora ambulante de Recife. De manhã ela vai à escola e quando chega não tem tempo para estudar. Larga seu material escolar em casa e vai para a casa da vizinha, onde cuida de um menino de quatro anos. Sua patroa, uma lavadeira, é tão pobre quanto ela" (RIZZINI, 2007, p. 382).

A cor da pele é fator importante para explicar porque as crianças negras não têm o mesmo direito a viver a infância e a adolescência com a mesma amplitude que uma criança não negra. A explicação convencional dá uma conotação temporal que gira em torno da discriminação sofrida por negros no mercado de trabalho:

> "... a relação entre a cor da pele e o trabalho infantil pode ser observada nos cruzamentos das avenidas das grandes cidades brasileiras. A maioria das crianças é negra. Isto reflete a situação de desvantagem dos trabalhadores negros no Brasil: tendem a ganhar um terço do que recebem os brancos e a exercer ocupações desqualificadas. Como conseqüência, seus filhos são mais pressionados a contribuir para o orçamento familiar. As estatísticas comprovam que as crianças negras trabalham mais que as brancas. No entanto, após a maioridade há uma inversão: o mercado de trabalho absorve proporcionalmente mais brancos, quando há uma maior exigência de escolaridade e qualificação. O preconceito racial é um fator importante na

[17] As crianças e adolescentes negros passam por dificuldades semelhantes porque seus pais também tiveram pouco contato com a vida escolar.

> seleção dos candidatos aos melhores postos de trabalho" (RIZZINI, 2007, p. 386).

Embora a discriminação econômica seja importante, temos também de nos perguntar em que medida os fatores culturais reforçam outras formas de discriminação em relação aos negros e em que medida estas outras fontes de discriminação são importantes para determinar o trabalho de crianças e adolescentes.

É fator importante também a faixa etária das crianças. Estudos mostram que "a taxa de participação das crianças cresce com a idade, acompanhando o movimento dos adultos, sendo maior entre os meninos do que entre as meninas" (CACCIAMALI & BRAGA, 2003, p. 411).

A avaliação condicional dos determinantes do trabalho associados às características de crianças e adolescentes faz um constante paralelo à pobreza enquanto insuficiência de renda. A baixa escolaridade dos pais implica em menores rendimentos familiares e maior incidência de trabalho infanto-juvenil; a discriminação sofrida por negros e mulheres em termos de oportunidades educacionais e no mercado de trabalho implica rendimentos familiares menores e maior incidência de trabalho infanto-juvenil. O efeito destes determinantes, contudo, se arrefece quanto mais velha for a criança ou o adolescente porque a atratividade do mercado de trabalho se faz mais presente quanto mais próxima estiver a criança ou o adolescente da maioridade.

Assim como as abordagens baseadas no utilitarismo como teoria da justiça social, a interpretação convencional sobre o trabalho de crianças e adolescentes só percebe o impacto que outras fontes de privação têm sobre a exploração do trabalho infanto-juvenil de forma indireta, quando elas repercutem sobre os gostos e preferências dos indivíduos (SEN, 2000). A escolaridade dos pais, por exemplo, é tratada apenas na dimensão das oportunidades econômicas: pais menos educados valorizam menos a educação de seus filhos apenas porque não percebem as benesses econômicas que a educação oferece. E quanto à formação dos atributos psicossomáticos, tais como a capacidade cognitiva necessária para o desenvolvimento de habilidades específicas na vida adulta? E o primeiro contato com formas de sociabilidade adequadas? Ambas as capacidades são importantes para que a pessoa alcance a condição de agente de si mesma, para que supere as condições adversas que possam interpor-se em seu caminho, para que seja capaz de levar uma vida boa e longeva. Mesmo que a renda seja suficiente, pais com baixa escolaridade e incapazes de reconhecer os benefícios de uma educação adequada não impedirão suas crianças e adolescentes de permanecer trabalhando.

1.2.3 Condicionantes da demanda por trabalho infanto-juvenil

Os condicionantes da demanda por trabalho infanto-juvenil se referem aos fatores que tornam a exploração do trabalho de crianças e adolescentes atrativos aos empregadores. O primeiro fator que justifica a atratividade da mão de obra infanto-juvenil em detrimento da força de trabalho adulta é "o custo mais baixo desta força de trabalho (...), vindo acompanhado de outros fatores, tais como: incapacidade organizacional; baixo poder de reivindicação; e habilidades para determinadas tarefas que lhes são atribuídas" (CACCIAMALI & BRAGA, 2003, p. 412).

Estruturas de mercado permissivas também são fatores importantes para a exploração do trabalho infanto-juvenil. Como há legislação proibitiva à contratação de menores de 16 anos no Brasil, o tamanho do setor informal, onde se concentram atividades que dificultam a fiscalização e o cumprimento das normas de trabalho (porque não há relação de trabalho legalmente estabelecida), desempenha um papel importante neste quesito. Circunstâncias macroeconômicas que motivam reestruturações do mercado de trabalho podem implicar na ampliação da informalidade e favorecer a exploração do trabalho infanto-juvenil. Por exemplo, o crescimento de atividades terceirizadas após a estabilização dos preços favoreceu o crescimento do setor informal, bem como fomentou o exercício de atividades produtivas em estabelecimentos menores, onde a fiscalização das relações de trabalho também é dificultada.

Outra hipótese sobre os determinantes da demanda por trabalho de crianças e adolescentes remete a flexibilidade dos salários e o nível do salário mínimo:

> "... a flexibilidade dos salários e seu nível mínimo são importantes variáveis na demanda de trabalho infantil e adolescente. Se os salários pagos aos adultos são baixos e existem adultos disponíveis para trabalhar, os empregadores não buscarão as crianças, uma vez que a produtividade esperada dos adultos deve ser maior do que dos trabalhadores infantis. Isto sugere que a fixação de salário mínimo efetivo pode ser mais um elemento de redução da utilização do trabalho das crianças e adolescentes" (AZEVÊDO, MENEZES, & FERNANDES, 2000, p. 21).

O impacto de desenvolvimentos tecnológicos pode arrefecer a demanda por trabalho infanto-juvenil, mas algumas tecnologias novas, por exigir maior destreza manual ou por estabelecer novos arranjos produtivos que viabilizem a produção fora das fábricas (um novo sistema *putting out*), podem implicar em maior utilização do trabalho de crianças e

adolescentes. A demanda por trabalho doméstico infanto-juvenil está associada também à renda familiar e à estratégia adotada por cada família para liberar tempo aos seus membros adultos. No entanto, os determinantes da demanda por trabalho doméstico de crianças e adolescentes estariam mais associados a aspectos culturais do que fatores propriamente econômicos.

Outro fator importante de atratividade pela mão de obra infanto-juvenil está relacionado à delicadeza e a habilidade, características físicas predominantes em crianças e adolescentes. Segundo Rizzini, "não se pode deixar de mencionar a demanda do mercado por mãos pequenas e ágeis, corpo obediente e pouco exigente. Há determinados tipos de tarefas que são melhor realizadas pelas mãos delicadas das crianças" (RIZZINI, 2007, p. 388). A distribuição do trabalho das crianças entre as mais heterogêneas atividades possíveis impede que se estabeleça um grau de homogeneidade em relação às diferentes áreas que podem demandar as habilidades características das crianças e dos adolescentes. Segue uma lista das mais diversas atividades que podem fazer uso, no Brasil, de trabalho infanto-juvenil e que foram catalogadas nas delegacias regionais do trabalho:

> "**1. Meio Rural:** fornos de carvão, extração de pedras, garimpo, agricultura de subsistência, beneficiamento de sisal, erva-mate, quebra de coco, agroindústria canavieira, extração de sal, colheita de agave, algodão, extrativismo vegetal, fumo, horticultura, casas de farinha, citricultura, pesca e atividades relacionadas à extração de corte de madeira; e **2. Meio Urbano:** no setor informal, como lixões, comércio de rua (feiras, ambulante, flanelinha, distribuição de jornais etc.), prestação de serviços na construção civil; e em algumas atividades industriais como fogos de artifícios, calçados, tecelagem, confecção, alimentos, móveis, laminação de madeira, tijolos/telhas e cerâmicas. Além disso, crianças também participam de atividades ilegais e anti-sociais de alto risco, como prostituição e tráfico de drogas, muitas vezes envolvidas em trabalho forçado" (CACCIAMALI & BRAGA, 2003).

Tratamos neste capítulo do desenvolvimento de um sentimento de infância, bem como do desenvolvimento dos diagnósticos sobre a pobreza e sobre o exercício de trabalho por parte de crianças e adolescentes. No plano histórico, tratamos do desenvolvimento de um sentido de preservação em relação às crianças e aos adolescentes na sociedade francesa, acentuando o papel desempenhado pelas escolas, pelos moralistas, pela Igreja e pela crescente privatização das relações no seio das famílias com o objetivo de mostrar o quanto é necessário favorecer

este sentimento em uma sociedade caso haja interesse em erradicar o trabalho infanto-juvenil. No plano das teorias que tratam do trabalho de crianças e adolescentes, há que se destacar que a condição de pobreza influi sobre a capacidade de uma sociedade em engendrar este sentimento de preservação. Dada a complexidade e a numerosidade de diagnósticos associados ao trabalho infanto-juvenil, apontamos que concepções mais abrangentes sobre a pobreza tendem a melhor compreender as causas do trabalho de crianças e adolescentes e a favorecer o desenvolvimento de políticas de combate embasadas em iniciativas combinadas e em várias frentes a fim de erradicar o trabalho infanto-juvenil. Por fim, apresentamos diversos diagnósticos relacionados ao trabalho de crianças e adolescentes, caracterizando-os conforme a relação que estabelecem com a oferta de trabalho e com a demanda de trabalho. No próximo capítulo, trataremos dos caminhos percorridos pela sociedade brasileira pós-escravagista em relação ao trabalho de crianças e adolescentes e apresentaremos as principais iniciativas contemporâneas de combate ao trabalho de crianças e adolescentes no Brasil.

CAPÍTULO 2
TRABALHO INFANTIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE NO PERÍODO RECENTE

O desenvolvimento de preocupações pertinentes à preservação e a garantia das capacidades psicomotoras, educacionais e de sociabilização, o que denominamos sentimento de infância[1], é fundamental para o combate ao trabalho infanto-juvenil. No entanto, o desenvolvimento de tais preocupações depende de como as circunstâncias históricas favorecem ou não que tal conscientização ocorra.

No capítulo anterior, tratamos do desenvolvimento do sentimento de infância na sociedade francesa a partir do século XV. Vimos que, naquela sociedade, a criança era pouco vista e logo se tornava adulta assim que reunisse capacidades suficientes para se locomover de forma autônoma. Nos séculos XVI e XVII, se desenvolveu a primeira forma de manifestação de preocupações relativas ao destino dos infantes, o sentimento de "paparicação". Embora as crianças fossem percebidas como instrumentos de diversão e distração para os adultos, tal sentimento fomentou o desejo de que aquelas "coisinhas tão divertidas", que não gozavam de quaisquer expectativas de levar uma vida longeva, não morressem cedo.

Mais importante que a paparicação foram as reações contrárias a este sentimento. Moralistas, educadores e homens da lei, indignados com o tratamento cedido às crianças e aos adolescentes, defendiam, nos séculos XVII e XVIII, que os infantes fossem previamente preparados para ingressar na vida adulta e que tal preparação deveria envolver disciplina e conhecimento. A escola, que passou por importantes transformações naquele período para abrigar crianças e adolescentes, consolidou-se como o espaço escolhido para tal preparação. Esta mudança teve tanta importância para a condição da infância e da adolescência que o ciclo escolar passou a determinar a duração de ambos os períodos (ARIÈS, 1986).

Contudo, tais transformações não foram suficientes para garantir a difusão homogênea destas preocupações na sociedade francesa, posto que o momento em que tal sentimento se cristaliza coincide com o momento de maior exploração da força de trabalho de crianças e adolescentes de nossa história recente, o século XIX. Levantamos alguns aspectos que impediram a difusão homogênea do sentimento de infância no capítulo anterior: (i) ciclos escolares distintos, a depender da origem familiar da criança ou adolescente – as crianças

[1] É fundamental ressaltar que este sentimento difere do afeto e do carinho que as famílias conferem naturalmente às crianças. Trata-se do sentimento de preservação, de garantir que as crianças e adolescentes sejam previamente preparados para ingressar ao convívio dos adultos.

mais abastadas gozavam de um ciclo de ensino clássico, passando mais tempo na escola, ao passo que as crianças e adolescentes das classes subalternas eram submetidas a um ensino de caráter técnico, com um ciclo escolar encurtado –; (ii) interesses de classe – por exemplo, o interesse em se evitar uma "inflação de intelectuais", possível graças à difusão do acesso à escola –; (iii) efeitos dos ciclos migratórios de reurbanização; (iv) descontinuidades família-escola – elementos característicos do capital cultural das famílias que podem implicar na evasão de seus filhos da escola –; (v) privações sofridas pelas famílias – privações de capacidades (facilidades econômicas, de acesso a serviços básicos etc.) que, numa perspectiva seniana, podem impor às famílias a necessidade de evadirem com seus filhos da escola.

Com base nos fatores que impedem a difusão do sentimento de infância, argumentamos no capítulo anterior que a concessão de benefícios que objetivam garantir apenas a subsistência das famílias é medida insuficiente para evitar que crianças e adolescentes deixem a escola para exercer atividades de trabalho. Neste sentido, políticas de combate ao trabalho infanto-juvenil devem incluir medidas que atentem para as diferentes dimensões que cerceiam o fenômeno. No primeiro tópico, trataremos da influência destes fatores sobre a condição da infância e da adolescência no Brasil através de uma perspectiva histórica. No segundo tópico, relataremos experiências internacionais e nacionais recentes de combate ao trabalho infanto-juvenil. No último tópico, traçaremos um panorama do trabalho infanto-juvenil no Brasil para a década de 1990.

2.1 ESCOLA, TRABALHO E A CONDIÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

2.1.1 Marco legal

Tal como na sociedade francesa, as principais mudanças em relação à condição da infância e adolescência no Brasil ocorreram em paralelo à consolidação de uma sociedade industrial, processo este que, no Brasil, ocorreu de forma tardia com relação à França e, por isto, as principais mudanças ocorridas em relação à condição da infância e da adolescência no Brasil se fizeram sentir mais tardiamente. Além disso, as diferentes trajetórias históricas de ambas as sociedades marcaram de forma distinta as percepções sobre as necessidades das crianças e dos adolescentes.

A sociedade brasileira, diferente do caso francês, viveu por muitos séculos sob um regime escravocrata, cujo fim, no século XIX, marcou o princípio do processo de consolidação de uma mão de obra assalariada. O fim da escravidão motivou entre as minorias detentoras do poder político o reconhecimento de que o trabalho era mal visto pelos menos abastados em virtude das marcas negativas que o período de escravidão infligiu. Assim, tornava-se crucial fomentar medidas que, por um lado, garantisse a continuidade da produção[2] e, por outro, reforçasse o trabalho como um elemento transmissor de bons valores morais (VALLADARES, 1991).

Entre 1890 e 1930, não houve mudança da vocação produtiva ligada à agricultura no Brasil, apesar do fim da escravidão. Mas a transformação do regime de trabalho desempenhou grande influência sobre a condição da infância e da adolescência no país. Ao longo deste período, o trabalho infanto-juvenil passou a ser visto como uma forma de evitar "desvios de conduta" e garantir a transmissão de valores morais desejáveis, cabendo ao Estado sua regulamentação. Neste sentido, o decreto nº 1.313, de 1891, definiu não apenas a idade mínima de trabalho (12 anos, sendo oito anos a idade mínima para os aprendizes), mas também a máxima jornada de trabalho (que dependia do gênero e da faixa etária) e a proibição do trabalho noturno a menores de 15 anos e em condições de perigo e anti-higiênicas. Diante dos freqüentes desrespeitos ao decreto de 1891 e das demandas de segmentos sociais em defesa do cumprimento do referido decreto (higienistas, juristas e sindicatos), em 1923 é promulgado o decreto-lei nº 16.300, que limitava em seis horas o trabalho de menores de 18 anos (PORTUGAL, 2007).

Outro instrumento utilizado para evitar desvios de conduta dos menores foram as instituições de assistência. Embora já existissem desde o regime imperial dezesseis instituições, entre 1890 e 1930 foram criadas outras 14 instituições, geralmente com o propósito de educar e encaminhar os menores abandonados a alguma atividade de trabalho. Tais instituições, muitas eram filantrópicas, visavam atender aos menores de uma forma diferente à apresentada pelo Estado, que usualmente reprimia os pequenos delitos praticados por crianças e adolescentes com o uso da força (RIZZINI, 2007).

---

[2] No Brasil, as minorias detentoras do poder político iniciaram uma política de "importação" de mão-de-obra. Focadas em países que contavam com uma força de trabalho consolidada, mas bastante empobrecida, o Brasil foi vendido como o novo eldorado. Através desta política, imigrantes das mais diversas nacionalidades (italianos, alemães, japoneses, eslavos, suecos etc.) aportaram no país com a esperança de enriquecerem e retornarem aos seus países de origem. No entanto, isto não aconteceu tal como previsto, graças às práticas escorchantes praticadas pelos patrões, desejosos de contar com uma mão de obra disciplinada e barata.

Diante das pressões crescentes oriundas de diferentes segmentos da sociedade, do grande número de acidentes de trabalho envolvendo crianças e adolescentes (muitos deles fatais) e sob a influência da criação da Organização Internacional do Trabalho em 1919 e da Declaração dos Direitos da Criança e do Adolescente em 1924, o decreto-lei nº 17.943-A fundou em 1927 o Código de Menores, o primeiro instrumento legal de atuação sistematizada do Judiciário em questões sobre a assistência, proteção, delinqüência e trabalho de menores. Tal código transferia ao Estado o pátrio poder sobre as crianças e adolescentes abandonadas e delinqüentes menores de 18 anos, cabendo-lhe prestar assistência a estas e encaminhá-las ao trabalho. Ele estabelecia novas idades mínimas para o aprendizado (12 anos) e para o trabalho (14 anos) nos casos em que ainda não se havia cursado o ensino primário[3], proibia o trabalho de menores de 14 anos em um conjunto de atividades de risco, proibia o trabalho noturno para os menores de 18 anos e determinava seis horas diárias como a carga máxima de trabalho, com intervalos diários para o descanso de uma hora. As instituições correcionais, tratadas como centros dedicados à correção pela educação e pelo trabalho, constituíam importantes instrumentos de imposição da disciplina e da moral trabalhista (PORTUGAL, 2007).

A vigência do código de menores ficou marcada pela dualidade com que as crianças e adolescentes eram tratados judicialmente, pois o código só se aplicava aos abandonados e aos delinqüentes. Às crianças oriundas de famílias-padrão, definidas por laços de consangüinidade em relação aos responsáveis, estavam protegidas pelo código civil de 1916, garantindo-as os mesmos direitos atribuídos ao "homem branco, letrado e cristão" (PORTUGAL, 2007, p. 40). Enquanto os abandonados e delinqüentes menores de dezoito anos deveriam ser encaminhados ao trabalho, as crianças e adolescentes provenientes destas famílias, por possuírem os mesmos direitos de um cidadão convencional, poderiam evitar por mais tempo o ingresso nessas atividades de trabalho.

Após o código de menores, os demais instrumentos legais de amparo à criança e adolescente seguiram a tendência em regulamentar o trabalho infanto-juvenil sem prever sua erradicação. Este código permaneceu inalterado até que a constituição de 1934 proibisse o trabalho aos menores de 14 anos sem autorização judicial. A nova constituição, promulgada em 1937, reforçou a estratégia de encaminhar as crianças e adolescentes ao trabalho, prevendo a abertura de casas de aprendizado – a casa do pequeno jornaleiro, a casa do pequeno lavrador e a casa do pequeno trabalhador, criadas em 1938 – e de instituições de ensino

[3] Menores de 12 anos poderiam trabalhar caso houvessem completado o ensino primário ou seu trabalho fosse indispensável para a subsistência da família. Ainda assim, neste último caso, freqüentar o ensino médio era condição obrigatória.

profissionalizante – os Serviços Sociais de Aprendizagem Industrial (SENAI), de Aprendizagem Comercial (SENAC) do Comércio (SESC) e da Indústria (SESI). A promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943 reforçou a proibição do trabalho aos menores de 14 anos, a mudança da maioridade penal para 18 anos (Código Penal de 1940) e obrigou reformas no Código de Menores a fim de compatibilizá-lo. Tais medidas permaneceram inalteradas até o período da ditadura militar (PORTUGAL, 2007).

O modelo de assistência do Estado Novo (1930-1945) entendia o trabalho infanto-juvenil como oriundo das dificuldades de subsistência das famílias, definindo como necessária a expansão das medidas para assistência aos menores de dezoito. Em 1938, surgiu o Conselho Nacional de Serviço Social, instituição com o propósito de suprir as deficiências e privações provocadas pela pobreza e miséria. Em 1940, foi criado o Departamento Nacional da Criança, cujo objetivo era criar consciência em torno da condição da criança e dar apoio às mães. No ano seguinte, foi criado o Serviço Nacional de Assistência a Menores (SAM), direcionado aos menores infratores e delinqüentes. Em 1942, a fim de completar o arcabouço da assistência, o governo criou a Legião Brasileira de Assistência, destinada a prestar assistência às famílias dos alistados na segunda guerra mundial e que depois se destinou a assistir a maternidade e a infância (PORTUGAL, 2007).

Com a deposição do presidente João Goulart, em 1964, deu-se início ao período da ditadura militar. Neste período, o aparato legal e o modelo de assistência sofreram algumas mudanças, mas mantiveram a orientação de regulamentar o trabalho infanto-juvenil e de encaminhar os menores delinqüentes ao trabalho. Em dezembro, mediante denúncias de corrupção no SAM, os militares reformaram a estrutura de atendimento aos abandonados, criando em seu lugar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que passou a coordenar as políticas de assistência destinada aos menores. Os governos estaduais criaram as Fundações de Bem-Estar do Menor (FEBEM), subordinadas à FENABEM, elevando o grau de intervenção do Estado sobre a condição da infância. No entanto, tais instituições seguiram o molde repressivo que a ditadura militar impingia sobre a sociedade, configurando-se em instrumento de controle social (PORTUGAL, 2007).

Um marco importante deste período foi, sem dúvida, a redução da idade mínima de trabalho de 14 anos para 12 anos, definida na constituição de 1967, e a redução da maioridade penal para 16 anos, em abril de 1967, pois significou um retrocesso em relação à condição da infância e da adolescência. Além disso, o aparelho de Estado tornou-se mais rigoroso com a condição do menor, prevendo o recolhimento provisório dos abandonados e delinqüentes para

fins de internação. Não obstante, a taxa de ocupação dos menores de 14 anos atingiu, entre 1974 e 1978, 18% do total de crianças nesta faixa de idade (PORTUGAL, 2007).

A legislação e as políticas de assistência aos menores trabalhadores seguiram sua tendência de regulamentação e encaminhamento ao trabalho. Através da lei nº 2.318 de 30 de dezembro de 1986, o governo Sarney criou o programa Bom Menino, cujo objetivo era iniciar crianças e adolescentes com idades entre 12 e 18 anos em atividades de trabalho. O programa obrigava

> "... as empresas com mais de cinco empregados terem 5% de seu pessoal com essa forma de contrato, com jornada máxima de quatro horas e remuneração de meio salário mínimo, sem que gere vínculo empregatício ou encargos previdenciários ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para as empresas" (FALEIROS apud PORTUGAL, 2007 p. 51).

A reversão dos instrumentos legais em direção ao combate ao trabalho infanto-juvenil só se tornou possível após a constituição de 1988. A partir deste momento, a legislação assume um caráter combativo em relação ao trabalho de crianças e adolescentes e de reconhecimento dos direitos dos infantes. O caput do artigo 227 da constituição de 1988 determina que

> "é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (BRASIL apud PORTUGAL, 2007 p. 52).

Em 1990, surge o Estatuto da Criança e do Adolescente[4] para regular o texto previsto na constituição. Além de separar legalmente os períodos da infância e da adolescência, o estatuto representa um marco ao tratar, pela primeira vez desde a proclamação da república, a criança e o adolescente como indivíduos detentores de direitos e como demandantes de cuidados diferenciados. O Estatuto da Criança e do Adolescente ratificou a convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho, que, em 1978, estabeleceu aos países associados que definissem a idade mínima de 16 anos para o exercício de atividades de trabalho, e reforçou o direito a uma educação universal, tal como a constituição previa.

[4] Leis nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 e nº 8.242 de 12 de Outubro de 1991

Apesar dos desenvolvimentos em prol do reconhecimento dos direitos à infância e à adolescência, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Capítulo V, Art. 60º) e a Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 20, de 15 de Dezembro de 1998, Art. 7º, inciso XXXIII), a Lei do Aprendiz (lei nº 10.097), sancionada em 2000, garantiram a continuidade no marco legal brasileiro das medidas que outrora apenas regulamentavam o trabalho infanto-juvenil ao invés de combatê-lo. Esta lei tem por objetivo garantir meios ao jovem de 14 a 16 anos[5] para que aliem capacitação técnica e profissional com o trabalho na empresa ao obrigar estas últimas, com exceção das pequenas empresas, a manterem em seus quadros um percentual de cinco a 15% de aprendizes, a depender da natureza de sua atividade. Com os aprendizes, poderia se firmar um contrato especial de trabalho com duração máxima de dois anos, que, posteriormente, se pode converter em contratação definitiva, com jornadas de, no máximo, seis horas para os aprendizes que não concluíram o ensino fundamental e de oito horas para aqueles que já tenham concluído.

Desde o fim da escravatura até a promulgação da constituição federal de 1988, as legislações e a assistência direcionadas à questão do trabalho infanto-juvenil, ao invés de combatê-lo, trataram principalmente de incentivar a incorporação das crianças e adolescentes ao trabalho. Pautadas na valorização do trabalho como alternativa preferível à marginalidade e à delinqüência, tais legislações estabeleciam a idade mínima de trabalho e as condições fitossanitárias ideais dos ambientes de trabalho a fim de garantir condições de trabalho salutares para as crianças e adolescentes. A assistência aos menores, por sua vez, envolvia o ensino de alguma atividade a fim de facilitar a inserção da criança e do adolescente em atividades de trabalho.

Tais medidas passaram por uma importante transformação após a constituição de 1988 e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, instrumentos que vislumbram a criança e o adolescente como detentores do direito ao desenvolvimento de suas capacidades. Passou-se a garantir às crianças e adolescentes o direito universal à formação educacional e ao acesso a serviços básicos. A partir deste momento, as legislações referentes à condição da infância e da adolescência passaram a entender o trabalho infanto-juvenil como um fator de degradação dos direitos infanto-juvenis, devendo ser, portanto, combatido. No entanto, a percepção do trabalho como um instrumento de transmissão de valores desejáveis ainda não se extinguiu do marco legal brasileiro. Um exemplo disto é a lei do aprendiz, aprovada em 2000, cujo objetivo é facilitar a inserção de adolescentes com idades entre 14 e

[5] Em 2005, passou-se a considerar aprendiz jovens com idades entre 14 e 24 anos.

16 anos em atividades de trabalho. Neste sentido, o quadro atual das legislações sobre o trabalho infanto-juvenil denota um quadro ainda transitório, coexistindo instrumentos legais e de assistência que, por um lado, buscam garantir os direitos infanto-juvenis presentes na constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente com iniciativas que buscam fomentar a absorção da força de trabalho dos jovens.

2.1.2 Transformações estruturais e acesso à escola no Brasil

Simultaneamente à constituição de um marco legal que reconhecesse os direitos das crianças e adolescentes, a transformação da sociedade brasileira em uma sociedade industrial influenciou de modo decisivo a condição da infância e da adolescência no país. Dentre estas, destaca-se a aceleração do movimento migratório em direção às cidades, entre 1930 e 1980. Durante este período, a população brasileira deixou de ser eminentemente rural para se tornar uma população estritamente urbana, concentrando-se de forma desordenada em poucas cidades[6]. Embora a migração tenha permitido que as famílias rurais desfrutassem de um maior acesso a serviços básicos que não estavam disponíveis em suas localidades de origem – e, no que tange o acesso à escola, muitas destas famílias puderam dar início a uma trajetória escolar impossível no campo -, os centros urbanos não ofereciam, a princípio, as melhores condições fitossanitárias[7] para que estas famílias pudessem viver nas cidades. Além disso, não havia escolas e professores em número suficiente para atender a todas as crianças e adolescentes campesinos.

No meio rural, as poucas e distantes escolas materializavam a privação do acesso a escola. Devido a este fato, o trabalho sempre fora mais presente na trajetória destas famílias e, por isso, valorizado como instrumento transmissor de conhecimento e de valores morais. Este contexto, reproduzido ao longo de gerações, favoreceu a incorporação do trabalho ao capital cultural das famílias campesinas. Além disso, a importância do trabalho das crianças e adolescentes para a produção permitiu ao trabalho infanto-juvenil tornar-se um fator endêmico à cultura campestre, a influenciar inclusive o tamanho das famílias no campo. No

---

[6] Após os anos 1980, a ocupação das cidades brasileiras ganhou um novo contorno, ganhando importância relativa as cidades de porte médio.

[7] No princípio do século XX, as cidades já mostravam gargalos no que tange às condições fitossanitárias das moradias. No caso específico da cidade do Rio de Janeiro, as moradias dos mais pobres – os cortiços – foram responsabilizados pelos surtos epidêmicos que a população experimentava. A política agressiva, que gerou revolta da população mais pobre (principalmente a revolta da vacina, em 1904), acabou por expulsar a população mais pobre, desalojada muitas vezes à força, para as regiões periféricas da cidade e para as favelas (VALLADARES, 1991).

espaço urbano, as dificuldades iniciais relativas ao acesso à escola favoreceram que as famílias campesinas reproduzissem seu modo de vida no campo, principalmente o emprego do trabalho de seus filhos. Neste sentido, o processo de urbanização da população brasileira tornou o trabalho infanto-juvenil um problema manifesto nas cidades, onde a taxa de ocupação chegou a alcançar 18% do total das crianças e adolescentes entre 1974 e 1979 (PORTUGAL, 2007).

Nos anos que se seguiram ao cume do processo de urbanização da sociedade brasileira, a disponibilidade de vagas nas escolas se elevou, configurando-se em elemento importante para explicar a tendência de queda do trabalho infanto-juvenil. Vimos no capítulo anterior que o ciclo escolar determina a duração da infância e da adolescência porque os preserva do exercício do trabalho. Além disso, a permanência nas escolas é fator importante para que as crianças e adolescentes possam desenvolver suas capacidades psicossomáticas e de sociabilidade, importantes para que, em sua vida adulta, elas possam gozar de autonomia. Um entrave importante a se considerar para o desenvolvimento do sentimento de infância é a conscientização das famílias sobre a necessidade de garantir que seus filhos completem o ciclo escolar. Posto que a escola, apesar de sua importância, apenas continua a educação iniciada no seio familiar, torna-se necessário sensibilizar as famílias de sua importância. Neste sentido, para despertar nas famílias o sentimento de infância, se faz necessário que as escolas desenvolvam ações capazes de sensibilizar as famílias acerca da importância de que suas crianças e adolescentes permaneçam maior tempo na escola (GOMES, 1997).

Em decorrência do processo de urbanização, a despeito dos problemas iniciais, observa-se que as experiências com uma maior vivência escolar estão mais presentes na vida das famílias brasileiras. Em 1982, 49,5% dos filhos tinham escolaridade superior à de seus respectivos chefes de família, 31,6% a mesma e 18,9% tinham escolaridade inferior, ao passo que em 1996, os mesmos números eram, respectivamente, 57,2%, 24,2% e 18,6%. Contudo, esta maior vivência escolar é um processo ainda muito lento para se configurar em melhores condições para que as crianças e adolescentes possam completar seus respectivos ciclos escolares, pois muitas famílias defendem que seus filhos trabalhem como atividade complementar às escolas. Observa-se que, em 1982, 53% dos pais analfabetos transferiram esta condição a seus filhos, ao passo que em 1996 esta proporção era de 37% (CARDOSO, 2008). O fato de este processo ter por ponto de partida uma sociedade com níveis de escolaridade precários e o fato de ser mais difícil sensibilizar famílias com histórico de analfabetismo e de origem campesina sobre a importância da escola para a formação de seus

filhos são elementos importantes para explicar as dificuldades de generalização dos ciclos escolares. Gomes (1997) aponta que é comum entre famílias com trajetórias associadas ao analfabetismo e a origem campesina o julgamento de que a educação escolar suficiente deve apenas se prestar ao ensino de conhecimentos aritméticos e lingüísticos básicos para que seus filhos possam desempenhar atividades de trabalho. Assim, tão logo eles adquiram estes conhecimentos, abandonam a escola para trabalhar.

Diante dos meandros que envolvem a questão da infância e da adolescência no Brasil, torna-se claro que o país ainda não dispõe de plenas condições para fomentar o desenvolvimento pleno de um sentimento de infância. No que diz respeito ao aspecto legal e às iniciativas de assistência aos menores, as diferentes normas e políticas tinham por leme a idéia de que o trabalho era preferível à delinqüência e ao abandono e, por isso, os diversos arcabouços legais normalmente regulamentavam, ao invés de combater, o trabalho das crianças e adolescentes visando garantir sua integridade física no ambiente de trabalho. A assistência, do mesmo modo, não tinha por objetivo garantir meios para a proteção da infância e da adolescência, mas sim facilitar o ingresso de crianças e adolescentes em atividades de trabalho[8].

Por sua vez, as transformações estruturais por que passou o país, principalmente entre 1940 a 1980, permitiram a consolidação do trabalho como a única alternativa para as crianças e adolescentes. A urbanização desordenada expôs a incapacidade de as cidades oferecerem de modo suficiente os serviços básicos. No que diz respeito ao acesso à escola, no período citado não havia nem escolas e nem pessoal suficientemente capacitado para atender, a princípio, toda a população. Embora a presença das famílias campesinas nas cidades as permitisse gozar de uma trajetória escolar impensável no campo, o trabalho se fez valer como instrumento de transmissão de valores. A consolidação de uma cultura favorável ao trabalho motivou as famílias a empregarem a mão de obra de seus filhos na lida diária. Nas cidades, a dificuldade de acesso inicial às escolas e o fato de a escola ocupar apenas parcialmente o tempo disponível diário das crianças e adolescentes criou ambiente propício para que o trabalho infanto-juvenil, fração importante da cultura e da tradição do meio campestre, pudesse se consolidar como um problema urbano. Mesmo em tempo parcial e apesar das dificuldades para a difusão do sentimento de infância, a elevação do acesso às escolas, ainda mais presente nas cidades, favoreceu a incursão de uma experiência escolar nas trajetórias de vida das

[8] O trabalho como alternativa à delinqüência servia apenas às crianças e adolescentes delinqüentes e aos abandonados. Aos nascidos em famílias-padrão, a garantia dos direitos civis estava preservada. Neste sentido, a legislação e a assistência às crianças e adolescentes estavam marcadas, desde o princípio, por esta dualidade.

famílias e auxiliou na elevação da escolaridade da população brasileira e na consolidação de uma tendência de diminuição do número de crianças e adolescentes trabalhadores nos anos que se seguiram.

O fim do período da ditadura militar, onde se enrijeceu a idéia de que o trabalho fosse uma alternativa à cultura das ruas, e a pressão de organizações internacionais em prol da erradicação do trabalho infanto-juvenil permitiu a gestação de um ambiente favorável para que ações e políticas públicas de combate ao trabalho e à exploração de crianças e adolescentes pudessem se estabelecer após a década de 1990. O fato de tal ambiente ainda ser historicamente recente ainda dificulta o desenvolvimento e a difusão de um sentimento de infância em patamar suficiente para erradicar o trabalho de crianças e, principalmente, adolescentes no Brasil. É neste sentido que se enquadram as ações articuladas focadas na atenção aos determinantes do trabalho infanto-juvenil (renda, recursos familiares, características da demanda etc.). No tópico seguinte, trataremos das experiências de políticas públicas internacionais pós-1990.

2.2 AS EXPERIÊNCIAS DE COMBATE AO TRABALHO INFANTO-JUVENIL APÓS A DÉCADA DE 1990 E A DIFUSÃO DO SENTIMENTO DE INFÂNCIA

Na literatura convencional sobre os fatores que motivam as famílias a fazerem uso do trabalho de suas crianças e adolescentes, predomina a interpretação de que o trabalho infanto-juvenil é uma estratégia de sobrevivência das famílias. Os rendimentos que estas famílias recebem seriam insuficientes para garantir a subsistência de suas famílias e, por isso, o trabalho das crianças e adolescentes assumiria papel complementar à renda familiar.

Contemporaneamente, os Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR) consistem no modelo de assistência de maior respaldo pela comunidade nacional e internacional. Os PTCR são programas de assistência focalizados, pois se dedicam a um público mínimo, e oferecem benefícios aos participantes selecionados em troca de contrapartidas. Os critérios de seleção freqüentemente levam em conta a situação econômica dos potenciais participantes, mas podem incluir outros critérios a depender dos objetivos específicos a serem alcançados. Os benefícios, por sua vez, visam complementar a renda dos participantes a fim de garantir a capacidade de subsistência dos beneficiados.

As justificativas usuais para a utilização dos PTCR como instrumento para a erradicação do trabalho infanto-juvenil se embasam na interpretação convencional sobre as razões que

levam as famílias a fazerem uso do trabalho de seus filhos. Segundo a literatura convencional, as crianças e adolescentes abandonam a escola para trabalhar a fim de suprir a insuficiência de renda de suas famílias. Neste sentido, o trabalho de crianças e adolescentes consiste em uma estratégia de sobrevivência. Para fazer frente ao trabalho infanto-juvenil, seria necessário complementar a renda das famílias a fim de fazer frente a esta insuficiência.

Nos subtópicos seguintes, apresentaremos alguns modelos de PTCR implementados no Brasil e no exterior e que, direta ou indiretamente, logram combater o trabalho infanto-juvenil. Nosso interesse é discutir em que sentido tais iniciativas facilitam ou não a difusão do sentimento de infância.

2.2.1 As experiências internacionais

a. A experiência mexicana: Oportunidades/Progresa

O programa mexicano Oportunidades, também conhecido como *Progresa*, é um PTCR de bastante reconhecimento pela comunidade internacional. Com o objetivo de garantir saúde, nutrição e educação às famílias atendidas, o programa, criado em 1998, fora, a princípio, direcionado a algumas comunidades rurais elegíveis. Posteriormente, a assistência também fora estendida às famílias carentes das áreas urbanas do México.

A definição dos beneficiários do programa percorre três estágios: (i) classificação dos municípios de acordo com um índice de marginalidade econômica e social; (ii) escolha dos domicílios dentro dos municípios com base em censo realizado pelo programa e (iii) constatação junto à comunidade se a escolha dos domicílios inclui ou exclui as famílias indevidamente. As localidades elegíveis devem se situar próximas a centros de saúde e de escolas, de modo a permitir que os beneficiários possam cumprir com as condicionalidades do programa. (ATTANASIO, MEGHIR, & SANTIAGO, 2005).

Os benefícios são divididos em três partes, das quais duas exigem contrapartidas. Às famílias elegíveis com membros idosos, transfere-se, incondicionalmente, $250 pesos por idoso. As famílias recebem ainda $189 pesos para a aquisição de alimentos, desde que as mães participem de palestras sobre nutrição e saúde. Por fim, os jovens que cursam da terceira à 12ª série recebem uma bolsa, cujo valor cresce na medida em que o beneficiário avança no

ciclo escolar, a depender do gênero do beneficiado[9]. O programa prevê também uma poupança para os alunos secundários baseada em um sistema de pontos e que pode ser resgatada após a conclusão do ensino, seja para a aquisição de planos de saúde, seja para se matricular em curso superior ou para abrir um negócio próprio (SOARES et al., 2007).

Entre 1998 e 1999, o programa já atendia 50.000 localidades diferentes, beneficiando 2,6 milhões de famílias. Em 2008, 5 milhões de famílias foram atendidas pelo programa[10].

b. O Programa Puente: Chile Solidario

O PTCR chileno, denominado *Chile Solidário*, foi criado em maio de 2002 a fim de assistir às cerca de 225.000 famílias chilenas que se encontravam em condições precárias. Para assistir a estas famílias, o Chile Solidário oferece apoio através de um assistente social, subsídios monetários e acesso prioritário a outros programas sociais. A seleção das famílias é feita com base em um *ranking* em que se consideram as condições de sua moradia, acesso a educação, inserção no mercado de trabalho e renda.

As famílias selecionadas, então, ingressam no *Programa Puente*, a porta de acesso ao Chile Solidário. As famílias selecionadas recebem visitas regulares de assistentes sociais, que são responsáveis por identificar problemas de acesso a serviços de saneamento e de saúde. Os assistentes verificam também as condições socioeconômicas das famílias e, também, se estas são vítimas de violência doméstica. Após a avaliação dos assistentes sociais, as famílias recebem o *aporte solidário*, benefícios monetários pagos às mulheres por um período de dois anos cujas contrapartidas dependem do contrato acertado com o assistente social e cujo objetivo é permitir acesso a bens e serviços com vistas a garantir a inclusão social. Se, dentro deste prazo de dois anos a família abandonar sua condição de pobreza inicial, o assistente social exclui a família do programa. Caso vencesse este período de dois anos e a família ainda permanecesse em situação de pobreza, ela passaria a receber, então, o *Bono de Protección*, benefício com prazo indeterminado e valores decrescentes no tempo (SOARES et al., 2007).

---

[9] As meninas recebem benefícios superiores aos meninos em todas as séries.
[10] Informação retirada de < http://www.oportunidades.gob.mx/> em 18/01/2009.

2.2.2 Iniciativas nacionais de combate ao trabalho infanto-juvenil

a. O Programa Bolsa Escola

O programa Bolsa Escola representa uma das primeiras iniciativas mundiais de PTCR. A proposta surgiu a partir de um ciclo de discussões iniciado em 1986 no Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneo, coordenado por Cristovam Buarque e vinculado ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (UnB). Tratava-se de um grupo de reflexão sobre os percalços pertinentes à realidade social brasileira. Um dos temas em debate consistia justamente em propor soluções que permitissem conduzir à escola crianças e adolescentes brasileiros provenientes de famílias carentes até o fim do ensino médio.

Partindo de um diagnóstico de que o acesso precário à escolaridade guardava forte relação com a pobreza que afligia as crianças e adolescentes, Cristovam Buarque, formulou a seguinte pergunta: "Se as crianças não estudam porque as famílias são pobres, por que não pagar aos pais para que os filhos não faltem às aulas?" (AGUIAR & ARAÚJO, 2002, p. 38). A proposta inicial, a despeito das objeções (custo fiscal elevado, crescimento da taxa de natalidade, incentivos adversos à oferta de trabalho, a utilização dos recursos por parte das famílias para outros fins que não a educação etc.), consistia em "... um programa que se assemelhasse ao incentivo à pós-graduação (bolsas de estudos para mestres e doutores) praticado no Brasil havia anos" (AGUIAR & ARAÚJO, 2002, p. 39).

Quando assumiu o posto de governador do Distrito Federal, em 1995, Cristovam Buarque tornou esta proposta de assistência plataforma de seu governo. Neste mesmo ano, lançou as bases do programa que viria a ser conhecido como Bolsa Escola. As características do programa abarcaram vários elementos previamente discutidos no Núcleo de Estudos sobre o Brasil Contemporâneo. Em termos, trata-se de um PTCR direcionado às famílias carentes com filhos matriculados em escola pública. Devido à escassez de recursos, adotaram-se vários critérios de seleção das famílias beneficiárias: (i) o grau de necessidade das famílias, definido com base em um índice de pontuação que abarcava aspectos tais como composição da família (monoparental, número de filhos etc.), situação sócio-econômica (valor dos bens acumulados), freqüência de incidência de doenças etc.; (ii) renda familiar per capita de até ½ salário mínimo; (iii) ter todos os filhos com idades entre sete e 14 anos matriculados em escolas públicas; (iv) residir no Distrito Federal no mínimo há cinco anos (v) e, na existência

de desempregados ou autônomos na família, estes deveriam comprovar a inscrição em programas de emprego e renda da secretaria do trabalho do Distrito Federal.

Para garantir a melhor utilização do benefício, o mesmo era pago às mães através de um cartão magnético bancário. Além disso, pensaram-se, em sua implantação, meios para que o programa não fosse utilizado como moeda política (impessoalidade na seleção das famílias, participação da comunidade no processo através da Comissão Executiva do programa etc.). Era concedido benefício de um salário mínimo (R$131,00 à época) *por família*, independente do número de crianças (AGUIAR & ARAÚJO, 2002).

O programa foi implantado inicialmente na região do lago Paranoá, uma das regiões mais pobres de Brasília, e, posteriormente, foi expandido a todo o Distrito Federal. Ao final de 1998, o programa contemplava 25.680 famílias e 50.673 crianças, atendendo a todas as regiões carentes do distrito a um baixo custo fiscal, inferior a 1% do total do orçamento anual. O sucesso da iniciativa brasiliense serviu de exemplo para a implantação de programas semelhantes em outros municípios[11].

No entanto, as desigualdades entre as regiões em termos de recursos impediam a expansão do programa a todos os municípios, pois enquanto poucas regiões metropolitanas reuniam condições orçamentárias para a aplicação do programa, a maioria não gozava de recursos suficientes para implantá-lo. Para resolver este problema, o Governo Federal lança em 2001 o programa federal Bolsa Escola. Em coordenação com os municípios, o governo financia os programas municipais e, simultaneamente, homogeneíza os critérios de seleção e a estruturação do programa. Eram concedidos benefícios no valor de R$15,00 por criança de 6 a 15 anos de idade matriculados na escola com taxa de freqüência escolar acima de 85%, até um limite de três crianças beneficiadas por família (ou R$45,00 mensais). As mães recebiam um cartão magnético que dava acesso ao benefício através do sistema de pagamentos da Caixa Econômica Federal. O controle da freqüência escolar ficava a cargo das escolas, que informavam às autarquias públicas responsáveis pela educação e esta, por sua vez, informava o Ministério da Educação que, então, autorizava o pagamento dos benefícios às famílias (AGUIAR & ARAÚJO, 2002).

---

[11] No Brasil, programas semelhantes foram implantados em várias cidades, sendo o caso mais destacado o programa Bolsa Escola do município de Recife, capital do estado de Pernambuco. Semelhante ao programa de Brasília, o programa recifense mereceu extensiva avaliação pela Organização Internacional do Trabalho. Sobre este assunto, ver LAVINAS, Lena. **Assessing Local Minimum Income Programmes in Brazil.** Geneva: ILO, 2001.

O programa federal Bolsa Escola diferia em aspectos importantes do programa brasiliense, a saber: (i) enquanto o primeiro tem por foco a *criança*, o segundo foca a *família*[12]; (ii) enquanto o programa brasiliense sucedeu a anos de debate que culminaram em uma proposta de programa, a implantação da Bolsa Família federal não levou em conta toda a sorte de recursos e demandas por sistematização necessárias para atender adequadamente as metas definidas[13]; (iii) a descentralização do processo de seleção e acompanhamento, que ficara a cargo das administrações municipais, engendrou perdas de eficiência e desvio dos objetivos centrais (devido à escassez de profissionais habilitados a dar suporte em muitos benefícios), a fraudes e a utilização do programa para fins coronelistas.

O programa federal Bolsa Escola foi extinto em 2003 para dar lugar ao programa Bolsa Família, que comentaremos mais adiante.

b. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

Outra importante iniciativa que segue o formato dos PTCR é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Fundado em 1996, o programa atende a crianças e adolescentes menores de 16 anos, carentes e residentes em áreas de risco para trabalho infanto-juvenil em condições de insalubridade.

A seleção dos beneficiários é realizada pela secretaria municipal de assistência social, pelo conselho tutelar, pela equipe da superintendência regional do trabalho e pelo ministério público, sendo os mesmos registrados no cadastro único do governo federal. O PETI concede benefícios mensais em dinheiro no valor de R$25,00 para as crianças residentes em áreas rurais e em municípios com população inferior a 250.000 habitantes e de R$40,00 para os demais municípios e regiões metropolitanas (MDS).

Para receber o benefício, as crianças e adolescentes não podem exercer atividades de trabalho, alcançar 85% de freqüência escolar, cartão de vacinação em dia e freqüência aos postos de saúde. Além dos valores em benefícios, o programa transferia recursos às localidades selecionadas para a ampliação da jornada escolar, tencionando assim reduzir o tempo disponível para o exercício de outras atividades, principalmente o trabalho. Trata-se de

---

[12] Tal como vimos no subitem que tratou dos determinantes do trabalho infantil, o foco na família implica em considerar a importância das relações mais complexas sobre o trabalho infantil do que o foco no indivíduo. Neste sentido, o programa brasiliense é superior às alternativas federais que assumem o foco na criança.

[13] Segundo Aguiar (2002), a meta inicial do programa era atender 5,9 milhões de famílias e 10,7 milhões de crianças entre 6 e 15 anos de idade.

um programa com cobertura muito reduzida e de difícil avaliação, principalmente em virtude de seus beneficiários estarem concentrados em regiões pontuais.

Os beneficiários do programa Bolsa Família residentes nos municípios em circunstâncias de risco para o trabalho infanto-juvenil foram integrados às atividades sócio-educativas promovidas pelo PETI através da portaria GM/MDS nº 666, de 28 de Dezembro de 2005. Trataremos no tópico seguinte sobre as particularidades do programa Bolsa Família.

c. O Programa Federal Bolsa Família

Quando lançado em 2001, o programa Bolsa Escola não era o único programa social de responsabilidade do governo federal. Havia, além dele, o PETI, o programa federal Bolsa-Alimentação[14], o Auxílio-Gás e o Cartão-Alimentação do programa federal Fome Zero. Em outubro de 2003, o governo federal decidiu fundir todos seus programas sociais para criar um novo, o Programa Bolsa Família.

Os critérios de seleção e a aplicação do programa foram herdados dos programas anteriores. Para as crianças de zero a seis anos de idade, é exigida a vacinação em dia. Para as crianças e adolescentes em idade escolar (6 a 17 anos), é exigida freqüência escolar mínima de 85%.

Inicialmente, o programa concedia um benefício básico de R$50,00 para as famílias com renda familiar per capita de até R$50,00, mais um benefício de R$15,00 por criança e/ou adolescente com idades entre seis e quinze anos. Este último benefício era concedido às famílias cuja renda per capita era inferior a R$100,00. Em 2008, tanto a cobertura quanto o valor dos benefícios foi estendido (BRASIL, 2008). Os benefícios, então, foram assim divididos: (i) as famílias com renda per capita de até R$60,00 recebem um benefício no valor de R$58,00, independente de sua composição, mais um benefício de R$18,00 por criança até um limite de R$54,00 (ou três crianças beneficiadas); (ii) as famílias com renda per capita entre R$60,00 e R$120,00 recebem um benefício de R$18,00 por criança até o limite de R$54,00 (ou três crianças beneficiadas); (iii) os adolescentes de 16 e 17 anos em ambas as famílias recebem um benefício de R$30,00 até o limite de R$60,00 (ou dois beneficiados); (iii) famílias com renda per capita superior a R$120,00 não eram elegíveis ao programa.

---

[14] PTCR destinado a gestantes e crianças de zero a cinco anos, tendo por condicionalidades a presença da gestante em consultas pré-natais, da mãe em programas de aleitamento materno e a vacinação em dia dos filhos.

Embora o objetivo principal do programa seja conduzir famílias a um patamar de renda acima da linha de pobreza, o programa também tenciona melhorar as condições de acesso à saúde e à educação e arrefecer a incidência de trabalho entre as crianças e adolescentes oriundos de famílias pobres. As condicionalidades e os critérios de seleção das famílias responderiam por estes objetivos secundários. Além disso, o programa responde a alguns problemas gerenciais presentes em outros PTCR (principalmente o programa Bolsa Escola), pois ao se reunir todos os programas em um só, evitam-se fraudes e desvios de recursos indesejados que diminuem a eficiência do programa. É importante também a redução dos custos de focalização do programa – a assunção de bons critérios de seleção –, pois assim se evita que o programa exclua famílias que realmente necessitam do benefício (erro de cobertura ou exclusão) ou inclua famílias que não necessitem de auxílio (erro de vazamento ou inclusão).

O programa Bolsa Família completou cinco anos em 2008 e, segundo dados do governo federal, o programa atendeu cerca de 10,65 milhões de famílias neste ano, total equivalente a 21% da população brasileira[15].

2.2.3 Críticas aos programas de transferência condicionada de renda

Medeiros, Britto e Soares (2007) debatem algumas críticas ao modelo de assistência previsto pelos PTCR. O status legal dos PTCR o deixaria exposto às intempéries da conjuntura política, com sua expansão e revisão dependente deste contexto, podendo o programa ficar sob o jugo de políticas clientelistas. Os PTCR apresentam ainda outras falhas, tais como erros de vazamento[16], pois 21% dos recursos seriam apropriados por famílias com renda per capita superior a R$100,00. Tal erro se justificaria pelas flutuações nos rendimentos das famílias ao longo do ciclo econômico e por erros de seleção. Outra fonte para críticas aos PTCR diz respeito aos elevados custos de seleção oriundos dos critérios de elegibilidade ao programa. A seleção do público alvo e a fiscalização do cumprimento das condicionalidades impingiriam aos PTCR custos elevados, relacionados à contratação de profissionais capazes de cumprir ambas as tarefas. Os defensores desta hipótese propõem que a assistência prestada pelos PTCR seja universal. No entanto, o baixo custo dos programas – que giram em torno de

[15] Informação disponível em <http://www.sedes.ma.gov.br/2009/1/7/Pagina710.htm>. Acessado em 19/01/2009.
[16] Consiste em incluir famílias que não necessitam de auxílio no programa.

1% do Produto Interno Bruto – e o efeito dos PTCR focalizados sobre a queda recente da desigualdade enfraqueceram este argumento (MEDEIROS, BRITTO, & SOARES, 2007).

Em relação às condicionalidades, existe uma importante controvérsia no que diz respeito à sua necessidade. As contrapartidas nos PTCR objetivam incentivar a demanda por serviços sociais básicos, principalmente saúde, e o acúmulo de capital humano através da obtenção de maior escolaridade. No entanto, as condicionalidades também estariam pautadas na percepção de que os indivíduos não podem receber benefícios do Estado sem dar algo em troca. A dúvida que paira é se o atendimento das condicionalidades é resultado direto dos instrumentos de controle ou uma tendência independente. Segundo avaliação de impacto realizada pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - CEDEPLAR[17] -, crianças e adolescentes beneficiados pelo programa Bolsa Família têm probabilidade menor de faltar a um dia de aula e de abandonar a escola do que as crianças e adolescentes não beneficiadas. No entanto, efeito semelhante foi obtido sobre crianças e adolescentes com idades entre 12 e 14 anos em resposta à aposentadoria rural não contributiva[18] e em resposta a aposentadorias e pensões não condicionadas a contrapartidas[19] (MEDEIROS, BRITTO, & SOARES, 2007).

Quanto aos efeitos dos PTCR sobre a oferta de trabalho, os baixos valores dos benefícios não parecem serem capazes de atuar como salário de reserva, com exceção aos trabalhos mal remunerados, de baixa qualificação e insalubres. Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que

> "... enquanto a taxa de participação no mercado de trabalho das pessoas em domicílios com beneficiários é de 73% para o primeiro decil da distribuição, 74% para o segundo e 76% para o terceiro, a mesma taxa é de 67%, 68% e 71%, respectivamente, para as pessoas que vivem em domicílios sem beneficiários" (MEDEIROS, BRITTO, & SOARES, 2007, p. 19).

Ferreira, Bourguignon e Leite (2002) sugerem que as transferências monetárias oferecidas pelo programa devem ser majoradas para que ele represente um custo de oportunidade para a incidência de trabalho infanto-juvenil entre as famílias que, em potência, possam participar do

---

[17] CEDEPLAR. **Projeto de Avaliação do Impacto do Programa Bolsa Família** – relatório analítico final. 2006.

[18] CARVALHO FILHO, I. E. **Household Income as a Determinant of Child Labor and School Enrollment in Brazil: Evidence from a Social Security Reform**. 2001.

[19] REIS, M. C.; CAMARGO, J. M. **Rendimentos domiciliares com aposentadorias e pensões e as decisões dos jovens quanta à educação e à participação na força de trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007 (Texto para Discussão, n. 1.262).

programa. No entanto, os autores reconhecem que um terço dos jovens entre dez e quinze anos voltariam às escolas em resposta ao programa, mas exercendo o trabalho como atividade complementar (FERREIRA, BOURGUIGNON, & LEITE, 2002).

Há que se destacar, no entanto, que as críticas ao PTCR apresentadas até o presente momento denotam suas limitações dentro do paradigma da pobreza absoluta, que apresentamos no primeiro capítulo. Em relação aos empecilhos que obstaculizam o desenvolvimento de um sentimento de infância, o diagnóstico sobre o trabalho de crianças e adolescentes e que representa o ponto de partida dos PTCR não é capaz de sensibilizar as famílias sobre os malefícios do trabalho para o desenvolvimento das capacidades psicossomáticas das crianças e adolescentes e a importância positiva que a escola exerce neste sentido. Assim, um conjunto de medidas que sensibilizem as famílias sobre a importância em manterem seus filhos por mais tempo na escola são estritamente necessárias para se erradicar o trabalho infanto-juvenil.

Em suma, os PTCR representam uma importante guinada em favor de garantir os direitos imanentes às crianças e adolescentes. No entanto, tais medidas apresentam limitações no que tange o desenvolvimento de um sentimento de infância. Além de o combate ao trabalho infanto-juvenil não corresponder ao principal objetivo dos PTCR, com algumas exceções, este modelo de assistência assume apenas a insuficiência de renda como fator explicativo para a evasão escolar e o trabalho infanto-juvenil. Outras razões justificáveis para que as crianças e adolescentes deixem a escola e trabalhem são desprezadas, tais como as descontinuidades entre o propósito da educação para as famílias e a proposta pedagógica das escolas ou o efeito de outras privações sobre a capacidade em permanecer por todo o ciclo escolar nas escolas. Neste sentido, obrigar as crianças a freqüentar a escola sem propostas claras em prol de arrefecer o efeito destas descontinuidades ou das privações não implica em criar um ambiente favorável ao desenvolvimento de um sentimento de infância, tornando as medidas prescritas pelos PTCR limitadas. No próximo tópico, traçaremos um panorama do trabalho infanto-juvenil no Brasil a partir de 1995.

2.3 PANORAMA DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL NO BRASIL

No Brasil, são recentes os instrumentos legais e de assistência que podem facilitar a difusão do sentimento de infância e, portanto, o combate ao trabalho infanto-juvenil. Até a constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, que regulamenta o texto

constitucional, não havia garantias de proteção à criança e ao adolescente do exercício de atividades que restringissem suas capacidades. Pelo contrário, havia um conjunto de leis e de instrumentos de assistência que regulamentavam o trabalho infanto-juvenil e treinavam as crianças e os adolescentes para o trabalho, logrando evitar a delinqüência e a marginalidade presente nas ruas.

Por outro lado, as famílias concordavam com a interpretação de que o trabalho era o instrumento mais adequado para evitar os males das ruas. O conjunto das transformações por que passou o país entre os anos 1930 e 1980 – a passagem de um modelo agrário exportador para uma economia industrializada, a consolidação de uma força de trabalho industrial, a concentração da população em poucos centros urbanos etc. – não gestou meios para que se pudesse desenvolver um sentimento de infância. Além das privações existentes nas cidades, que não reuniam condições fitossanitárias para comportar um volume populacional muito grande, havia uma importante escassez de escolas e de equipes pedagógicas para suprir a nova demanda. Apesar da melhora recente, tal escassez impediu que a escola fizesse parte da vivência destas famílias, favorecendo a valorização do trabalho como o instrumento preferível pelas famílias para o desenvolvimento das capacidades de seus filhos.

Neste tópico, apresentaremos informações contextuais sobre o trabalho infanto-juvenil, levando em consideração não apenas a proporção de crianças e adolescentes ocupados, mas também algumas características relevantes das famílias. Antecede a exposição dos resultados uma breve exposição dos métodos empregados nos cálculos.

2.3.1 Metodologia

Nesta seção, fazemos uso dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD), coletados nos anos de 1995, 1999, 2004, 2006 e 2007. O objetivo deste levantamento é investigar as características socioeconômicas da sociedade brasileira e é composta por características permanentes, que são investigadas de forma perene, e características que aparecem transitoriamente na pesquisa. A escolha dos anos reflete a preferência por um período economicamente mais estável e por momentos que sucederam a constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disso, o conceito de ocupação – que definiremos mais adiante – foi alterado em 1992, fazendo com que haja maior garantia de comparabilidade para os anos selecionados.

A PNAD é uma amostra que pode ser definida sob diferentes óticas. No que diz respeito à natureza de suas observações ao longo do tempo, a PNAD é um corte transversal dos dados, "uma amostra de indivíduos, consumidores, empresas, cidades, estados, países ou uma variedade de outras unidades, tomada em um determinado ponto no tempo" (WOOLDRIDGE, 2006, p. 5). Assim, ao tomarmos duas amostras da PNAD coletadas ao longo do tempo para fins de comparação, devemos salientar que os indivíduos entrevistados nos distintos levantamentos são, por natureza, diferentes entre si. Os microdados são coletados em uma semana específica do mês de setembro e que delimita a semana de referência da amostra. Embora a PNAD também levante características com base em um ano de referência[20], tomaremos também a semana como nossa unidade de referência para os resultados.

Quanto ao desenho amostral, a PNAD é uma amostra aleatória conglomerada em vários estágios. Sua estratégia de amostragem envolve a subdivisão das "... unidades da federação em diversos estratos (geográficos). Em cada estrato escolhem-se aleatoriamente dois municípios (com probabilidade proporcional ao tamanho). Estes municípios escolhidos são os conglomerados, ou, também, chamados de unidades amostrais primárias. Em cada município, são escolhidos aleatoriamente alguns setores que são as unidades amostrais secundárias. E, finalmente, em cada setor escolhido, são selecionados alguns domicílios que são as unidades amostrais terciárias" (NEDER, 2008, p. 19). A amostra conglomerada em vários estágios apresenta custos de captação inferiores, mas com o preço de inflar as variâncias dos estimadores. Neste sentido, é salutar considerar os efeitos do desenho amostral da PNAD sobre as inferências, sob pena de se elevarem as possibilidades de se cometer erros tipo I e tipo II.

As variáveis analisadas neste tópico derivam dos conceitos básicos utilizados pelos pesquisadores para a coleta dos dados. O domicílio foi definido como o "local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos" (PNAD/IBGE). A idade foi definida como o dia, mês e ano de nascimento da pessoa ou a idade presumida, para quem não soubesse a data de nascimento, ambas em relação à data de referência[21].

O conceito de família diz respeito ao "conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residissem na mesma unidade

[20] A proporção de crianças e adolescentes ocupados tende a ser maior do que na semana de referência.
[21] A data de referência da PNAD varia para os diferentes anos da pesquisa, mas geralmente corresponde ao último dia da semana de referência.

domiciliar e, também, a pessoa que morasse só em uma unidade domiciliar", sendo a dependência doméstica a "relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família" e as normas de convivência como "as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que morassem juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica" (PNAD/IBGE). Assim, famílias conviventes foram definidas como aquelas constituídas de, pelo menos, duas pessoas conviventes na mesma unidade domiciliar[22].

A condição no domicílio ou unidade familiar foi classificada em função da pessoa de referência do domicílio ou família. Esta última é a "pessoa responsável pela unidade domiciliar (ou pela família) ou que assim fosse considerada pelos demais membros" (PNAD/IBGE).

Em relação às características de educação, os entrevistados foram considerados alfabetizados se reunissem condições de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecessem. Por sua vez, o estudante foi identificado pelo entrevistador como "a pessoa que freqüentava curso regular (de ensino fundamental, ensino médio, primeiro grau, segundo grau ou superior de graduação), de mestrado ou doutorado, pré-escolar, de alfabetização de jovens e adultos, de educação de jovens e adultos ou supletivo ministrado em escola ou pré-vestibular", exceto os que freqüentavam "somente curso de especialização profissional, de extensão cultural (idioma, costura, datilografia etc.) ou de educação de jovens e adultos ou supletivo por meio de rádio, televisão ou correspondência" (PNAD/IBGE). Os anos de estudo foram definidos com base na série e no nível/grau que o entrevistado estava freqüentando ou que havia freqüentado por último com aprovação.

Para o levantamento da pesquisa, trabalho foi definido como o exercício de "ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) na produção de bens e serviços; ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) no serviço doméstico; ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana em ajuda a membro da unidade domiciliar que tivesse trabalho como empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador, em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo ou como aprendiz ou estagiário".

---

[22] Para a análise dos resultados, tomamos o conceito de família como nosso referencial, mas excluímos os indivíduos que, para determinada família, se declararam pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos.

Assim, as pessoas foram consideradas ocupadas no período de referência quando "tinham trabalho durante todo ou parte desse período [ou quando] não exerceram o trabalho remunerado que tinham no período especificado por motivo de férias, licença, greve etc." (PNAD/IBGE).

Fizemos uso do art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente para definir ambos os estágios. Segundo o referido artigo, "considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade". Embora o estatuto proíba o trabalho de menores de dezesseis anos, a existência de trabalho de crianças e adolescentes permite que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelo levantamento dos microdados da PNAD, defina a População em Idade Ativa (PIA) como os indivíduos com idades a partir de dez anos. No entanto, o mesmo não se faz para as crianças com idades entre cinco e nove anos. Em virtude destas dificuldades, os resultados apresentados nesta seção corresponderão à proporção de ocupados, definida como a razão entre o total de ocupados e o total da população. Neste sentido, faremos uso da proporção de ocupados ao invés da taxa de ocupação[23]. Definimos esta proporção, para as crianças, como o total de crianças ocupadas dividida pela população total de crianças, ao passo que a proporção de adolescentes ocupados é definida de modo semelhante.

Para finalizarmos os pormenores metodológicos, o fator de projeção da amostra é realizado com base na probabilidade de um indivíduo ser sorteado para a pesquisa. O espaço amostral para tal procedimento leva em conta o censo da década em que o levantamento foi realizado mais a taxa de crescimento estimada da população. Até 2003, quando a zona rural da região norte não era contabilizada, era utilizada a taxa de crescimento estimada da população urbana, característica que diminui a qualidade da projeção da amostra. Outro fator que diminui a qualidade da projeção amostral é a distância (em anos) do levantamento para o último censo populacional. Contudo, tais fatores perdem em importância quando se faz uso de dados relativos ao invés de valores absolutos. Passemos agora aos resultados.

2.3.2 Resultados

Nos últimos vinte anos, o quadro do acesso à escola melhorou de forma considerável, de modo que é amplamente aceito que o acesso ao ensino primário seja universal. Esta maior presença das escolas nas trajetórias das famílias desempenhou importante papel em prol da

[23] A taxa de ocupação é definida como a razão entre a população ocupada e a população economicamente ativa.

erradicação do trabalho infanto-juvenil. Os dados da Tabela 2.1 mostram que entre 1995 e 2007 houve significativa queda da proporção de crianças e adolescentes ocupados. Em 1995, 7,47% das crianças e 38,22% dos adolescentes trabalhavam, ao passo que os mesmos números em 2007 indicavam que 2,83% e 26,52% do total das crianças e adolescentes trabalhavam, respectivamente. Os dados mostram ainda que houve queda mais acelerada da proporção de crianças ocupadas do que de adolescentes ocupados, fator que de certo modo está relacionado ao fato de haver maior oferta de programas de combate ao trabalho das crianças (Tabela 1).

Tabela 1 – Crianças e adolescentes ocupados (em %)

Ano	Crianças	Adolescentes
1995	7,47%	38,22%
1999	5,86%	31,35%
2004	3,25%	27,46%
2006	3,34%	26,94%
2007	2,83%	26,52%

*Fonte: PNAD (Elaboração Própria)

No que diz respeito à situação censitária, também persistiu a tendência observada de queda da proporção de crianças e adolescentes trabalhadores. Contudo, em todos os anos analisados nota-se uma proporção maior de crianças e adolescentes ocupados em localidades rurais, em comparação com as zonas urbanas. Percebe-se que o acesso mais restrito à escola nas zonas rurais e a importância do trabalho dos filhos para a produção agrícola familiar desempenham papel determinante em prol da exploração do trabalho infanto-juvenil (Tabela 2).

Tabela 2 – Crianças e adolescentes ocupados por situação censitária (em %)

Ano	Crianças		Adolescentes	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1995	3,30%	20,52%	31,43%	62,87%
1999	2,42%	16,84%	24,51%	55,57%
2004	1,57%	11,10%	22,81%	50,44%
2006	1,68%	11,22%	22,98%	46,44%
2007	1,44%	9,47%	22,90%	43,81%

*Fonte: PNAD (Elaboração Própria)

Em relação aos dados desagregados por região, constata-se também que a proporção de crianças e adolescentes que trabalham em todas as regiões conserva a mesma tendência de queda apresentada pelos dados consolidados da Tabela 2.1. Para as crianças, a tendência de queda persistiu com exceção para o ano de 2006 e para as regiões nordeste sudeste, movimento explicado em parte pela queda dos recursos destinados ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em 2006. No que diz respeito à proporção de adolescentes que trabalham, observa-se uma tendência de queda até o ano de 2006 e evidências de uma possível reversão deste movimento em 2007. A tendência de queda persistiu até 2006 para a região sudeste (voltando a cair no ano seguinte) e 2007 para as regiões norte, sul e centro-oeste, rupturas que coincidem com uma conjuntura de aquecimento econômico. Dado que o crescimento econômico gera maiores oportunidades de trabalho (mesmo para os adolescentes) e que para os adolescentes a renda do trabalho serve para satisfazer suas necessidades de consumo, a elevação da proporção de adolescentes ocupados pode estar associada a uma maior oferta de postos de trabalho em contextos de economia mais aquecida (Tabelas 3 e 4).

Tabela 3 – Crianças ocupadas por região (em %)

	Crianças				
Ano	**Norte**	**Nordeste**	**Sudeste**	**Sul**	**Centro-Oeste**
1995	4,78%	11,51%	3,50%	10,32%	6,58%
1999	5,47%	10,17%	2,40%	6,40%	4,43%
2004	1,99%	5,94%	1,09%	4,47%	2,36%
2006	1,86%	6,00%	1,49%	4,08%	1,94%
2007	1,64%	5,22%	1,12%	3,58%	1,68%

*Fonte: PNAD (Elaboração Própria)

Tabela 4 – Adolescentes ocupados por região (em %)

	Adolescentes				
Ano	**Norte**	**Nordeste**	**Sudeste**	**Sul**	**Centro-Oeste**
1995	29,02%	42,55%	33,62%	45,21%	39,11%
1999	25,27%	36,93%	25,65%	36,80%	33,09%
2004	22,60%	31,36%	22,54%	35,21%	28,05%
2006	19,91%	30,31%	23,69%	32,94%	26,01%
2007	20,64%	28,98%	23,12%	33,91%	26,34%

*Fonte: PNAD (Elaboração Própria)

Os dados das tabelas 3 e 4 mostram uma circunstância inesperada, se levarmos em conta o diagnóstico tradicional sobre o trabalho de crianças e adolescentes como se este fosse uma forma de as famílias garantirem a subsistência de seus membros (CACCIAMALI, TATEI, & FERREIRA BATISTA, 2008). Regiões díspares no que tange o plano das oportunidades socioeconômicas, tal como as regiões nordeste e sul, apresentam elevadas proporções de crianças e adolescentes ocupados. Embora o trabalho infanto-juvenil no nordeste possa se enquadrar no diagnóstico tradicional, o mesmo não se pode afirmar para a região sul, por exemplo, onde as dificuldades de subsistência são menores. Verifica-se, ao longo dos anos observados, que mais da metade das crianças trabalhadoras nordestinas compunham famílias que se situam abaixo da linha de pobreza. Destacam-se, também, neste quesito as regiões norte e centro-oeste, que também tinham a maioria de suas crianças trabalhadoras abaixo da linha de pobreza até 1999. Na região sul, a proporção de crianças abaixo da linha de pobreza e que trabalhavam se elevou até 2004, quando alcançou 40,88%, diminuindo em 2006 e 2007 (Tabela 5).

Tabela 5 – Proporção das crianças trabalhadoras e que se encontram abaixo da linha de pobreza

(em %)

	Crianças				
Ano	**Norte**	**Nordeste**	**Sudeste**	**Sul**	**Centro-Oeste**
1995	56,13%	67,25%	44,03%	34,49%	62,00%
1999	54,38%	69,89%	45,80%	40,88%	59,72%
2004	49,07%	70,77%	53,46%	27,96%	44,97%
2006	41,53%	62,29%	33,09%	20,85%	47,29%
2007	30,64%	57,65%	29,32%	22,84%	43,41%

*Fonte: PNAD (Elaboração Própria)

Em relação aos adolescentes, o fato de suas respectivas famílias estarem abaixo da linha de pobreza se mostra menos importante do que para as crianças em todas as regiões. Para o adolescente, o trabalho é uma forma de obter ganhos que lhes permitam satisfazer suas necessidades de consumo (AZEVÊDO, MENEZES, & FERNANDES, 2000). Seu trabalho depende, portanto, menos da decisão familiar. Contudo, isto não implica em afirmar que as privações de facilidades econômicas experimentadas por suas famílias não afetam suas possibilidades de trabalho. Assim, verificamos que as maiores proporções de adolescentes

trabalhadores provenientes de famílias que se situam abaixo da linha de pobreza residem na região nordeste, onde, até 2004, mais da metade dos ocupados tinham origem em famílias com este perfil. Contudo, o mesmo não se pode observar para a região sul, onde a proporção de adolescentes ocupados e abaixo da linha de pobreza não ultrapassou em nenhum momento os 20% dos ocupados (Tabela 6).

Tabela 6 – Proporção de adolescentes trabalhadores e que se encontram abaixo da linha de pobreza

(em %)

	Adolescentes				
Ano	**Norte**	**Nordeste**	**Sudeste**	**Sul**	**Centro-Oeste**
1995	40,74%	53,85%	21,63%	19,26%	37,76%
1999	36,21%	54,54%	24,65%	17,40%	36,80%
2004	30,63%	52,45%	23,96%	13,47%	27,48%
2006	24,96%	45,42%	17,28%	10,32%	22,05%
2007	21,95%	43,24%	15,62%	7,67%	18,76%

*Fonte: PNAD (Elaboração Própria)

Em relação ao gênero, a proporção de meninos e meninas ocupados também caiu entre 1995 e 2007. Além disso, há que se destacar que a proporção de meninos trabalhando é historicamente maior do que a proporção de meninas na mesma situação (Tabela 7). Uma explicação possível para este fenômeno é o fato de a mão de obra dos meninos ser mais requerida para o trabalho, principalmente no campo. As meninas, por sua vez, dedicam maior fração do tempo estudando. Contudo, se incorporarmos o trabalho doméstico, onde as meninas são preferidas, é possível que a proporção de meninas trabalhadoras se aproxime da proporção de meninos trabalhadores (AZEVÊDO, MENEZES, & FERNANDES, 2000).

Tabela 7 – Crianças e adolescentes ocupados por gênero

(em %)

	Crianças		Adolescentes	
Ano	**Masc.**	**Fem.**	**Masc.**	**Fem.**
1995	9,89%	5,01%	47,96%	27,15%
1999	7,82%	3,84%	39,77%	21,91%
2004	4,41%	2,04%	34,60%	19,48%
2006	4,27%	2,38%	33,51%	19,72%
2007	3,72%	1,89%	33,15%	19,06%

*Fonte: PNAD (Elaboração Própria)

Com relação à alocação do tempo das crianças e adolescentes entre trabalho e escola, observa-se a importância da maior oferta de escolas e de iniciativas de combate ao trabalho infanto-juvenil, tal como o PETI, e que não existiam antes da década de 1990. Para analisar os efeitos da maior oferta de vagas no ensino primário e das iniciativas de combate ao trabalho infanto-juvenil, levamos em consideração a idade mínima de ingresso no ensino fundamental de sete anos, definida pela Lei de Diretrizes e Bases da educação. No Brasil, a idade mínima para ingresso no ensino fundamental era de sete anos, quando, em 2005, ela passou a ser de seis anos de idade[24]. Entre 1995 e 2004, a proporção de crianças que só freqüentam a escola se elevou em dez pontos percentuais, ao passo que a mesma proporção de adolescentes cresceu quatorze pontos, para se manter posteriormente estável entre 2006 e 2007. Para as crianças, a maior oferta de vagas e as iniciativas de combate ao trabalho infanto-juvenil se mostraram eficazes, visto que a proporção dos que somente estudam se elevou em detrimento da queda da proporção de inativos, os que não declararam nem estudar e nem trabalhar, e de crianças que estudavam e trabalhavam. Já para os adolescentes, a ausência de iniciativas de combate ao seu trabalho e a conjuntura de uma economia aquecida impediu uma elevação superior da proporção dos que se dedicam apenas ao estudo, principalmente em 2006 e 2007 (Tabelas 8 e 9).

Tabela 8 – Proporção de crianças e alocação do tempo (em %)

Ano	Crianças			
	Só Estuda	Estuda e Trabalha	Só Trabalha	Inativos
1995	84,05%	7,89%	1,55%	6,52%
1999	89,78%	7,03%	0,39%	2,79%
2004	93,87%	3,97%	0,15%	2,01%
2006	93,94%	3,62%	0,10%	2,34%
2007	94,52%	3,04%	0,12%	2,33%

*Fonte: PNAD (Elaboração Própria)

[24] Lei nº 11.114 de 16 de maio de 2005

Tabela 9 – Proporção de adolescentes e alocação do tempo (em %)

Ano	Adolescentes			
	Só Estuda	Estuda e Trabalha	Só Trabalha	Inativos
1995	52,19%	21,94%	16,28%	9,59%
1999	61,28%	22,32%	9,03%	7,38%
2004	65,39%	19,66%	7,81%	7,15%
2006	66,02%	19,23%	7,71%	7,04%
2007	66,16%	18,65%	7,87%	7,32%

*Fonte: PNAD (Elaboração Própria)

Quanto às características etárias dos inativos descritas na tabela 10, a idade média das crianças concentra-se na faixa dos seis anos, ao passo que para os adolescentes, ela se concentra na faixa dos dezesseis anos de idade. Para o caso das crianças, o fato de a idade média se concentrar na faixa dos seis anos de idade indica que a inatividade é característica das crianças que ainda não podem ingressar na escola e que também não reúnem capacidade de trabalho. Já para os adolescentes, o fato de a inatividade se concentrar na faixa dos dezesseis anos pode ser conseqüência tanto da falta de oportunidades de acesso à escola quanto do fato destes adolescentes residirem em regiões economicamente deprimidas ou exercerem tarefas domésticas. Todavia, não é nosso objetivo investigar as causas da inatividade dos jovens adolescentes.

Tabela 10 – Média das idades dos inativos (em anos)

Ano	Características Etárias dos Inativos					
	Crianças			Adolescentes		
	Média	CV	Assimetria	Média	CV	Assimetria
1995	6,719	0,314	1,207	15,721	0,105	-0,147
1999	6,177	0,299	1,856	16,125	0,101	-0,483
2004	6,298	0,313	1,682	16,381	0,095	-0,625
2006	6,251	0,317	1,760	16,498	0,094	-0,778
2007	6,377	0,319	1,572	16,496	0,094	-0,764

*Fonte: PNAD (Elaboração Própria)

Em relação às características de gênero dos inativos, observa-se que são mais freqüentes crianças inativas do sexo masculino, resultado que condiz com o fato de as meninas estarem

mais presentes nas escolas. Em relação aos adolescentes, observa-se, entre 1995 e 1999, uma importante aproximação das proporções de meninos e meninas inativas. Em 1995 e 1999, a inatividade era mais freqüente entre os adolescentes do sexo feminino, mas a partir de 2004 os resultados se tornaram aproximadamente os mesmos, com leve vantagem para os meninos. Importante notar que de 2006 a 2007, momento em que a economia brasileira passou por um período de aceleração, a proporção de meninos inativos cai quase um ponto percentual. Combinados com os resultados apresentados no parágrafo anterior, a inatividade entre as crianças está bastante relacionada ao momento prévio de ingresso à escola e à incapacidade de exercer atividades de trabalho. Ainda, são mais freqüentes os casos de crianças inativas do sexo masculino, possivelmente devido a maior presença das meninas na escola. Já para os adolescentes, o fato de a inatividade se concentrar na faixa dos dezesseis anos de idade denota que este grupo encontra dificuldades tanto para completar seu ciclo escolar quanto para assumir postos de trabalho. Além disso, os dados sugerem que a inatividade dos meninos nesta faixa etária estaria condicionada a possibilidade de estar empregado, ao passo que a inatividade entre as meninas poderia estar relacionada a outros fatores tais como a maternidade ou a necessidade em exercer tarefas domésticas (Tabela 11).

Tabela 11 – Características de gênero dos inativos (em %)

Características de Gênero dos Inativos				
Ano	Crianças		Adolescentes	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
1995	52,37%	47,63%	47,27%	52,73%
1999	51,61%	48,39%	49,82%	50,18%
2004	55,06%	44,94%	50,69%	49,31%
2006	53,37%	46,63%	51,06%	48,94%
2007	52,22%	47,78%	50,39%	49,61%

*Fonte: PNAD (Elaboração Própria)

Em relação às características do chefe de família das crianças e adolescentes, observa-se que em famílias cujos chefes são mais escolarizados existe menor tendência de que seus filhos trabalhem. Um argumento que justifica esta constatação reside no fato de que famílias com um histórico de escolaridade mais elevada valorizam que seus filhos permaneçam por mais tempo na escola. Observamos que para todos os grupos, a escolaridade média do chefe de família se elevou. Apesar disso, o nível de escolaridade médio do chefe de família é muito

baixo, posto que a maior média de escolaridade observada sequer é suficiente para a conclusão do ensino médio. As maiores médias de escolaridade do chefe de família se verificaram, em todos os anos observados, para o grupo das crianças e adolescentes que apenas estudam, seguido pelo grupo dos que estudam e trabalham. Para os adolescentes, observa-se que os chefes de família com menor escolaridade se concentram nos grupos dos que apenas trabalham e dos inativos, dados que mostraram médias semelhantes em todos os anos observados. Contudo, a maior escolaridade dos chefes de família de adolescentes que estudam e trabalham indica que outros fatores pesam sobre o exercício ou não do trabalho dos adolescentes, tal como a sedução que o mercado de trabalho promove sobre eles. Já para as crianças, o mesmo padrão se verifica apenas em relação à escolaridade dos chefes das que apenas trabalham, pois a escolaridade dos chefes de família das crianças inativas cresceu mais rapidamente entre 1995 e 2004. Este fenômeno pode indicar uma preferência dos chefes de família mais escolarizados em postergar o ingresso de seus filhos na escola (Tabelas 12 e 13).

Tabela 12 – Escolaridade média do chefe de família e a alocação do tempo das crianças

(em anos)

Ano	Crianças			
	Só Estuda	Estuda e Trabalha	Só Trabalha	Inativos
1995	5,06	2,37	1,18	1,96
1999	5,41	2,45	1,19	2,87
2004	5,96	3,10	1,16	3,19
2006	6,30	3,22	1,91	4,07
2007	6,42	3,58	2,19	4,69

*Fonte: PNAD (Elaboração Própria)

Tabela 13 – Escolaridade média do chefe de família e a alocação do tempo dos adolescentes

(em anos)

Ano	Adolescentes			
	Só Estuda	Estuda e Trabalha	Só Trabalha	Inativos
1995	5,65	3,56	2,16	2,87
1999	5,77	3,72	2,73	3,58
2004	6,37	4,56	3,49	4,30
2006	6,58	4,87	4,08	4,60
2007	6,66	5,13	4,50	5,07

*Fonte: PNAD (Elaboração Própria)

No que diz respeito à posição na ocupação do trabalho realizado pelas crianças, destaca-se a importância relativa do trabalho não remunerado. Em relação às crianças de cinco a nove anos de idade, não houve mudanças relativas importantes entre 1995 e 2007. De fato, para cada dez crianças trabalhadoras, nove trabalham na condição de trabalhador não remunerado. Este resultado levanta muitas dúvidas acerca dos motivos que levam as crianças a trabalhar. Com exceção das localidades onde a agricultura familiar é o principal ramo de atividade (tal como acontece na região sul e nas áreas rurais do nordeste, por exemplo), era de se esperar uma menor importância relativa destas ocupações. Neste sentido, podemos afirmar que as razões que levam a maioria das crianças a trabalhar sem receber nada em troca encontrariam explicação em outros fatores, tal como as circunstâncias que impedem a escola de compor o capital cultural destas famílias e o uso do trabalho como forma de transmitir valores morais desejáveis (Tabela 14).

Tabela 14 – Distribuição das pessoas de 5 a 9 anos de idade segundo posição na ocupação

(em %)

Ano	Crianças			
	Empregado	Doméstico	Conta Própria	Não Remunerado
1995	5,13%	1,07%	2,18%	91,62%
1999	4,18%	0,24%	2,13%	93,45%
2004	4,02%	0,52%	6,92%	88,53%
2006	5,42%	0,93%	3,92%	89,73%
2007	5,57%	1,02%	2,75%	90,66%

*Fonte: PNAD (Elaboração Própria)

Em relação às posições de trabalho das crianças e adolescentes entre dez e quinze anos de idade, o trabalho não remunerado permanece em posição de destaque, ganhando, entre 1995 e 1999, importância relativa, mas perdendo participação nos anos seguintes. Tais indivíduos, mesmo tendo à sua disposição políticas que lhes permitiriam evitar o trabalho (PETI, Bolsa Escola etc.), estão mais sensíveis à possibilidade de receber melhor no mercado de trabalho, principalmente quando a conjuntura econômica e as legislações facilitam a obtenção de postos de trabalho. O contexto de crescimento da economia brasileira após 2002, as possibilidades abertas pela lei do aprendiz e a proibição a incorporação legal do jovem até 15 anos na PEA são fatores importantes para explicar a redução da formalidade entre a faixa etária de 10 a 15 anos. Nesse contexto, os postos de trabalho que mais absorvem jovens nessa idade são os postos de trabalho informais[25] (Tabela 15).

Tabela 15 – Distribuição das pessoas de 10 a 15 anos de idade segundo posição na ocupação

(em %)

Ano	Crianças e Adolescentes de 10 a 15 anos				
	Empregado c/ Carteira Assinada	Assalariado s/ Carteira	Doméstico s/ Carteira	Conta Própria	Não Remunerado
1995	4,87%	23,06%	7,80%	5,11%	59,02%
1999	1,94%	20,53%	5,60%	5,33%	66,47%
2004	0,86%	25,41%	6,68%	6,85%	60,17%
2006	0,85%	23,91%	6,66%	7,70%	60,83%
2007	0,00%	26,38%	7,48%	7,37%	58,74%

*Fonte: PNAD (Elaboração Própria)

Em relação ao grupo dos adolescentes de dezesseis e dezoito anos de idade, cujos quais podem assumir postos de trabalho formais, observa-se o crescimento da proporção desses jovens na posição de assalariados sem carteira assinada, enquanto o percentual de trabalhadores não remunerados se reduziu. Além do que, a proporção de jovens na posição de assalariados com carteira também se reduziu. O trabalho por conta própria também absorve uma parcela de jovens, porém não se verificam variações significativas nesses percentuais. Neste sentido, podemos concluir que o ingresso destes jovens no mercado de trabalho, a despeito do contexto econômico favorável, implica no exercício de ocupações precárias, tal

[25] O Ministério do Trabalho e Emprego pode aceitar que menores de dezesseis trabalhem com carteira assinada desde que estes sejam arrimos de família.

como o trabalho remunerado sem carteira. Além disso, existe uma elevada taxa de desocupação nesta faixa etária. Na medida em que o contexto de crescimento econômico persiste, espera-se que esta precarização diminua e que as condições de ingresso no mercado de trabalho para esta faixa etária ocorram de modo mais favorável. Há que se destacar ainda que a proporção de indivíduos que trabalham por conta própria e dos domésticos sem carteira, que vinham em trajetória de queda, se elevou em 2006 e 2007 (apenas para os que trabalhavam por conta), indicando que, para os adolescentes, trabalhar por conta própria ou como doméstico sem carteira se mostra mais fácil quando o contexto econômico favorece. Por fim, o trabalho não remunerado apresentou-se mais freqüente entre os adolescentes de dezesseis e dezoito anos de idade do que as posições com carteira assinada, o que pode significar o exercício de trabalho em unidades familiares rurais, onde o trabalho do adolescente ocorre em complemento à atividade escolar (Tabela 16).

Tabela 16 – Distribuição das pessoas de 16 a 18 anos de idade segundo posição na ocupação

(em %)

Ano	Adolescentes de 16 a 18 anos							
	Empregado c/ Carteira Assinada	Funcionário Público	Assalariado s/ Carteira	Doméstico c/ Carteira	Doméstico s/ Carteira	Conta Própria	Empregador	Não Remunerado
1995	22,47%	0,20%	34,62%	0,57%	8,81%	6,62%	0,14%	26,57%
1999	19,42%	0,31%	34,78%	0,61%	7,89%	7,32%	0,12%	29,54%
2004	18,12%	0,18%	42,99%	0,17%	7,09%	6,50%	0,23%	24,72%
2006	20,12%	0,15%	43,38%	0,18%	7,56%	6,70%	0,16%	21,76%
2007	18,30%	0,16%	46,03%	0,13%	6,71%	7,32%	0,19%	21,16%

*Fonte: PNAD (Elaboração Própria)

O custo da mão de obra é um forte incentivo à demanda de força de trabalho infanto-juvenil. Além de características próprias da faixa etária em que se encontram (destreza, habilidade, mãos delicadas etc.) e que são fortes atrativos para determinadas modalidades de trabalho, a menor capacidade de mobilização e reivindicação das crianças e adolescentes favorecem a prática de baixas remunerações. Estas características das crianças e adolescentes justificam em parte os baixos rendimentos reais por hora observados entre 1995 e 2007. Considerando apenas as crianças, adolescentes e adultos com rendimentos positivos, os números da Tabela 17 mostram que os valores de rendimentos por hora recebidos pelas crianças não são suficientes para lhes garantir a capacidade de auxiliar na subsistência de suas

famílias. Embora os rendimentos alcançados pelos adolescentes sejam superiores aos rendimentos observados para as crianças, seus ganhos são ainda inferiores aos que recebem os adultos que exercem atividades informais, resultado este que oferece indícios que nos permitem afirmar que os adolescentes exercem atividades ainda mais precárias em termos de renda do que as exercidas por adultos em atividades informais. Todavia, é possível que os Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR) atuem como um custo de oportunidade tanto para o rendimento das crianças quanto para os dos adolescentes, dado os baixos rendimentos percebidos por ambos os grupos. No entanto, há que se destacar que isto não implica que o exercício de trabalho infanto-juvenil se arrefeça, pois a renda não é o único determinante capaz de explicar o porquê crianças e adolescentes trabalham.

Tabela 17 – Rendimento real por hora de crianças, adolescentes e adultos informais
(em R$ de 1995)

	Rendimento Real por Hora		
Ano	Crianças	Adolescentes	Adultos
1995	R$ 0,41	R$ 0,79	R$ 1,46
1999	R$ 0,39	R$ 0,61	R$ 1,10
2004	R$ 0,31	R$ 0,39	R$ 0,66
2006	R$ 0,31	R$ 0,42	R$ 0,72
2007	R$ 0,24	R$ 0,44	R$ 0,78

*Fonte: PNAD (Elaboração Própria)

Com base nos números expostos nas tabelas acima, pudemos discutir características importantes do trabalho infanto-juvenil. Observamos que, de modo geral, a proporção de crianças e adolescentes trabalhadores diminuiu de forma considerável nas décadas de 1990 e 2000. Este importante decréscimo foi acompanhado de uma oferta maior de vagas nas escolas e de um número importante de iniciativas de combate ao trabalho de crianças e adolescentes. De fato, entre 1995 e 2007, a proporção de crianças e adolescentes apenas estudando se elevou, assim como a escolaridade média dos chefes de família no período.

Apesar da maior presença das escolas e do maior número de iniciativas pró-erradicação do trabalho infanto-juvenil, o baixo nível de escolaridade ainda é uma realidade na sociedade brasileira, configurando-se em um sério problema em prol da difusão de um sentimento de infância. Nestas circunstâncias, não importa apenas elevar o número de vagas ou elaborar iniciativas que fomentem o ingresso na escola, mas engendrar iniciativas mais amplas e que

levem em conta um número maior de determinantes para o trabalho das crianças e adolescentes. Uma proposta que pode somar às iniciativas já existentes envolve o preparo de professores e a reestruturação das escolas a fim de torná-las mais atrativas às famílias que tenham em suas trajetórias pouco ou nenhum elo com ciclos escolares mais elevados (GOMES, 1997).

Outro fator importante para o trabalho infanto-juvenil é a insuficiência de renda das famílias. De acordo com a literatura tradicional, as famílias decidem como alocar o tempo das crianças e dos adolescentes de acordo com suas condições para a satisfação de um determinado padrão de consumo. Assim, decidem fazer com que seus filhos trabalhem se a renda familiar não permite a satisfação deste padrão desejável de consumo e, caso a renda da família não seja suficiente sequer para garantir a subsistência de seus membros, o trabalho infanto-juvenil se torna uma estratégia de sobrevivência. A partir dos dados da Tabela 18, observamos que entre 1995 e 2007, a proporção de adolescentes pobres e não pobres que apenas estudavam cresceu, sendo este efeito mais acentuado sobre os adolescentes oriundos de famílias abaixo da linha de pobreza. Tal redução, no entanto, ocorreu em virtude da redução da proporção de adolescentes que estudam e trabalham, da proporção de adolescentes que apenas trabalham e da proporção de adolescentes inativos. Com base nas informações descritas na tabela abaixo, observa-se ainda que a elevação da proporção de adolescentes que apenas estudam é mais intensa entre os adolescentes pobres do que entre os não pobres. Além deste fato, as proporções de adolescentes não pobres que estudam e trabalham estabilizaram na casa dos 20% a partir de 2004, enquanto as mesmas proporções para os adolescentes pobres continuaram a cair. Por se tratar o intervalo entre 2004 e 2007 de uma etapa marcada pelo crescimento da economia brasileira, é possível que os adolescentes não pobres encontrem menos dificuldades para obterem alguma ocupação do que os adolescentes pobres possivelmente por estes últimos serem oriundos de regiões economicamente deprimidas onde não existem oportunidades nem mesmo para os trabalhadores adultos (AZEVÊDO, MENEZES, & FERNANDES, 2000).

Tabela 18 – Formas de disposição do tempo dos adolescentes segundo sua condição de pobreza

(em %)

Não Pobres				
Ano	**Só Estuda**	**Estuda e Trabalha**	**Só Trabalha**	**Inativo**
1995	54,53%	22,91%	15,51%	7,05%
1999	62,39%	22,84%	9,41%	5,36%
2004	64,86%	20,98%	8,50%	5,66%
2006	65,23%	20,28%	8,54%	5,94%
2007	64,81%	19,94%	8,87%	6,39%

(A)

Pobres				
Ano	**Só Estuda**	**Estuda e Trabalha**	**Só Trabalha**	**Inativo**
1995	47,84%	20,15%	17,70%	14,31%
1999	59,47%	21,46%	8,40%	10,67%
2004	66,27%	17,46%	6,64%	9,64%
2006	67,74%	16,94%	5,89%	9,44%
2007	69,30%	15,65%	5,55%	9,50%

(B)

*Fonte: PNAD (Elaboração Própria)

Em relação às crianças, observa-se, acima e abaixo da linha de pobreza, elevação da proporção das que se dedicam exclusivamente aos estudos. Em relação às crianças oriundas de famílias não pobres, o crescimento se deu basicamente em detrimento da redução conjunta da proporção de crianças que estudam e trabalham, das que trabalham exclusivamente e das que se encontravam inativas. No que diz respeito às crianças pobres, a elevação da proporção das que se dedicam exclusivamente aos estudos ocorreu de forma ainda mais acelerada. Como o grupo das famílias mais pobres conta com maiores dificuldades de acesso a serviços de educação, a elevação da disponibilidade de vagas no ensino fundamental e a ação dos programas sociais, cujo recebimento dos benefícios está condicionado à matrícula e a presença das crianças na escola (Bolsa Escola, Bolsa Família e PETI), pode exercer efeitos mais potentes sobre estas famílias e favorecer o crescimento acelerado da proporção de crianças que apenas estudam, em detrimento das demais alternativas de alocação do tempo das crianças (Tabela 19).

Tabela 19 – Formas de disposição do tempo das crianças segundo sua condição de pobreza

(em %)

	Não Pobres			
Ano	**Só Estuda**	**Estuda e Trabalha**	**Só Trabalha**	**Inativo**
1995	85,24%	5,21%	0,84%	8,71%
1999	89,27%	4,26%	0,26%	6,21%
2004	93,23%	2,66%	0,08%	4,04%
2006	93,89%	2,91%	0,09%	3,11%
2007	94,06%	2,51%	0,07%	3,36%

(A)

	Pobres			
Ano	**Só Estuda**	**Estuda e Trabalha**	**Só Trabalha**	**Inativo**
1995	71,90%	7,30%	1,88%	18,92%
1999	80,61%	6,83%	0,49%	12,08%
2004	88,47%	3,56%	0,20%	7,76%
2006	89,84%	3,69%	0,12%	6,35%
2007	91,28%	3,03%	0,17%	5,52%

(B)

*Fonte: PNAD (Elaboração Própria)

Desde o fim do período escravagista no Brasil até a constituição de 1988, o marco legal, a crescente urbanização da população brasileira, o acesso facilitado às escolas e o fomento a iniciativas públicas de combate influenciaram, cada qual a seu modo, o exercício de trabalho pelas crianças e adolescentes no Brasil. Estes desenvolvimentos alteraram sobremaneira a disposição de recursos familiares (saúde, educação, saneamento básico etc.) e contribuíram para a trajetória atual de redução do trabalho infanto-juvenil. Por outro lado, o maior contato com uma trajetória escolar pelas famílias, o melhor acesso a serviços de saúde e educação obtidos nas cidades, a elevação do número de vagas nas escolas do ensino fundamental etc. favoreceram também o combate às formas de privação e aos diagnósticos que fomentavam o exercício de trabalho pelas crianças e adolescentes. Dada a numerosidade e a complexidade dos determinantes do trabalho de crianças e adolescentes, se faz necessário que os formuladores de políticas públicas de combate ao trabalho infanto-juvenil privilegiem outros elementos que, assim como a renda, importam para que as famílias imputem a seus filhos a necessidade de trabalharem. Ações articuladas e em várias frentes poderiam fomentar melhores resultados não apenas porque atentam para várias formas de privação, mas também porque estas ações atacam simultaneamente os diversos diagnósticos do trabalho de crianças e

adolescentes. Estas ações articuladas são as únicas capazes de favorecer o desenvolvimento de um sentido de preservação em relação às crianças e adolescentes, sentido este que chamamos “sentimento de infância” no primeiro capítulo, necessário para a erradicação do trabalho infanto-juvenil. No próximo capítulo, trataremos da avaliação dos impactos do Programa Bolsa Família, um programa cujo foco é a renda, sobre o trabalho de crianças e adolescentes brasileiros.

CAPÍTULO 3
IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE O TRABALHO INFANTO-JUVENIL

Os capítulos anteriores apontaram diversas causas para o trabalho infantil que abrangem variáveis econômicas, sociais, culturais e espaciais. Entretanto, o Executivo federal dispõe de um programa de transferência de renda denominado Bolsa Família que indiretamente pode atuar sobre o trabalho infantil. Esse programa por meio da transferência de renda para as famílias visa elevar a freqüência de crianças e jovens adolescentes na escola e, portanto, indiretamente pode reduzir o trabalho infanto-juvenil. Assim, o programa concentra sua ação, sobretudo, na transferência de renda para essas crianças e adolescentes. Noutras palavras, a elevação da renda familiar que foi apontada como um dos fatores causais do trabalho infanto-juvenil é a principal ação desse programa. Todavia, inexiste uma ação articulada desse programa com outros que poderiam atuar sobre os demais fatores causais desse tipo de trabalho.

Neste capítulo, investigaremos o impacto do Programa Bolsa Família sobre o trabalho das crianças e adolescentes de até quinze anos de idade no Brasil. Esse programa concede as famílias beneficiadas um determinado valor monetário para cada criança que freqüente à escola e, assim, indiretamente o programa pode contribuir para reduzir o trabalho infantil. A renda é um dos determinantes do trabalho infanto-juvenil. Posto isso, nosso pressuposto é que o Programa Bolsa Família possa contribuir para reduzir esse trabalho.

A metodologia adotada para estudar o impacto do PBF sobre o trabalho infanto-juvenil é o Pareamento pelo Escore de Propensão (PEP). O método PEP elimina o viés de seleção na estimativa de diferenças de médias de um indicador relativo à amostra de beneficiários e a amostra contrafactual. Os resultados apontam que os efeitos do PBF sobre o trabalho das crianças e adolescentes é limitado porque reduz a proporção de crianças que somente trabalham, mas não altera significativamente a proporção de crianças que trabalham e estudam. Além disso, as condicionalidades estabelecidas pelo programa exigem a freqüência à escola, porém não contemplam medidas que possam evitar o trabalho após a jornada escolar.

Este capítulo é dividido em quatro seções. A primeira seção se dedica aos diversos estudos que investigaram os impactos das políticas públicas brasileiras sobre o trabalho infantil. A segunda seção compreende o detalhamento da metodologia utilizada, qual seja, o Pareamento pelo Escore de Propensão (*Propensity Score Matching – PSM*), apresentando também suas

virtudes e limitações no que diz respeito ao objeto de nossa análise. Na terceira seção, traçaremos o perfil dos participantes do programa Bolsa-Família no que diz respeito às variáveis que podem ser influenciadas pelo programa, bem como no que tange às variáveis que influenciam a decisão de as famílias participarem do programa. A última seção corresponde à interpretação dos resultados.

3.1 ESTUDOS RECENTES SOBRE O TRABALHO INFANTO-JUVENIL NO BRASIL

Como vimos no capítulo anterior, desde a promulgação da constituição de 1988 começou a florescer no país um conjunto de medidas cujo objetivo era garantir a crianças e adolescentes um conjunto de direitos básicos de modo nunca antes observados ao longo da história do país. O florescer destas iniciativas, a despeito de coexistirem com medidas que acabavam por incentivar o trabalho de crianças e adolescentes, fomentou nas famílias o desenvolvimento de um sentido de preservação para com seus filhos.

Dentre estas iniciativas, destaca-se o crescente interesse da comunidade científica em compreender os fatores que motivam o trabalho de crianças e adolescentes e em utilizar pesquisas empíricas a fim de fundamentar iniciativas públicas de combate ao trabalho infanto-juvenil. Neste tópico, apresentaremos três artigos cujo objetivo é avaliar o efeito de Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR) sobre o exercício de trabalho por parte de crianças e adolescentes. No primeiro trabalho, os autores François Bourguignon, Francisco Ferreira e Philippe Leite (2002) avaliam os impactos potenciais (*ex-ante*) do Programa Bolsa-Escola sobre a alocação familiar do tempo das crianças de dez a quinze anos de idade a partir de um exercício de simulação sobre os microdados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD); no segundo trabalho, Eliane Cardoso e André Portela (2004) utilizam dados do Censo Populacional de 2000 para avaliar os efeitos *ex-post* do Programa Bolsa-Escola sobre o trabalho de crianças com idades entre dez e quinze anos de idade utilizando o Pareamento pelo Escore de Propensão (*Propensity Score Matching – PSM*); no terceiro trabalho, Ana Lúcia Kassouf e Adriana Ferro (2005) analisam os efeitos do Programa Bolsa-Escola sobre a "decisão" de trabalho e as horas semanais trabalhadas pelas crianças com idades entre seis e quinze anos de idade através de estimadores obtidos por um modelo probit e pelo método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). No último trabalho, Maria Cristina Cacciamali, Fábio Tatei e Natália Ferreira Batista utilizam o método do probit bivariado para avaliar o efeito de um conjunto de variáveis, dentre elas a participação no

Programa Bolsa-Família, sobre a incidência de crianças que estudam e sobre a incidência de crianças que trabalham no Brasil.

3.1.1 Uma avaliação *ex-ante* dos impactos de programas de transferência de renda sobre o trabalho infanto-juvenil no Brasil

Em 2002, um trabalho conjunto de três pesquisadores representou o ponto de partida de um artigo cujo objetivo era, através de técnicas de simulação, predizer os possíveis impactos do recém-lançado programa Bolsa Escola federal sobre como as famílias decidiam alocar o tempo de suas crianças e adolescentes com idades entre 10 e 15 anos de idade. O trabalho dos pesquisadores Francois Bourguignon, Francisco Ferreira e Phillippe Leite, intitulado *Ex-Ante Evaluation of Conditional Cash Tranfers: the Case of Bolsa Escola*, consistiu em aplicar, considerando o comportamento das famílias, as características do programa a uma base de dados de tamanho significativo para estabelecer um contrafactual em relação às decisões de alocação do tempo das crianças. Para tanto, escolheram a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD) levantada em 1999 como o banco de dados preferencial por ser esta uma amostra de relevância nacional e que continha informações relativas às condições socioeconômicas das famílias brasileiras. O trabalho foi realizado em três etapas, a saber, (i) definição do modelo comportamental; (ii) estimação dos parâmetros de interesse e (iii) interpretação dos resultados do procedimento.

Ferreira, Bourguignon e Leite (2002) assumem, como ponto de partida, o diagnóstico de que a renda insuficiente das famílias as motiva a fazer uso do trabalho de seus filhos a fim de garantir a satisfação da subsistência familiar, de modo que a renda obtida por crianças e adolescentes no mercado de trabalho e/ou o trabalho doméstico de crianças e adolescentes é importante porque garante a subsistência dos membros da família. Contudo, o exercício de trabalho por parte das crianças e adolescentes as impede de freqüentar a escola, posto que o tempo direcionado às atividades de trabalho não poderá ser utilizado por elas para fins de acúmulo de capital humano. Para as famílias em piores condições de subsistência, a presença de seus filhos na sala de aula representa um importante custo de oportunidade equivalente à renda que se poderia ganhar caso a criança ou adolescente trabalhasse, de modo que é mais freqüente nestas famílias o exercício exclusivo de trabalho pelos seus filhos. Quando adultas, estas crianças e adolescentes não poderão ocupar postos de trabalho bem remunerados e voltarão, por isto, a enfrentar as mesmas privações de renda que enfrentaram na infância.

Com base neste diagnóstico para o trabalho infanto-juvenil, os autores constroem a curva de oferta de trabalho com base em um modelo comportamental e em três possibilidades de decisão (S_j), a saber, "a criança só trabalha" ($S_j = 0$), "a criança estuda e trabalha" ($S_j = 1$) e "a criança só estuda" ($S_j = 2$). Estas três possibilidades constituem, na verdade, a variável de resposta de um modelo logit multinomial em que se considera um conjunto de características das crianças (X_i), um vetor de características das famílias (tamanho, idade dos pais, escolaridade dos pais, presença de outras crianças em idade escolar, distância da escola etc. - H_i), a renda familiar líquida da renda das crianças (Y_{-i}), a contribuição da renda infantil para a renda familiar (y_{ij}), além de um termo de erro estocástico (v_{ij}), que condensa os efeitos de fatores não observáveis e que afetam a forma como as famílias alocam o tempo das crianças. Através de manipulações, podem-se condensar as características observáveis das crianças e das famílias em um vetor característico (Z_i) e separá-las dos rendimentos das famílias e da importância da renda das crianças para a renda familiar, de modo que se permita que tal decisão estabeleça *trade-offs* sem restrições entre a escolha pelo estudo ou pelo trabalho a depender de como as famílias ponderam o custo de oportunidade existente entre ambas as alternativas através dos fatores γ_j e α_j. Por fim, cada alternativa reflete um nível de satisfação distinto, tal como mostra a equação 1 abaixo.

$$\boldsymbol{U_i(j) = S_j(A_i, X_i, H_i, Y_{-i} + y_{ij}) + v_{ij} = Z_i.\gamma_j + (Y_{-i} + y_{ij})\alpha_j + v_{ij}} \qquad \textbf{(1)}$$

A definição sobre como alocar o tempo das crianças e adolescentes (trabalho exclusivo, trabalho e escola e só escola) é tomada com base na capacidade de cada uma das alternativas em prover as famílias o maior nível de satisfação, dadas as características observáveis e consideradas no modelo. Assim, uma família pode optar por alocar o tempo de seus filhos exclusivamente em atividades de trabalho, desde que o trabalho das crianças seja relativamente importante para garantir o nível de subsistência das famílias ou a família, dadas suas características, atribua pouco peso à educação de seus filhos. Ambos os fatores podem, ainda, atuar conjuntamente e favorecer o exercício de trabalho pelas crianças e adolescentes, tal como mostra a equação 2 abaixo.

$$\boldsymbol{S_i = k} \quad \textbf{se} \quad \boldsymbol{S_k(A_i, X_i, H_i, Y_{-i} + y_{ik}) + v_{ik} > S_j(A_i, X_i, H_i, Y_{-i} + y_{ij}) + v_{ij}} \qquad \textbf{(2)}$$

A primeira dificuldade para a definição do modelo comportamental das famílias está relacionada à importância do trabalho das crianças para as famílias, principalmente quando

elas apenas estudam[1]. A fim de superar esta dificuldade, os autores propuseram estimar a importância relativa do trabalho infanto-juvenil com base na equação minceriana dos salários das crianças, sendo estes influenciados por suas características individuais (X_i) e pela forma como as famílias decidiram alocar seu tempo entre escola e/ou trabalho (equação 3).

$$\log w_i = X_i.\delta + m.ind(S_j = 0) + u_i \qquad \textbf{(3)}$$

Depois de estimados os retornos a partir da equação 3.2, a opção pelo trabalho e/ou escola implica em potenciais diferenças de rendimentos. Neste sentido, deixar de trabalhar exclusivamente e optar pelo trabalho em complemento à atividade escolar implica em uma significativa perda de rendimentos, pois agora a criança conta com menor tempo disponível para exercer atividades de trabalho.

Conhecido o modelo comportamental das famílias, o programa Bolsa Escola intervém neste processo através da concessão de benefícios condicionais à participação das crianças na escola. Considerando que o programa conceda às famílias selecionadas e que mantém seus filhos na escola um montante de benefícios T, o modelo comportamental definido pela equação 1 se altera conforme a equação 4 abaixo. Neste sentido, quando a criança trabalha exclusivamente, ela não recebe qualquer benefício (T_{i0} = 0), ao passo que se ela estuda e trabalha ou apenas estuda, o montante recebido é dado por $T_{i1} = T_{i2} = T$.

$$U_i(j) = Z_i.\gamma_i + (Y_{-i} + T_{ij})\alpha_{ij} + \beta_j.w_i + v_{ij}^{2} \qquad \textbf{(4)}$$

Segundo os autores, a abordagem presente no modelo comportamental é estritamente operacional, pois seu objetivo é alcançar os prováveis efeitos do programa através de ordens de magnitude razoáveis. Além disso, o modelo proposto os permite abrir mão de identificar como as condições de barganha ao nível intra-familiar importam para a alocação do tempo das crianças e adolescentes. No modelo comportamental proposto, a decisão de impelir às crianças e adolescentes atividades de trabalho é tomada após ser decidida a forma como adultos alocarão seu tempo, sem considerar a possibilidade de as famílias facultarem

[1] O fato de elas apenas estudarem não as impediam de exercer atividades domésticas que permitiam aos adultos comprometerem maior fração de seu tempo com atividades de trabalho. Como as crianças não recebem nada pelo trabalho exercido em casa, a importância do trabalho doméstico das crianças para a renda familiar torna-se uma variável não observável.

[2] Os valores β_j da equação são funções do parâmetro α e representa o peso dos rendimentos obtidos pelas crianças sobre a renda da família.

simultaneamente a mais de uma criança atividades de trabalho (FERREIRA, BOURGUIGNON, & LEITE, 2002).

Os autores destacam ainda que o procedimento para se estimar os parâmetros do modelo 4 através de um modelo logit multinomial apresenta a fraqueza de apenas registrar diferenças nos parâmetros α_j, comparando as demais alternativas com a circunstância em que as crianças apenas trabalham (j = 0). Como as transferências do programa são assimétricas para cada alternativa de alocação do tempo das crianças, é necessário conhecer os valores exatos de α_j a fim de estimar corretamente as alternativas de alocação do tempo das crianças capazes de maximizar a utilidade para a i-ésima família. Considerando esta limitação do modelo logit multinomial, seus estimadores seriam dados por:

$$\boldsymbol{U_i(j=1) = Z_i.\gamma_1 + Y_{-i}.\hat{a}_1 + \hat{b}_1.w_i + (v_{i1} - v_{i0})} \quad \textbf{(5)}$$

$$\boldsymbol{U_i(j=2) = Z_i.\gamma_2 + Y_{-i}.\hat{a}_2 + \hat{b}_2.w_i + (v_{i2} - v_{i0})} \quad \textbf{(6)}$$

Onde:

$$\begin{aligned} \boldsymbol{\hat{a}_1} &= \boldsymbol{\alpha_1 - \alpha_0} \\ \boldsymbol{\hat{a}_2} &= \boldsymbol{\alpha_2 - \alpha_0} \\ \boldsymbol{\hat{b}_1} &= \boldsymbol{(\alpha_1.M - \alpha_0).K} \\ \boldsymbol{\hat{b}_2} &= \boldsymbol{(\alpha_2.D - \alpha_0).K} \end{aligned} \quad \textbf{(7)}^{3}$$

Os resultados do modelo foram obtidos através da aplicação dos critérios de inclusão e das condicionalidades à amostra da PNAD para o ano de 1999. A despeito do valor diminuto das transferências, observa-se que, para cada uma dentre três crianças que declararam não estudar, o programa bolsa-escola representaria incentivo suficiente para que se matriculassem na escola, sendo que ¼ destas crianças permaneceriam trabalhando. Neste sentido, o percentual de crianças fora da escola cairia de 5,8% para 3,9%. Contudo, o mesmo efeito não se observa sobre o grupo de crianças que declararam estudar e trabalhar, posto que apenas 2% destas migrariam para o grupo de crianças que estudam de modo exclusivo. Somados ambos os efeitos, observa-se que a proporção de crianças que estudam e trabalham tenderia a se elevar em resposta à aplicação do programa.

Dado que cerca de 40% das crianças com idades entre 10 e 15 anos de idade provêm de famílias pobres[4] e que a evasão escolar é mais freqüente neste grupo (9,1% das crianças

[3] Os parâmetros M e D representam a fração da renda familiar a que equivale o rendimento das crianças quando elas decidem, respectivamente, trabalhar e estudar simultaneamente ou apenas estudar. Já o parâmetro K representa os potenciais ganhos de mercado obtido através da equação minceriana.

declararam não estar matriculadas em 1999), os resultados sugerem haver maior probabilidade de resposta ao programa entre as crianças deste grupo em comparação com os resultados para toda a amostra. A existência do programa bolsa-escola federal motivaria uma em cada duas crianças nesta condição e que declararam não freqüentar a escola a se matricularem, embora a proporção de crianças e adolescentes que estudam e trabalham tenda a crescer, tal como ocorre com os dados consolidados. Em relação a este grupo, a vigência do programa seria responsável por uma queda de 4,4 pontos percentuais na proporção das crianças que não freqüentam a escola.

Apesar das ressalvas, os autores consideram os resultados significativos, posto que uma redução de 50% na evasão escolar é passível de se alcançar a baixos custos. Além disso, caso o valor dos benefícios seja equivalente a R$100,00, evadir a escola implica em um custo de oportunidade de aproximadamente R$30,00, posto que os potenciais rendimentos infantis advindos do trabalho quando as crianças estudam equivalem a cerca de 70% dos ganhos de mercado quando elas abandonam a escola por completo.

Além dos parâmetros oficiais, Ferreira, Bourguignon e Leite (2002) avaliaram também os efeitos caso os parâmetros do programa fossem diferentes. Os autores consideraram seis cenários distintos: (i) o valor dos benefícios foram dobrados; (ii) o valor das transferências seria acrescido de acordo com a idade da criança, de modo que, aos dez anos, o valor das transferências corresponderia a R$15,00, aos onze, R$20,00, até aos 15 anos corresponder a R$35,00; (iii) a renda per capita de corte passou de R$90,00 para R$120,00; (iv) o valor das transferências seria dobrado e a renda de corte passaria a R$120,00; (v) crescimento gradual do valor dos benefícios conforme o cenário ii, com a renda per capita de corte passando a R$120,00 e (vi) cenário semelhante aos parâmetros oficiais, mas sem a presença de condicionalidades. Os resultados destas simulações sugerem que, na ausência de condicionalidades, as famílias não se mostrariam dispostas a alterar o status ocupacional de suas crianças e que a forma como as famílias alocam o tempo de seus filhos é muito sensível ao valor das transferências, já que o percentual de crianças que não freqüentam a escola é 25% inferior aos resultados obtidos com base nos parâmetros oficiais do programa. Os demais cenários não apresentaram resultados significativos.

[4] Os autores consideraram pobres as famílias cuja renda per capita mensal não tenha ultrapassado R$74,48 a preços de 1999.

Quanto ao potencial do programa em diminuir a incidência de pobreza no curto prazo[5], os resultados sugerem que a aplicação do programa de acordo com seus critérios definidos poderia implicar na redução da pobreza na ordem de um ponto percentual no curto prazo (queda de meio ponto percentual do índice de Gini). Contudo, os resultados também mostram que a focalização do programa pode fazer com que a redução da pobreza seja sentida nos estratos mais pobres da população. Diante deste quadro, o Programa Bolsa Família representaria um alívio à condição de pobreza vivenciada por estas famílias. Em relação aos cenários alternativos para o programa, dobrar o valor das transferências reduz em mais 1,3 pontos percentuais a proporção de famílias que se encontram abaixo da linha de pobreza, ao passo que a expansão da cobertura não produz efeitos significativos.

Com base no acima exposto, os autores concluem que apesar das limitações (a ineficácia em reduzir a pobreza no curto prazo e as dificuldades apresentadas em motivar as famílias a manterem seus filhos na escola de forma exclusiva), os resultados do programa Bolsa Escola Federal ainda sim seriam satisfatórios, posto que 1/3 das crianças se matriculariam nas escolas em resposta ao programa, resultado este que chega a metade das crianças oriundas de famílias abaixo da linha de pobreza. Além disso, os testes com construções alternativas para o programa levam a crer que o programa é bem focalizado, graças ao fato de que tanto a escolha ocupacional das crianças pelas famílias quanto a incidência de pobreza no curto prazo se mostraram mais sensíveis ao valor das transferências do que a renda de corte. Neste sentido, os autores sugerem que "... [os] governantes podem transferir dinheiro de um modo mais inteligente e eficiente, mas precisam transferir montantes substanciais se esperam reduzir dramaticamente os elevados níveis de privação em seus países[6]" (FERREIRA, BOURGUIGNON, & LEITE, 2002, p. 23).

[5] Os autores enumeram três objetivos importantes e passíveis de avaliação para o programa Bolsa Escola Federal. O primeiro é afetar o status ocupacional das crianças e adolescentes que participam do programa; o segundo é favorecer a redução do número de famílias que se encontram abaixo da linha de pobreza; e o terceiro é evitar que, através do incentivo ao acúmulo de capital humano, as crianças participantes do programa possam constituir famílias que, no futuro, não seriam afetadas por privações de renda. O trabalho destes autores se restringiu a avaliar *ex-ante* apenas os dois primeiros objetivos, posto que mesmo uma avaliação tal como a proposta não dispõe de base informacional suficiente para dizer algo a respeito de um objetivo de prazo alongado tal como o terceiro citado. Assim, entende-se por pobreza no curto prazo o conjunto de famílias cuja renda per capita seja inferior a linha de pobreza.

[6] "… governments may be transferring cash in an intelligent and efficient way, but they still need to transfer more substantial amounts, if they hope to make a dent in the country's high levels of deprivation".

3.1.2 Um estudo não simulado dos impactos dos programas de bolsa-escola sobre o trabalho infanto-juvenil no Brasil a partir do pareamento pelo escore de propensão

A indisponibilidade de informações suficientes para embasar o estudo dos impactos do Programa Bolsa Escola federal sobre o trabalho infanto-juvenil no Brasil motivou Ferreira, Bourguignon e Leite (2002) a desenvolver um modelo comportamental que permitisse esclarecer *ex-ante* como as famílias alocariam o tempo disponível de seus filhos em resposta ao programa. Tal esforço era, naquele momento, factível porque havia, naquele momento, apenas o conhecimento dos parâmetros fundamentais do programa (valor das transferências, critérios de inclusão e de seleção, condicionalidades etc.).

Em relação aos Programas de Bolsa Escola municipais, as circunstâncias eram diferentes. Graças ao fato de já serem praticados por mais tempo, diversos levantamentos davam conta de sua existência, permitindo o desenvolvimento de estudos empíricos a fim de analisar seus efeitos sobre o trabalho de crianças e adolescentes. Em artigo intitulado *The Impact of Cash Transfers on Child Labor and School Attendance in Brazil* (2004), os pesquisadores Eliana Cardoso e André Portela fazem uso do método do Pareamento pelo Escore de Propensão[7] (PEP) a fim de avaliar os efeitos dos Programas de Bolsa-Escola sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil.

Em trabalhos empíricos, o objetivo de se avaliar os efeitos de políticas públicas sobre características comportamentais de uma determinada sociedade demanda a reunião de um conjunto de informações que permita afirmar se a presença desta política permitiu o alcance dos resultados de interesse. Para tanto, o pesquisador deve ser capaz de poder comparar a situação anterior ao desenvolvimento da política pública com a situação posterior à sua consolidação. Em outras palavras, o pesquisador deve possuir um contrafactual que o permita, após a devida comparação, afirmar se os objetivos das políticas analisadas foram alcançados ou não.

Contudo, nem sempre é possível conhecer as condições da sociedade antes do estabelecimento das políticas públicas. No que tange a análise dos efeitos de programas de bolsa-escola sobre o trabalho infanto-juvenil, a dificuldade enfrentada por Cardoso e Souza (2004) consistia na ausência de informações relativas à situação prévia das crianças e adolescentes beneficiadas pelo programa. Uma forma de compensar esta dificuldade seria

[7] A metodologia do Pareamento pelo Escore de Propensão será explicada a rigor no segundo tópico deste capítulo.

comparar diretamente os resultados observados para os beneficiados e para os não beneficiados. No entanto, o fato de a participação no programa não ser aleatória, já que os eleitos devem atender aos critérios de elegibilidade do programa, os resultados advindos da comparação direta entre as pessoas do grupo de tratamento e de controle estarão enviesados porque são grandes as chances de se comparar pessoas do grupo de beneficiados com pessoas do grupo de não beneficiados e que não podem participar do programa.

Para superar esta dificuldade, Cardoso e Souza (2004) adotaram a metodologia do Pareamento pelo Escore de Propensão (PEP) para analisar o efeito dos programas de bolsa-escola sobre o trabalho das crianças e adolescentes com idades entre dez e quinze anos. Esta metodologia permite que se comparem os resultados observados para as crianças e adolescentes beneficiadas com os resultados alcançados pelas não beneficiadas, estabelecendo pares entre beneficiados e não beneficiados desde que estes apresentem probabilidades similares entre si de participação nos programas de bolsa-escola. Tais probabilidades são estimadas através de um modelo com variável dependente limitada e tomam por base um conjunto de características individuais, familiares, geográficas etc. de ambos os grupos. A partir desta metodologia, obtêm-se dois importantes parâmetros, a saber, o efeito médio do tratamento sobre o tratado (*Average Treatment on Treated* - ATT), e o efeito médio do tratamento (*Average Treatment Effect* - ATE). O ATT corresponde à diferença média entre os resultados alcançados por beneficiários e não beneficiários, dada a probabilidade de participarem do programa, enquanto o ATE corresponde à diferença entre os resultados médios observados para os beneficiados e não beneficiados.

Segundo Cardoso e Souza (2004), as características que influem sobre a probabilidade de crianças e adolescentes participarem dos programas de bolsa-escola correspondem a um conjunto de características individuais das crianças (idade, gênero, raça e uma *dummy* que informa se a criança reside na zona rural), características de composição familiar (número de crianças de zero a cinco anos; número de crianças com idades entre seis e quinze anos; número de pessoas maiores de 16 anos na família), características dos pais (escolaridade, raça, *dummy* de desemprego, que informa se os pais trabalham ou estão desempregados, e renda líquida das transferências) e características dos municípios de origem (médias e desvios-padrão de escolaridade, idade, renda líquida de transferências e a proporção de pessoas vivendo em zonas rurais). O único controle adicional é representado por uma variável *dummy* que identificam as crianças oriundas de famílias em que um dos pais é ausente.

Os autores analisaram os efeitos dos programas de bolsa escola sobre o trabalho infanto-juvenil (i) considerando apenas as famílias pobres, cuja renda per capita era inferior a R$100,00 a preços de 2000, (ii) para todas as famílias com pais empregados e (iii) considerando apenas famílias pobres e com pais empregados. Para a amostra que reúne todas as crianças, observou-se que 95% dos meninos freqüentam a escola no grupo de tratamento, ao passo que 92% freqüentam a escola no grupo de controle. O efeito médio do tratamento (ATE), bastante significativo, é um acréscimo de 3 p.p. de freqüência escolar. Por outro lado, houve queda de 3 p.p. na proporção de meninos fora da escola, o que, a partir deste ponto de vista, deve ser considerado um grande efeito (queda de 37,5%), embora não haja efeito líquido importante sobre o trabalho infantil.

O procedimento também foi realizado para outras quatro categorias: (i) crianças que apenas estudam; (ii) crianças que estudam e trabalham; (iii) crianças que apenas trabalham e (iv) crianças inativas. Os resultados mostram que o programa reduz a proporção de crianças que apenas trabalham e a proporção de meninos inativos, enquanto eleva a incidência de crianças que estudam e trabalham simultaneamente. Devido ao fato de a variação negativa da incidência de crianças que trabalham exclusivamente ser compensada pela variação positiva da proporção de crianças que estudam e trabalham, os programas de bolsa-escola não apresentam efeitos líquidos significativos sobre o trabalho infanto-juvenil. Os resultados para as meninas são similares, com a diferença que o programa apresenta impactos líquidos significativos sobre seu trabalho, com as meninas inativas migrando para o grupo das crianças que estudam e trabalham.

A fim de discorrer sobre os determinantes da freqüência escolar, Cardoso e Souza (2004) utilizaram a amostra pareada para estimar, a partir das características familiares, novamente o modelo logit cujas variáveis dependentes limitadas identificam se a criança freqüenta escola ou creche e se ela trabalha ou não. Os resultados deste novo procedimento os permitem concluir que os rendimentos transferidos às mães produzem melhores resultados do que quando transferidas aos pais, no que diz respeito à freqüência escolar, embora não se mostrem significativas quando relacionadas ao trabalho infantil.

Com base nestes resultados, Cardoso e Souza (2004) tiram suas conclusões sobre o efeito dos programas de bolsa escola. Segundo os autores, os programas de bolsa-escola apresentaram impactos significativos em relação à elevação da freqüência escolar, com resultados robustos e similares para meninos e meninas. Estes resultados sugerem que as transferências foram capazes de afetar a forma como as crianças designam seu tempo

disponível entre atividades de trabalho e atividades escolares, pois a incidência de crianças que apenas estudam ou que estão inativas se reduz, enquanto se eleva a proporção de crianças que apenas estudam ou que estudam e trabalham. Por fim, os resultados não indicam que o programa reduza de maneira estrita a proporção de crianças em condições de trabalho porque o valor das transferências é baixo em comparação com os ganhos médios dos pais e porque os rendimentos do trabalho das crianças são importantes para a família.

3.1.3 Efeitos dos programas de bolsa-escola sobre a probabilidade de crianças e adolescentes trabalharem

Nos tópicos anteriores, apresentamos duas avaliações distintas, uma *ex-ante* e outra *ex-post*, cujo objetivo era destacar os efeitos de programas de bolsa escola sobre o trabalho infanto-juvenil no Brasil. Em ambos os trabalhos, os resultados indicam que a presença de programas de bolsa-escola tende a elevar a matrícula das crianças e adolescentes em escolas, a diminuir a proporção de crianças inativas ou apenas trabalhando, elevar a proporção de crianças e adolescentes que estudam e trabalham ou que apenas estudam, sem afetar de forma decisiva a proporção de crianças e adolescentes que trabalham.

Neste tópico, trataremos do artigo escrito por Ana Lúcia Kassouf e por Adriana Ferro em 2005, intitulado *Avaliação dos Impactos dos Programas Bolsa-Escola sobre o Trabalho Infantil no Brasil*. Neste artigo, as autoras propõem avaliar os efeitos de programas de bolsa escola sobre o trabalho infanto-juvenil analisando se a participação em programas de bolsa escola é capaz de reduzir a probabilidade de crianças e adolescentes trabalharem e se a participação em programas de bolsa-escola é capaz de reduzir o número de horas trabalhadas pelas crianças.

Para alcançar os objetivos propostos, Kassouf e Ferro (2005) definiram um conjunto de variáveis que influem sobre o exercício de trabalho por parte de crianças e adolescentes e que freqüentemente são citadas pela literatura especializada no assunto. Estas variáveis foram utilizadas posteriormente como variáveis independentes em um modelo probit em que a variável dependente assume o valor um quando a criança trabalha e zero quando ela não trabalha. Por fim, as mesmas variáveis independentes foram utilizadas para estimar o número de horas trabalhadas pelas crianças.

As variáveis independentes escolhidas pelas autoras reúnem um conjunto de características individuais das crianças (gênero, raça, idade), características de *background* familiar (idade,

escolaridade e estimativas do logaritmo dos salários dos pais), características de composição da família (número de irmãos mais novos, número de irmãos mais velhos, número de irmãos na mesma faixa etária e número de adultos), *dummies* que indicam o Estado de origem da criança e uma *dummy* que indica se a criança participa (ou não) de programas de bolsa escola. O banco de dados utilizado pelas pesquisadoras foi a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD), coletado em 2001 e que trazia um suplemento sobre acesso a serviços de saúde e sobre trabalho infantil, seccionado para conter informações apenas sobre as crianças de seis a quinze anos.

Uma análise preliminar dos rendimentos oriundos de atividades de trabalho e obtidos por crianças e adolescentes mostra que o valor dos benefícios (R$15,00 por criança até um limite de três crianças) é capaz de compensar o custo de oportunidade representado pelos salários de mercado das crianças de seis a dez anos - cerca de R$3,00 por mês - e das crianças de 11 a 15 anos de idade que trabalham e estudam, pois estas recebiam, em média, R$16,00 por mês. Para as famílias que atendem aos critérios de elegibilidade e cujos filhos somente estudam, a participação é uma forma de elevar a renda mensal sem alterar a escolha ocupacional de seus filhos. Para as crianças e adolescentes com onze ou mais anos de idade e que trabalham exclusivamente, a decisão de participar do programa reduz a renda familiar. Neste sentido, haveria uma importante pressão em favor da evasão escolar a partir dos onze anos de idade porque, a partir desta faixa etária, o valor dos benefícios passa a ser inferior aos ganhos possíveis no mercado de trabalho.

Com base nos resultados do modelo Probit, observa-se que a participação em programas bolsa-escola eleva a probabilidade de a criança e o adolescente trabalhar na zona urbana e rural em 0,71% e 3,62% respectivamente. Apesar de se esperar o contrário, este resultado é compreensível quando levamos em conta o fato de o programa selecionar crianças e adolescentes oriundas de estratos mais pobres e que, por isto, estariam mais propensos a exercerem trabalho.

Em relação ao número de horas trabalhadas pelas crianças e adolescentes, participar do programa reduz em 3,04 o número de horas trabalhadas na zona urbana e em 2,80 horas na zona rural. Há que se destacar que a exigência de freqüência escolar naturalmente implica em reduzir o número de horas disponíveis para o trabalho e que este efeito deve ser menor para as crianças que já freqüentavam a escola e trabalhavam ao mesmo tempo.

Quanto ao efeito das características individuais das crianças sobre a probabilidade de elas trabalharem, observa-se que quanto mais velha for a criança, maiores são suas chances de

trabalhar (1,98% nas cidades e 12,76% no campo), apesar de a idade não ser estatisticamente significativa na equação de salário. Quanto à raça, maiores são as chances de brancos e pardos trabalharem na zona rural, em relação aos negros. Contudo, se levarmos em conta apenas as crianças que trabalham, os resultados mostram que o número de horas trabalhadas por crianças negras é maior que as horas de trabalho realizadas por crianças brancas na área rural. Além disso, as chances de meninos trabalharem são maiores do que as mesmas chances para meninas (3,10% nas cidades e 20,34% no campo), mas, dado que ambos trabalham, as meninas tendem a trabalhar por mais tempo do que os meninos na zona urbana (2,12 horas), ao passo que o contrário ocorre na zona rural (2,43 horas).

No que diz respeito às características dos pais (*background* familiar), os resultados apontam que a probabilidade de as crianças trabalharem aumenta na zona rural quanto mais velha for sua mãe. Embora a idade dos pais nas cidades não tenha mostrado efeitos significativos sobre a probabilidade de a criança trabalhar, maior tende a ser o número de horas trabalhadas pelas crianças na medida em que velho é o pai, dado que esta criança trabalha. Neste caso, a idade da mãe não apresentou efeitos significativos. As autoras apontam que este resultado é condizente com a noção de que pessoas mais velhas valorizam o trabalho precoce. Além disso, quanto maior o salário dos pais, menor tende a ser a probabilidade de as crianças trabalharem e menor tende a ser a jornada média das crianças.

Quanto a composição familiar, observa-se que a presença de irmãos adultos não influencia a probabilidade de as crianças trabalharem. Já a presença de irmãos na mesma faixa de idade eleva a probabilidade de as crianças trabalharem em 0,61% e 3,59% nas cidades e no campo, além de elevar em 1,30 horas a jornada semanal das crianças nas cidades e reduzir em 0,36 horas a jornada das crianças no campo. A presença de irmãos menores não altera de modo significativo a probabilidade de as crianças das cidades trabalharem, ao passo que representa um aumento de 1,80% na probabilidade de as crianças da zona rural trabalhar. Dado que a criança trabalha, um irmão a mais com até cinco anos de idade eleva a jornada das crianças em 1,39 nas cidades e em 0,46 horas semanais de trabalho na zona rural.

Com base nos resultados apresentados, Kassouf e Ferro (2005) apontam que a participação no programa implica na redução de cerca de três horas na jornada semanal de trabalho, tanto no campo quanto nas cidades. O valor pequeno deste coeficiente é condizente com o fato de que as crianças que trabalham período integral apresentar menor disposição em deixar de trabalhar porque o valor da bolsa é menor que o custo de oportunidade representado pelos salários de mercado. Já as crianças que estudam e trabalham tendem a participar do programa

a fim de elevar a renda familiar, sem necessariamente deixar de trabalhar. Em relação aos efeitos dos programas de bolsa escola sobre a probabilidade de as crianças trabalharem, a participação no programa tende a aumentar as chances de que uma criança exerça atividades de trabalho. Este resultado, diferente do esperado, pode ser explicado pela influência de variáveis omitidas que influenciam na participação do programa e cujo efeito positivo sobre a decisão de trabalhar é maior do que o efeito negativo do programa. Assim, conclui-se que a participação do programa contribui para reduzir a jornada de trabalho das crianças de 6 a 15 anos oriundas de famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo em 2001, mas nada se pode dizer sobre seu impacto sobre a decisão de trabalhar ou não.

3.1.4 Uma análise sobre os efeitos de um conjunto de variáveis, inclusive a participação no programa bolsa-família, sobre a incidência de trabalho e de freqüência à escola entre as crianças

A análise da metodologia proposta por Kassouf e Ferro (2005) na subseção anterior revelou que a probabilidade de as crianças com idades entre seis e quinze anos trabalharem se eleva em resposta à participação em programas de bolsa-escola, ao passo que o número de horas trabalhadas tende a diminuir. No que diz respeito à probabilidade de as crianças virem a exercer atividades de trabalho, as autoras argumentam que o resultado diverge do efeito esperado em virtude da participação em programas de transferência condicionada de renda porque a incidência de trabalho infantil é maior entre as famílias menos abastadas, público-alvo dos programas de bolsa-escola. A fim de avaliar se os programas de bolsa-escola oferecem incentivos adequados em prol de reduzir a incidência de trabalho por parte de crianças e adolescentes, as autoras sugerem o uso de metodologias capazes de eliminar o viés de seleção e apresentar resultados consistentes.

Com base no interesse em avaliar o efeito do Programa Bolsa-Família sobre a incidência de crianças que estudam e sobre a incidência de crianças que trabalham, Maria Cristina Cacciamali, Fábio Tatei e Natália Ferreira Batista escreveram artigo intitulado *Pobreza, Trabalho Infantil e Programa Bolsa Família*. Neste trabalho, os autores propõem o uso de um modelo probit bivariado a fim de esclarecer os efeitos promovidos por um conjunto de variáveis constantes na literatura tradicional, inclusive a participação no PBF, sobre a incidência de crianças que estudam e sobre a incidência de crianças que trabalham.

Neste artigo, os autores estabelecem a pobreza como causa para o exercício de trabalho por parte de crianças e adolescentes no país. Apesar de reconhecer a existência de divergência em relação à forma como se conceitua pobreza, Cacciamali, Tatei e Batista (2008, p. 70) acatam não apenas a idéia de que é a insuficiência de renda que motiva o exercício de trabalho precoce, mas também é a partir deste diagnóstico que constroem o ciclo que favorece a perpetuação da pobreza entre os pobres:

> "... é reconhecido que reduções de pobreza apenas podem ser obtidas mediante a elevação da renda dos mais pobres que, inerentemente, demanda investimentos para a elevação do estoque de seu capital humano. Entretanto, a população de baixa renda se vê obrigada a ingressar no mercado de trabalho precocemente, para complementar a renda familiar ou garantir sua própria sobrevivência, não raro alocando o tempo em detrimento dos estudos e, conseqüentemente, deteriorando as suas oportunidades futuras de auferir renda mais elevada. Ademais, essa parcela da população ocupa postos de trabalho de menor qualificação, recebendo salários baixos, perpetuando, assim, a sua condição de pobreza" (CACCIAMALI, TATEI, & FERREIRA BATISTA, 2008, p. 70).

Assim, os autores destacam que o interesse em combater o trabalho de crianças e adolescentes e favorecer sua permanência por mais tempo na escola se deve ao fato de o exercício precoce de trabalho pelas crianças impedir o acúmulo de conhecimento. Quando adultas, o aprendizado em condições adequadas permitirá que estas crianças postulem postos de trabalho qualificados e que oferecem rendimentos mais elevados. Os programas de transferência condicionada de renda, embora muitas vezes não tenham por objetivo principal a erradicação do trabalho infanto-juvenil – caso do Programa Bolsa-Família –, atuam de modo ímpar em favor da eliminação das engrenagens que favorecem a perpetuação do ciclo de transmissão da pobreza porque, por um lado, oferecem benefícios financeiros que, no curto prazo, eliminam e/ou amenizam a condição de pobreza e, por outro, porque incentivam as crianças a permanecerem nas escolas, graças as suas condicionalidades.

Os autores escolheram, como fonte de dados, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004 porque este levantamento inclui um suplemento especial sobre *Educação, segurança alimentar e acesso a transferências de renda e programas sociais.* Este suplemento especial contém uma variável que permite identificar, dentre os indivíduos da amostra, aqueles que residem em domicílios que possuem famílias participantes do PBF. A

fim de construírem uma amostra que permita a extração de resultados homogêneos, os autores mantiveram em seu banco de dados apenas as observações pertinentes aos domicílios particulares, desconsiderando as informações para os domicílios coletivos. Ainda, foram mantidas em seu banco de dados apenas as observações relativas aos domicílios que continham crianças e adolescentes na faixa etária entre cinco e quinze anos, embora os autores tenham apresentado apenas os resultados relativos ao grupo de crianças com idades entre sete e quinze anos. Esta opção se deve ao fato de que esta faixa de idade compreende apenas as crianças e adolescentes que freqüentam o ensino fundamental.

Dentre os diversos modelos econométricos capazes de responder ao problema da determinação do trabalho infantil, que depende das hipóteses sobre a forma como as famílias decidem alocar o tempo do menor, os autores escolheram trabalhar com o modelo probit bivariado. Tal escolha é motivada pelo fato de que o modelo não demanda a imposição de qualquer formato específico ao modo como as famílias decidem alocar o tempo de seus filhos, mas apenas a suposição de que as duas opções (estudar ou trabalhar) se relacionam de alguma maneira. O procedimento econométrico de análise consiste na estimação de dois modelos probit simultaneamente, de modo que os resíduos de cada um dos modelos possam estar correlacionados. No âmbito do objetivo de seu trabalho, as duas variáveis de resposta para ambos os modelos são variáveis dependentes limitadas distintas e que assumem (i) valor um quando a criança está matriculada na escola e zero quando não está; (ii) valor um quando a criança apresenta alguma forma de ocupação e zero quando não apresenta. Como ambos os modelos são executados simultaneamente, quatro são as possibilidades, a saber, a criança apenas estuda; a criança estuda e trabalha; a criança apenas trabalha ou a criança nem estuda e nem trabalha. Caso estas duas opções sejam correlacionadas, os erros entre si não serão independentes e a probabilidade de que a criança esteja matriculada dependerá da probabilidade que a criança tem para trabalhar, devendo ser estimadas conjuntamente.

As variáveis escolhidas pelos autores a fim de levar a cabo sua avaliação dizem respeito a um conjunto de características individuais (*sexo*, que assume valor um se a pessoa for do sexo masculino; *idade*; *cor*, que assume valor um se a pessoa for negra ou parda e *estudo*, que representa a escolaridade da pessoa), um conjunto de características relativas à ocupação da pessoa de referência (*dum_cc*, que assume valor um se é ocupada com carteira assinada; *dum_sc*, que assume valor um se é ocupada sem carteira assinada; *dum_cp*, que assume valor um se é ocupada como conta própria; *dum_ep*, que assume valor um se é ocupada como empregador; *dum_ds*, que assume valor um se está desempregada ou economicamente inativa

e *dum_ot*, que assume valor um se está ocupada em outro tipo de ocupação), variáveis de localização (*Rural*, que assume valor um se o domicílio se encontra em áreas rurais; *Norte*, que assume valor um se o domicílio se encontra na região norte; *Nordeste*, que assume valor um se o domicílio se encontra na região nordeste; *Sul*, que assume valor um se o domicílio se encontra na região sul e *Sudeste*, que assume valor um se o domicílio se encontra na região sudeste), um conjunto de características familiares (*tam_fam*, que indica o número de membros no domicílio e *rd_dom_pc*, que se refere à renda domiciliar per capita líquida das transferências do PBF e demais programas de transferência de renda), uma variável binária (*ocup_cj*) que identifica se o cônjuge está ocupado ou não e outra variável binária (*bf*) que assume valor um quando o domicílio é beneficiado pelo PBF. Além disso, a extensão "fi" indica que a variável se refere à criança, ao passo que a extensão "pr" indica que a variável se refere à pessoa de referência.

Após a execução dos modelos probit de modo individualizado, Cacciamali, Tatei e Batista (2008) apontam que a probabilidade de incidência de trabalho infantil é maior entre meninos. Esta probabilidade também é maior quanto mais velha for a criança e quanto maior for o tamanho da família, bem como ela também é maior se o domicílio estiver localizado em zonas rurais, se o chefe de família estiver ocupado nos setores informais da economia e se o seu cônjuge trabalha. Por outro lado, a probabilidade de que as crianças trabalhem é menor se o chefe for do sexo masculino, se a escolaridade tanto de pais quanto de crianças aumentar e quanto maior for a renda domiciliar. O fato de a participação no PBF elevar a probabilidade de as crianças trabalharem é, segundo os autores, o resultado mais interessante da estimação individual de ambos os modelos, embora os autores reconheçam que tal resultado pode ter sido provocado pelo fato de o programa ser composto basicamente por famílias pobres e que dependem do trabalho de suas crianças para garantir sua subsistência.

Em relação à freqüência escolar, os resultados acusam que tanto maior o tamanho da família e a idade da criança, menor é a probabilidade de freqüentarem a escola. Por outro lado, pais e crianças mais escolarizados, renda domiciliar maior e a participação no PBF elevam a probabilidade de a criança freqüentar a escola. No que diz respeito às variáveis que identificam as regiões do país, a probabilidade de as crianças freqüentarem a escola é maior para a região sudeste em comparação às demais regiões do país, com exceção para a região nordeste. Por outro lado, as chances de as crianças trabalharem quando residem na região sudeste é a menor dentre todas as demais regiões.

Em relação aos efeitos oriundos da estimação conjunta de ambos os modelos para os efeitos marginais da participação no PBF, ou seja, o efeito sobre as quatro possibilidades apresentadas em parágrafos anteriores em resposta à participação no programa, mantendo as demais variáveis inalteradas, observa-se que a chance de que as crianças passem apenas a estudar eleva-se em 1,36% em resposta à participação no PBF. Além disso, a chance de as crianças estudarem e trabalharem se eleva em 1,37% graças à participação no programa. Por sua vez, a chance de as crianças apenas trabalharem e a chance de que elas não exerçam nenhuma atividade diminuem em 0,24 e 2,49% respectivamente.

Quando consideramos o fato de o domicílio se encontrar em zonas rurais ou urbanas, observa-se que o programa apresenta efeitos significativos apenas sobre a chance de as crianças trabalharem e estudarem simultaneamente, sobre a chance de elas apenas trabalharem e sobre a chance de que elas nem estudem ou trabalhem. Neste caso, quando a criança se encontra na zona rural, a chance de trabalharem e estudarem se eleva em 4,02% em resposta ao programa, ao passo que a chance de que elas trabalhem exclusivamente e a chance de que elas nem estudem ou trabalhem diminui 1,36 e 3,98% respectivamente. Quando as crianças residem nas cidades, as chances de que elas apenas estudem ou que estudem e trabalhem se eleva em 1,15 e 1,01% respectivamente, ao passo que a chance de que elas apenas trabalhem ou que nem trabalhem ou estudem diminui 0,14 e 2,02% respectivamente.

Em relação às regiões geográficas, apenas para a região nordeste a participação no programa apresentou efeitos relevantes em todas as proporções. Já para a região sul, tais proporções não apresentaram alterações significativas em resposta ao programa. Há que se destacar, no entanto, que, em resposta ao programa, as chances de as crianças permanecerem ociosas reduziram cerca de 4% para as regiões norte e nordeste. Para a região norte, a chance de as crianças apenas estudarem se eleva 3,5% em resposta ao programa. Para a região sudeste, as chances de as crianças estudarem e trabalharem se elevam em 1,61%, ao passo que as chances de as crianças permanecerem inativas diminuíram 1,44% em resposta ao programa. Os demais resultados estão dispostos na tabela 20 abaixo.

Tabela 20 - Efeito marginal para as possíveis combinações entre estudo e trabalho, segundo área de situação censitária e grandes regiões (em %)

	Só Estuda	Estuda e Trabalha	Só Trabalha	Nem Estuda e Nem Trabalha
Brasil				
Rural	1,32	4,02*	-1,36*	-3,98*
Urbano	1,15*	1,01*	-0,14*	-2,02*
Total	1,36*	1,37*	-0,24*	-2,49*
Regiões				
Norte	3,47*	0,36	-0,50*	-3,33*
Nordeste	1,59**	2,21*	-0,36*	-3,45*
Sudeste	-0,14	1,61*	-0,04	-1,44*
Sul	-0,86	1,34	0,03	-0,50
Centro-Oeste	2,32**	0,30	-0,31*	-2,30*

* Significativo ao nível de significância de 1%.
** Significativo ao nível de significância de 5%.
*** Significativo ao nível de significância de 10%.

*Fonte: Cacciamali, Tatei e Batista (2008, p. 87).

Cacciamali, Tatei e Batista (2008) apontam que seus resultados corroboram com os principais resultados observados por outros estudos sobre o trabalho infantil e a freqüência escolar das crianças. Os autores destacam, dentre estes resultados, o fato de a cor das pessoas não ser determinante nem para a ocorrência de trabalho infantil e nem para o atendimento escolar; que a elevação da escolaridade e da renda familiar tem resultados positivos tanto sobre as chances de as crianças trabalharem quanto sobre a probabilidade de as crianças estudarem; pais ocupados em setores formais tendem a fazer maior uso da força de trabalho de seus filhos; rapazes mais velhos têm maiores chances de trabalhar, embora o gênero não influa sobre a probabilidade de as crianças estudarem, além do fato de as chances de as crianças trabalharem aumentar e as chances de elas estudarem diminuírem quando as famílias são numerosas.

Em relação aos efeitos marginais provocados pela participação no PBF sobre as chances de as crianças trabalharem e sobre as chances delas estudarem, os resultados apontam para o fato de o programa ser eficiente em elevar a presença das crianças e adolescentes na escola, embora ele não seja capaz de reduzir a incidência de trabalho infantil. Embora este não seja um objetivo explícito do PBF, os autores sugerem que a inclusão da jornada escolar ampliada, tal como ocorre com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, poderia garantir efeitos mais positivos em prol de diminuir as chances de que as crianças trabalhem porque reduz o

tempo de que elas dispõem para o exercício de trabalho, além de garantir que as crianças gozem de maiores oportunidades para desfrutar de "... atividades artísticas, culturais, esportivas, profissionalizantes e de reforço pedagógico" (CACCIAMALI, TATEI, & FERREIRA BATISTA, 2008, p. 88). Contudo, o fato de as famílias participantes gozarem de rendimentos muito baixos, de modo que a renda proveniente do trabalho das crianças ser decisiva para garantir a subsistência delas e de seus familiares, e o fato de que o acesso as escolas nas zonas rurais é difícil são fatores que favorecem o exercício de trabalho infantil, de modo que benefícios monetários incipientes não são capazes de resolver facilmente este problema. Por fim, os autores ressaltam que, apesar de as condicionalidades do programa consistirem em forma eficiente de se criar externalidades positivas,

> "... é vital que se realizem, em conjunto, ações complementares de melhorias da oferta de serviços escolares e [de] saúde, além de políticas de geração de emprego, renda e capacitação para os pais, ou seja, investimentos sustentáveis para elevação do capital humano e redução da pobreza no longo prazo" (CACCIAMALI, TATEI, & FERREIRA BATISTA, 2008, p. 88).

No próximo tópico, descreveremos a metodologia do Pareamento pelo Escore de Propensão (*Propensity Score Matching*).

3.2 O MÉTODO DO PAREAMENTO PELO ESCORE DE PROPENSÃO

3.2.1 Aspectos teóricos

A despeito das diferentes metodologias adotadas, o objetivo dos artigos expostos no tópico anterior era avaliar os efeitos resultantes da participação de crianças e adolescentes em programas de bolsa escola sobre a forma como as famílias decidem alocar o tempo disponível de seus filhos entre trabalho e estudo. Para levar a cabo tal objetivo, tais artigos deveriam ser capazes de comparar os resultados alcançados pelas crianças e adolescentes ao participarem dos programas de bolsa escola com os resultados que poderiam ser obtidos caso as mesmas crianças e adolescentes não participassem do programa. Segundo Caliendo e Kopeinig (2005),

> "todo estudo de avaliação microeconométrica tem que resolver o problema fundamental da avaliação e considerar a possível ocorrência de viés de

> seleção. O primeiro problema surge porque desejamos a diferença entre os resultados dos participantes com e sem tratamento. Claramente, nós não podemos observar ambos os resultados para o mesmo indivíduo ao mesmo tempo. (...) [Outro] problema é conhecido como viés de seleção e um bom exemplo é o caso em que indivíduos motivados têm uma maior probabilidade de ingressar em programas de treinamento e também uma alta probabilidade de encontrar emprego" (CALIENDO & KOPEINIG, 2005, p. 1).[8]

Para um indivíduo i, o efeito da participação no programa (D) é dado pela diferença entre o resultado alcançado quando ele participa do programa - $Y_i(1)$ - e o resultado obtido quando ele não participa do programa - $Y_i(0)$.

$$\boldsymbol{\tau_i = \mathrm{Y_i}(1) - \mathrm{Y_i}(0)} \qquad \textbf{(8)}$$

O problema fundamental da avaliação empírica de políticas públicas reside no fato de que o termo $Y_i(0)$ da equação 8 acima não é observável e que, por isto, a metodologia dos estudos de impacto tende a centrar seus esforços sobre os efeitos médios populacionais do tratamento (CALIENDO & KOPEINIG, 2005). O parâmetro que interessa, neste sentido, para a avaliação de políticas públicas é o efeito médio do tratamento sobre o tratado (*Average Treatment Effect on Treated – ATT*), definido tal como descreve a equação 9 abaixo.

$$\boldsymbol{\tau_{ATT} = E(\tau|D = 1) = E[Y(1)|D = 1] - E[Y(0)|D = 1]} \qquad \textbf{(9)}$$

O primeiro termo do lado esquerdo da equação 9 acima, $E[Y(1)|D = 1]$, representa a média dos resultados para as observações do grupo de tratamento, dada a existência do tratamento (D = 1). Já o segundo termo representa o efeito contrafactual médio, ou seja, os possíveis resultados factíveis de serem alcançados quando estes mesmos indivíduos não participam do tratamento, dado que o tratamento existe. A diferença entre ambas as médias representa o efeito médio do tratamento sobre o tratado (ATT).

Contudo, o segundo termo da equação, o resultado contrafactual médio, freqüentemente não está disponível em levantamentos empíricos utilizados em estudos não experimentais.

[8] Every microeconometric evaluation study has to overcome the fundamental evaluation problem and address the possible occurrence of selection bias. The first problem arises because we would like to know the difference between the participants' outcome with and without treatment. Clearly, we cannot observe both outcomes for the same individual at the same time. (…) [Other] problem is known as selection bias and a good example is the case, where motivated individuals have a higher probability of entering a training programme and have also a higher probability of finding a job.

Embora pareça factível comparar diretamente os resultados médios observados para os tratados e não tratados, os resultados médios observados para os indivíduos não tratados $E[Y(0)|D = 0]$ podem não consistir em uma boa aproximação para o resultado contrafactual médio porque a adesão ao tratamento nem sempre é aleatória e freqüentemente depende de um conjunto de características dos participantes. Assim, a comparação entre os resultados médios para os indivíduos tratados e não tratados quando a seleção ao tratamento não é aleatória pode resultar em uma forma de viés conhecida por viés de auto-seleção, ou viés de seleção (equação 10).

$$\boldsymbol{E[Y(1)|D = 1] - E[Y(0)|D = 0] = \tau_{ATT} + E[Y(0)|D = 1] - E[Y(0)|D = 0]} \qquad \textbf{(10)}$$

No caso do Programa Bolsa Família (PBF), o viés de seleção resultante de estudos empíricos sobre seu efeito sobre variáveis de interesse estaria relacionado ao fato de a participação estar condicionada ao atendimento dos critérios de elegibilidade e a disponibilidade de recursos orçamentários para a concessão de novos benefícios. Os critérios de elegibilidade do programa (renda per capita e filhos em idade escolar) têm o objetivo de direcionar os recursos disponíveis para atender aos estratos de menor renda familiar da população brasileira. Este fato torna as chances de famílias menos abastadas participarem do PBF superiores às chances de famílias em melhores condições econômicas participarem, favorecendo a presença de viés de seleção sobre o estimador de interesse dado pela equação 9 acima (CALIENDO & KOPEINIG, 2005, p. 3).

Para resolver o viés gerado pela auto-seleção da amostra em pesquisas não experimentais e cuja adesão ao tratamento não é aleatória, é necessário que algumas condições sejam satisfeitas para que a condição de perfeita identificação possa se estabelecer. A primeira condição a ser satisfeita é a hipótese de independência condicional (*Conditional Independence Assumption – CIA*). Dado um vetor de características individuais observáveis X não afetadas pelo tratamento, os resultados potenciais devem ser independentes do tratamento, dadas as características individuais. Em outras palavras, a seleção ao tratamento baseia-se apenas em características que são observáveis pelo pesquisador (equação 11).

$$\boldsymbol{Y(0), Y(1) \perp\!\!\!\perp D|X, \forall X} \qquad \textbf{(11)}$$

Segundo Caliendo e Kopeinig (2005, p. 4),

> "se os resultados potenciais são independentes do tratamento, condicional às covariáveis X, eles também serão independentes do tratamento, condicional ao escore de balanceamento b(X). O escore de propensão $P(D = 1|X) = P(X)$, i.e. a probabilidade para um indivíduo participar em um tratamento dada suas covariáveis observadas X, é um possível escore de balanceamento[9]".

Tratando os escores de propensão como escores de balanceamento, a suposição de independência condicional descrita em 11 pode ser reescrita tal como segue:

$$\boldsymbol{Y(0), Y(1) \perp\!\!\!\perp D | P(X), \forall X} \qquad \textbf{(12)}$$

Outra condição importante é a sobreposição entre os grupos de tratamento e controle. Esta suposição garante que observações com as mesmas composições em termos dos vetores de características individuais X apresentem probabilidades positivas de aderirem ao tratamento ou não (equação 13).

$$(\boldsymbol{Sobreposi}\text{ção}\boldsymbol{o})\ \ \mathbf{0} < P(\boldsymbol{D} = \mathbf{1}|\boldsymbol{X}) < 1 \qquad \textbf{(13)}$$

Dado que a hipótese de independência condicional (CIA) se sustenta e que há sobreposição entre os grupos de tratamento e de controle, o estimador para o efeito médio do tratamento sobre o tratado (ATT) corresponde à "... diferença média nos resultados sobrepostos, apropriadamente ponderados pela distribuição dos escores de propensão dos participantes[10]" (CALIENDO & KOPEINIG, 2005, p. 4). Com base nestas considerações, a estratégia empírica para a estimação do ATT levando em conta o escore de propensão como o escore de balanceamento sob a hipótese de sobreposição (*overlap*) é descrita pela equação 14 abaixo:

$$\boldsymbol{\tau_{ATT}^{PSM} = E_{P(X)|D=1}\{E[Y(1)|D = 1, P(X)] - E[Y(0)|D = 0, P(X)]\}} \qquad \textbf{(14)}$$

[9] "... if potential outcomes are independent of treatment conditional on covariates X, they are also independent of treatment conditional on a balancing score b(X). The propensity score P(D = 1|X) = P(X), i.e. the probability for an individual to participate in a treatment given his observed covariates X, is one possible balancing score".

[10] "... mean difference in outcomes over common support, appropriately weighted by the propensity score distribution of participants".

Satisfeitas a Hipótese de Independência Condicional[11] e de Sobreposição, diz-se que o estimador do efeito médio do tratamento sobre o tratado é identificado. Em outras palavras, com a satisfação de ambas as hipóteses, podemos nos certificar que o resultado médio das diferenças entre o grupo de tratamento e o de controle, dadas as características que influenciam na participação do programa, consiste, de fato, no efeito médio do tratamento. A satisfação destas hipóteses oferece garantias suficientes de que o método do Pareamento pelo Escore de Propensão (PEP) oferecerá resultados não viesados. No próximo tópico, apresentaremos os diferentes métodos de pareamento e seus respectivos algoritmos

3.2.2 Algoritmos de pareamento

Conhecidas as hipóteses relevantes e os aspectos formais para a estimação do parâmetro de interesse (ATT), o agrupamento das observações a fim de conduzir a estimação do efeito médio do tratamento sobre o tratado, tal como sugere a equação 3.14, pode ser feito através de diversos algoritmos de pareamento. A figura 1 abaixo, extraída de Caliendo e Kopeinig (2005, p. 9), lista os principais algoritmos de pareamento e os parâmetros que podem ser definidos pelo pesquisador.

[11] No contexto deste trabalho, não podemos formular um teste de hipóteses capaz de verificar se esta hipótese é satisfeita pelo modelo. Contudo, a garantia de que o escore de propensão, dadas as características familiares, consiste em um escore de balanceamento adequado, é grande a possibilidade de que o modelo proposto para a participação no programa Bolsa-Família satisfaça este pré-requisito.

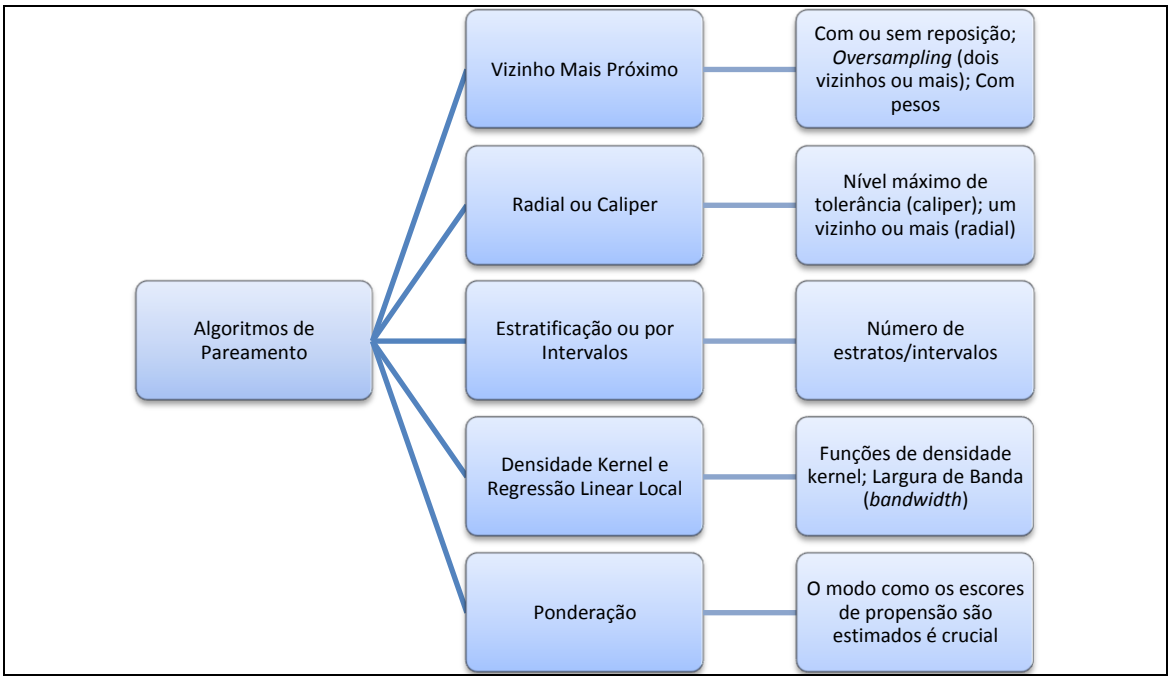

Figura 1 – Principais algoritmos de pareamento
Fonte: Caliendo & Kopeinig (2005)

O pareamento das observações pelo método do vizinho mais próximo é o mais conhecido e utilizado dentre os algoritmos de pareamento apresentados na figura 1. Neste método, estabelecem-se pares de observações selecionando os indivíduos do grupo de tratamento e do grupo de controle cujos escores de propensão sejam os mais próximos entre si. Com esta técnica, é possível estabelecer pares com reposição, onde um indivíduo não tratado pode ser utilizado para estabelecer mais de um par com indivíduos diferentes do grupo de tratamento, ou sem reposição[12]. Além disso, o pesquisador pode escolher utilizar mais que um vizinho mais próximo (*oversampling*) para fins de pareamento. Contudo, este último procedimento deve ser utilizado com cuidado, pois apesar de este procedimento resultar em um estimador mais eficiente para o ATT, ele acaba por elevar o viés da estimativa do efeito médio do tratamento sobre o tratado (CALIENDO & KOPEINIG, 2005).

Um dos riscos associados ao algoritmo do vizinho mais próximo, apresentado no parágrafo anterior, é que o pareamento das observações pode não ser satisfatório caso o vizinho mais próximo esteja muito distante. Uma forma de contornar este problema é o estabelecimento de limites de tolerância (*caliper*) para a diferença nos escores de propensão estimados para os indivíduos tratados e não tratados. O uso deste algoritmo isoladamente implica em estabelecer

[12] O algoritmo do vizinho mais próximo sem reposição deve ser utilizado com cuidado, pois as estimativas dependem da ordem com que os pares são construídos. Por conta disto, o pesquisador precisa ser capaz de garantir que a ordem com que as observações dos grupos de tratamento e controle são pareadas é aleatória (CALIENDO & KOPEINIG, 2005).

o pareamento das observações entre indivíduos tratados e não tratados, escolhendo apenas as observações para os grupos de tratamento e de controle que estejam dentro do limite de tolerância estabelecido, evitando assim pareamentos de pior qualidade. Este procedimento reduz consideravelmente o viés das observações, mas sob a pena de reduzir também as possibilidades de pareamento e, por isto, elevar a variância da estimativa do ATT. O algoritmo radial, por sua vez, permite estabelecer pares não apenas entre um indivíduo tratado e um indivíduo não tratado, mas sim com todos os indivíduos não tratados cujo escore de propensão esteja dentro do limite de tolerância observado. Neste sentido, o algoritmo de pareamento através do radial possui todas as características do método *oversampling*, com a vantagem de evitar o estabelecimento de pareamentos entre observações de ambos os grupos cujos escores de propensão estejam muito distantes entre si.

O pareamento pelo método da estratificação, conhecido também como pareamento por intervalo, consiste em repartir a amostra em intervalos e estimar o efeito do tratamento através do cálculo das diferenças médias em cada um dos intervalos. É bastante comum dividir a amostra em cinco estratos, pois pesquisas mostram que este número de intervalos é capaz de reduzir o viés de seleção em até 95% para cada covariável (COCHRANE & CHAMBERS, 1965 apud CALIENDO & KOPEINIG, 2005). A verificação deste resultado consiste em checar o balanceamento do escore de propensão em cada um dos estratos. Se, em cada estrato, forem observadas diferenças significativas entre o grupo de tratamento e o grupo de controle para cada covariável, condicional ao escore de propensão balanceado, a especificação do modelo para o cálculo dos escores de propensão não é adequada e, por isto, deve ser revista através da adição de termos de interação entre covariáveis (DEHEJIA & WAHBA, 1999 apud CALIENDO & KOPEINIG, 2005).

Diferente dos algoritmos apresentados nos parágrafos anteriores, que utilizam poucas observações do grupo de controle para a construção do contrafactual, a densidade Kernel e a Regressão Linear Local, estimadores não paramétricos para o ATT, usa "... as médias ponderadas de todos os indivíduos do grupo de controle para construir os resultados contrafactuais"[13] (CALIENDO & KOPEINIG, 2005, pp. 10, 11). O benefício resultante da utilização destes algoritmos para fins de pareamento das observações é que eles permitem considerar um volume muito grande de observações, o que acaba resultando em uma menor variância do estimador do ATT. Por outro lado, estes algoritmos não evitam que indivíduos tratados sejam comparados a indivíduos não tratados e que estão distantes em termos de

[13] "... use the weighted averages of all individuals in the control group to construct the counterfactual outcome".

escore de propensão dos primeiros e que, por isto, acabam elevando o viés do estimador do efeito médio do tratamento sobre o tratado.

Por fim, os escores de propensão podem ser utilizados como fatores de ponderação para que se possa obter uma amostra balanceada entre indivíduos tratados e não tratados (IMBENS, 2004 apud CALIENDO & KOPEINIG, 2005). Conhecido o escore de propensão, a utilização deste algoritmo de pareamento implica em estimar o ATT diretamente através da diferença média entre os resultados observados e ponderados para os grupos de tratamento e controle. Com exceção das amostras obtidas através de experimentos, o modo como o escore de propensão é estimado é crucial para o cálculo dos efeitos do tratamento através de ponderação (ZHAO, 2004 apud CALIENDO & KOPEINIG, 2005).

Cada um dos métodos apresentados produz resultados diferentes em termos de viés e variância, embora seus efeitos sobre amostras de tamanho mais elevado não sejam importantes, de modo que para amostras grandes a escolha de qualquer algoritmo implique na obtenção de resultados convergentes. A escolha do algoritmo, portanto, é importante de fato quando a amostra disponível para análise tem tamanho reduzido (CALIENDO & KOPEINIG, 2005). A tabela 21 abaixo compara os algoritmos discutidos nesta seção em termos da elevação (+) ou redução (-) do viés e da variância que promovem.

Tabela 21 – *Trade-offs* entre os algoritmos de pareamento em termos de viés e variância

Decisão	Viés	Variância
Pareamento pelo Vizinho mais Próximo:		
Múltiplos vizinhos/um vizinho	(+)/(−)	(−)/(+)
Com *caliper*/sem *caliper*	(−)/(+)	(+)/(−)
Uso de controle dos indivíduos:		
Com reposição/sem reposição	(−)/(+)	(+)/(−)
Escolha do método:		
Vizinho mais próximo/radial	(−)/(+)	(+)/(−)
Densidade kernel ou regressão linear local/vizinho mais próximo	(+)/(−)	(−)/(+)
Escolha da largura de banda com o método de densidade Kernel:		
Pequena/grande	(−)/(+)	(+)/(−)

*Fonte: Caliendo & Kopeinig (2005)

Com base nas informações contidas na tabela 21, estabelecer contrafactuais entre indivíduos tratados e não tratados através da seleção de um vizinho mais próximo, com intervalo de tolerância (*caliper*) e com reposição produz estimadores ATT com viés reduzido do que quando se constrói contrafactuais com mais de um vizinho; quando não existem limites de tolerância; quando o pareamento é realizado sem reposição; quando se opta por utilizar ou o algoritmo radial ou o método de densidade kernel ou quando se faz uso do método da regressão linear local. Por outro lado, os resultados se invertem quando levamos em conta a variância dos estimadores. Todavia, a escolha do algoritmo em amostras de tamanho reduzido deve ser feita com cuidado, pois optar por um algoritmo que produz resultados mais consistentes pode elevar as chances de aceitar a hipótese de que os efeitos do tratamento sobre as variáveis de interesse são desprezíveis quando, na verdade, não são.

Em suma, tratamos, neste tópico, do problema da avaliação, relacionado às dificuldades em estabelecer contrafactuais em trabalhos empíricos não experimentais. Vimos que, nestas circunstâncias, é difícil avaliar o efeito do tratamento sobre uma variável de interesse porque os resultados observados para caso o indivíduo tratado não participasse do tratamento não são observáveis. Além disso, a comparação direta entre os resultados obtidos por indivíduos tratados e não tratados não é recomendável porque a seleção para a participação em tratamentos é aleatória em poucas ocasiões, sendo que a adesão ao tratamento tende a ser influenciada pelos mesmos fatores que afetam os resultados obtidos, tornando os resultados inconsistentes por conta de viés de seleção. O método do Pareamento pelo Escore de Propensão oferece diversos algoritmos que permitem simular um resultado contrafactual através da comparação dos resultados médios obtidos pelos indivíduos tratados e não tratados, pareados de acordo com sua semelhança em termos de escore de propensão, reduzindo o viés dos estimadores.

Nos próximos tópicos, principiaremos a avaliação dos efeitos do Programa Bolsa Família sobre as proporções de crianças e adolescentes com idades entre cinco e dezoito anos que apenas estudam, que estudam e trabalham, que apenas trabalham e que estão inativas (nem estudam e nem trabalham) através da metodologia do Pareamento pelo Escore de Propensão (PEP). No terceiro tópico, descreveremos as características do banco de dados principal, a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD), bem como os procedimentos e as razões que motivaram a construção de amostras intermediárias a partir do banco de dados principal. Ainda neste tópico, utilizaremos as amostras intermediárias para extrair

informações que nos permitam descrever as condições de acesso a recursos familiares, educacionais e econômicos pelas crianças e adolescentes. No quarto tópico, analisaremos os resultados da aplicação do PEP sobre as amostras intermediárias.

3.3 ESTRATÉGIA EMPÍRICA E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Como vimos no tópico anterior, o problema das metodologias de avaliação está em estabelecer os resultados contrafactuais que permitam identificar os efeitos de um tratamento sobre uma determinada variável de interesse. A metodologia do PEP permite que, em pesquisas não experimentais, se possa comparar os resultados observados para os indivíduos tratados com os alcançados pelos indivíduos não tratados, agrupando os indivíduos do grupo de tratamento e do grupo de controle de acordo com a probabilidade de ambos participarem do programa. Contudo, vimos também que esta metodologia não impede completamente que pareamentos de baixa qualidade, apesar dos diferentes algoritmos de pareamento, possam ocorrer, ora tornando resultados inconsistentes ora elevando as possibilidades de se rejeitar que o tratamento tenha efeitos significativos, quando, na verdade, ele tem.

Neste sentido, exprimir resultados relevantes requer não apenas a escolha de uma metodologia que permita eliminar o viés de seleção, mas também que se tenha à disposição um grupo de controle com observações que não estejam muito dispersas de seus pares constantes no grupo de tratamento. O objetivo principal deste tópico é apresentar os critérios que utilizamos para construir amostras pareadas, capazes de potencializar os resultados da metodologia do PEP, e apresentar estatísticas descritivas que informem as condições de acesso a recursos econômicos, sociais e culturais à disposição das crianças e adolescentes.

3.3.1 Fonte de dados

Para proceder à avaliação dos efeitos promovidos pelo Programa Bolsa-Família (PBF) sobre o trabalho de crianças e adolescentes, escolhemos a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD), que é o maior levantamento realizado para fins de obter informações relativas às condições socioeconômicas das famílias brasileiras. Escolhemos trabalhar com o levantamento feito para o ano de 2006, pois neste ano a pesquisa traz informações suplementares sobre o acesso das famílias às políticas sociais do governo, ao acesso à

merenda escolar e informações sobre a escolaridade das crianças e adolescentes com idades entre zero e dezessete anos.

Quanto à forma de captação de dados, a PNAD é uma amostra coletada por conglomerado em vários estágios. Cada unidade da federação é dividida em diferentes partes (estratos), contendo uma reunião de municípios. Os municípios são divididos em três áreas censitárias, a saber, regiões metropolitanas, municípios auto-representativos e municípios não auto-representativos. Todas as metrópoles e os municípios auto-representativos integram obrigatoriamente a amostra em seus respectivos estratos (probabilidade de seleção igual a um) e compõem a unidade primária de amostragem (*Primary Sample Unit – PSU*). A seleção dos municípios não auto-representativos, por sua vez, tem probabilidade igual ao seu tamanho. Esta probabilidade é determinada pelo censo populacional que antecede a pesquisa, sendo que municípios com esta característica permanecem na amostra por dez anos, até o próximo levantamento censitário. Em virtude das características de seleção dos municípios que comporão a amostra, as observações relativas às regiões metropolitanas e aos municípios auto-representativos, a amostra é coletada em dois estágios (seleção dos setores censitários e dos domicílios), enquanto o processo de seleção amostral para os municípios não auto-representativos abrange três estágios (sorteio dos municípios, dos setores censitários e dos domicílios).

Este método de coleta de dados, quando comparada a uma seleção de observações por amostra aleatória simples, tem por vantagem a redução dos custos de captação, mas também cobra um preço relevante. O desenho da amostra da PNAD reduz a diversidade de informação da amostra porque, para cada unidade da federação, as unidades domiciliares se concentram em poucas regiões, elevando a variância amostral[14]. Em relação às estimativas do escore de propensão e do ATT, o desenho da amostra da PNAD tende a elevar as chances de se cometer erro de tipo I (rejeitar uma hipótese nula verdadeira, conhecido também por nível de significância - α) e erro de tipo II (não rejeitar uma hipótese nula não verdadeira - poder de inferência β) porque este desenho de amostra apresenta maior variância do que uma amostra aleatória simples, debilitando assim qualquer análise de inferência estatística. Além deste efeito, a chance de domicílios de regiões metropolitanas e municípios auto-representativos serem sorteados é maior do que as chances de domicílios em municípios não auto-

[14] Calcula-se que, para a PNAD, o efeito do desenho da amostra eleve a variância de quatro a sete vezes em comparação com uma amostra aleatória simples de mesmo tamanho.

representativos participarem da amostra, o que torna o levantamento da PNAD, quando se considera a amostra em sua totalidade[15], uma amostra não aleatória.

A fim de evitar os problemas causados pelo fato de a PNAD não ser uma amostra auto ponderada e ter um desenho diferente de uma amostra aleatória simples, os cálculos dos escores de propensão e da estimativa do ATT levarão em conta tanto seus diferentes estágios quanto seu fator de ponderação, procedimentos que reduzem o viés e que consideram a real variância dos estimadores.

3.3.2 Estratégia empírica

Feitas as considerações sobre a fonte de dados utilizada nesta dissertação, passemos a estratégia empírica adotada neste trabalho. O objetivo desta etapa é potencializar as estimativas do ATT através da construção de um banco de dados suficientemente grande e que seja capaz de constituir um conjunto de informações homogêneas em termos do escore de propensão (banco de dados derivado).

A primeira etapa para a construção do banco de dados derivado é manter na amostra apenas as observações que nos permita identificar os efeitos promovidos pelo PBF sobre o exercício de trabalho por crianças e adolescentes. Além da possibilidade de trabalharem, as crianças e adolescentes podem freqüentar a escola ou não fazerem nem uma coisa nem outra. Há ainda a possibilidade de que o trabalho infanto-juvenil seja uma atividade adotada em regime complementar à escola, de modo que a criança ou adolescente desempenhe as duas atividades ao mesmo tempo. Como nos interessa apenas as informações relativas às famílias com crianças e adolescentes em idade escolar, foram excluídas da amostra principal as observações relativas às famílias com um indivíduo, aos casais sem filhos, às famílias com todos os filhos menores de seis anos e/ou maiores de dezoito anos de idade.

Após manter no banco de dados apenas as observações relativas às famílias com crianças e adolescentes em idade escolar, passamos à etapa de homogeneização das informações. De acordo com os critérios de seleção ao PBF, somente as famílias com renda per capita de até R$100,00 mensais a preços de 2006 poderiam participar do programa naquele ano. No entanto, mesmo famílias com renda per capita superior a este valor poderiam participar no programa porque estariam afeitas a circunstâncias que as imputam importantes

[15] O sorteio dos domicílios nos municípios selecionados para compor a amostra é aleatório.

vulnerabilidades[16]. A fim de captar também famílias em condição de vulnerabilidade econômica, construímos dois bancos de dados, a saber, (i) um primeiro com informações relativas às famílias com renda per capita de até R$100,00 mensais e que, portanto, atendem aos critérios de seleção da amostra e (ii) outro contendo observações para as famílias com renda per capita de até R$300,00 mensais e que reúne não apenas informações a respeito das famílias que atendem aos critérios de inclusão no programa, mas também as observações relativas às famílias que possam se encontrar em condição de vulnerabilidade econômica.

3.3.3 Variáveis

Em geral, o trabalho infanto-juvenil encontra-se presente em famílias que se deparam com algum tipo de privação e, portanto, enfrentam limitações de recursos econômicos, culturais e/ou sociais. O Quadro 1 abaixo lista as principais variáveis vinculadas aos recursos familiares.

[16] Renda intermitente, ocupação de postos de trabalho informais etc.

Quadro 1 – Variáveis que representam o capital cultural, o capital econômico, o capital social, o acesso a serviços básicos de saneamento e as variáveis de localização

Variável	Descrição
Capital cultural[17]*:*	
escchefe	Escolaridade do chefe de família
escchefe2	Quadrado da escolaridade do chefe de família
Capital econômico:	
yfamlqpc	Renda familiar per capita líquida das transferências do PBF
setor1	Dummy que assume valor um quando o chefe de família tem ocupação formal
setor2	Dummy que assume valor um quando o chefe de família tem ocupação informal
Capital social[18]*:*	
sexchefe	Gênero do chefe de família (1 se for do sexo feminino
racchefe	Raça do chefe de família (1 se for negro)
infantes	Número de pessoas com idades entre zero e cinco anos de idade na família
crianças	Número de pessoas com idades entre seis e doze anos de idade na família
adolescentes	Número de pessoas com idades entre treze e dezoito anos de idade na família
maiores19anos	Número de pessoas maiores de dezoito anos na família
Acesso a Serviços Básicos de Saneamento:	
escbanh	Forma de escoadouro do banheiro ou sanitário (1 para a existência de rede coletora de esgoto)
provagua	Providência da água canalizada utilizada no domicílio (1 para rede geral de abastecimento)
eletr	Forma de iluminação do domicílio (1 para energia elétrica)
qtdebanhpp	Número de banheiros por pessoa da família
qtdecompp	Número de cômodos por pessoa da família
Variáveis de Localização:	
norte	Dummy que indica se a família é originária da região norte
nordeste	Dummy que indica se a família é originária da região nordeste
sul	Dummy que indica se a família é originária da região sul
coeste	Dummy que indica se a família é originária da região centro-oeste
sitcens	Dummy que indica se a família reside em zonas rurais (sitcens = 1)
metropol	Dummy que indica se a família reside em regiões metropolitanas (metropol = 1)

*Fonte: Elaboração Própria

[17] Segundo Bourdieu (1998), capital cultural são bens transmitidos por ações pedagógicas dentro da família e se refere a todos os investimentos culturais por parte da família. O nível educacional dos pais e os meios econômicos são bons indicadores de capital cultural na família, embora um não necessariamente prediga o outro.

[18] Para Bourdieu (1998), capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns mas também unidos por ligações permanentes e úteis.

As variáveis de resposta ao PBF, por sua vez, são (i) a proporção de crianças e adolescentes que apenas estudam na família – *propest* –; (ii) a proporção de crianças e adolescentes que estudam e trabalham na família – *propesttrab* –; (iii) a proporção de crianças e adolescentes que apenas trabalham na família – *proptrab* – e (iv) a proporção de crianças e adolescentes que nem estudam e nem trabalham na família – *propinat*.

É importante observar que as variáveis escolhidas como determinantes tanto do trabalho infanto-juvenil quanto da participação no PBF se restringem a características importantes para que as famílias decidam quanto tempo as crianças e adolescentes devem exercer atividades de trabalho. Isto se deve a dois fatores. O primeiro é que as variáveis que permitem identificar características relativas à demanda por trabalho não são observáveis no corpo do levantamento da PNAD. O segundo fator diz respeito ao objetivo desta dissertação, que é verificar se o PBF contribuiu para reduzir o exercício de trabalho infanto-juvenil.

Com base neste entendimento e na discriminação das variáveis de interesse para a análise, nos parágrafos seguintes levantaremos as provisões de recursos (capital econômico, social e cultural) disponíveis às famílias e que exercem influência sobre o trabalho de crianças e adolescentes. No que tange o capital econômico, observa-se que a média dos rendimentos por pessoa na família foi de R$51,27, ao passo que o valor mediano da renda foi de R$57,22 no grupo de famílias com renda per capita líquida das transferências de até R$100,00. Considerando a baixa variabilidade das observações, dado que o coeficiente de variação foi de 0,671, tais resultados sugerem haver maior concentração de pequenos rendimentos per capita e com pouca dispersão dos valores observados. Um ponto importante a se destacar é o fato de a renda per capita média líquida das transferências das famílias participantes do PBF ser superior aos valores observados para as famílias constantes no grupo de controle (R$55,11 contra R$47,05), diferente do que ocorre no grupo das famílias com renda per capita mensal líquida das transferências de até R$300,00 (R$116,14 contra R$160,25). Este fato indica que os erros de vazamento, que se manifestam quando famílias que deveriam participar do programa não participam, se concentram nas classes de renda inferiores, justo as que mais necessitariam da assistência do programa.

No quesito que informa o status ocupacional do chefe de família, observa-se que apenas em 5,52% das famílias com renda per capita de até R$100,00 o chefe está ocupado em setores formais da economia, enquanto 39,33% dos chefes de família exerciam atividades de trabalho informais. No grupo de renda per capita de até R$300,00, as mesmas proporções são, respectivamente, de 16,19% e 34,36%. Em ambos os grupos de renda per capita observa-se

que, a despeito das diferenças, são mais freqüentes as ocasiões em que o chefe de família se encontra ocupado em atividades informais.

Em relação à disposição de recursos familiares e sociais, 26,85% das famílias com renda per capita de até R$100,00 tem acesso à rede coletora de esgoto e 62,18% têm acesso a rede geral de distribuição de água. Já para as famílias com renda per capita de até R$300,00, 36,43% e 72,90% têm acesso tanto à rede coletora de esgoto quanto à rede geral de distribuição de água respectivamente. Apesar de estes números sugerirem que estas famílias estejam privadas do acesso a melhores condições de saneamento básico, estes resultados devem ser vistos com cuidado porque estes resultados podem estar influenciados pela importância das famílias que residem em regiões campesinas, onde é mais difícil o recolhimento do esgoto e o acesso às redes distribuidoras de água.

Outro dado importante é a incidência de famílias chefiadas por mulheres. Segundo a literatura tradicional, em famílias chefiadas por mulheres existe maior probabilidade de que as crianças e adolescentes trabalhem porque famílias com esta característica são famílias com menor renda familiar (AZEVÊDO, MENEZES, & FERNANDES, 2000). Em ambos os grupos de renda, a incidência de famílias chefiadas por mulheres é aproximadamente a mesma, com 35,07% das famílias com renda per capita de até R$100,00 mensais e 32,58% das famílias com renda per capita de até R$300,00 sendo chefiadas por mulheres. No entanto, observa-se também que a incidência de chefia feminina é mais freqüente entre os não beneficiários do PBF, independente da classe de renda. Para o grupo de famílias com renda per capita de até R$100,00 reais mensais, a incidência de famílias chefiadas por mulheres é de 31,37% entre as famílias participantes do PBF e de 39,12% entre as que não participam do programa. Já para as famílias cuja renda per capita líquida das transferências é de R$300,00 mensais, 30,59% das famílias beneficiárias e 35,23% das não beneficiárias do PBF são chefiadas por mulheres.

No que diz respeito à composição familiar, observa-se que, em média, as famílias com renda per capita de até R$100,00 apresentam maior número de indivíduos com idades entre zero e doze anos de idade e menor número de indivíduos maiores de dezenove anos de idade do que as famílias cuja renda per capita é igual a R$300,00 (ver tabela 22 abaixo). De acordo com a literatura tradicional sobre o trabalho de crianças e adolescentes, o número de irmãos menores e a maior incidência de famílias sem a presença do cônjuge são fatores que favorecem a emergência de trabalho infanto-juvenil. Por um lado, a criança menor desloca a atenção dos pais para si, exigindo um conjunto de esforços extras dos pais e, inclusive, dos

filhos maiores. Por outro lado, a presença de apenas um chefe exige que os filhos mais velhos, na medida em que os pais não desfrutam de tempo extra para elevarem suas horas trabalhadas, também trabalhem para auxiliar na subsistência da unidade familiar. Tomando como base o argumento tradicional, é de se esperar que haja maior incidência de trabalho por parte das crianças e adolescentes no grupo de famílias com renda per capita de até R$100,00.

Tabela 22 – Estatísticas descritivas para as variáveis vinculadas ao capital econômico, ao capital social, ao capital cultural e às condições de acesso a serviços básicos de saneamento

2006

Variáveis	yfamlqpc < R$100,00				yfamlqpc < R$300,00			
	$\bar{X}$	$\tilde{X}$	CV	SK	$\bar{X}$	$\tilde{X}$	CV	SK
Capital econômico:								
Yfamlqpc	R$51,27	R$57,22	0,671	-0,273	R$143,35	R$140,00	0,581	0,046
setor1	5,52%	0	4,139	3,897	16,19%	0	2,275	1,835
setor2	39,33%	0	1,242	0,437	34,36%	0	1,382	0,659
Capital social:								
sexchefe	35,07%	0	1,361	0,626	32,58%	0	1,439	0,744
infantes	0,631	0	1,297	1,290	0,420	0	1,606	1,695
crianças	1,256	1	0,811	0,758	1,036	1	0,869	0,853
adolescentes	0,802	1	1,126	1,099	0,779	1	1,072	1,008
maiores19anos	1,896	2	0,470	0,930	2,030	2	0,433	1,184
Capital cultural:								
escchefe	4,296	4	0,883	0,694	5,079	4	0,755	0,356
Acesso a Serviços Básicos de Saneamento:								
escbanh	26,85%	0	1,650	1,045	36,43%	0	1,321	0,564
provagua	62,18%	1	0,780	-0,502	72,90%	1	0,610	-1,031
eletr	92,42%	1	0,286	-3,205	96,06%	1	0,203	-4,733
qtdebanhpp	0,247	0,2	0,873	2,564	0,277	0,25	0,675	2,375
qtdecompp	1,334	1,2	0,609	2,045	1,417	1,25	0,513	1,867

*Fonte: PNAD (Elaboração Própria)

Os hábitos culturais cultivados pelas famílias, principalmente a relação que estes estabelecem com o trabalho e com a trajetória escolar de seus membros, impactam sobre as condições para que as crianças e adolescentes permaneçam por mais tempo na escola. Conforme observa Gomes (1997), a escola continua a educação que as famílias transmitem às crianças e adolescentes, e tal transmissão se dá na base das culturas reproduzidas pelas famílias ao longo de sua história. Crianças e adolescentes vindas de famílias cujo elo com a escola é frágil e cujas ligações com atividades laborais são fortes tendem a abandonar a escola antes de completarem o ciclo escolar em prol de desenvolverem atividades de trabalho. Fatores relacionados à escolaridade e aos hábitos dos pais (freqüência com que visitam

eventos artísticos diversos, lêem livros etc.) respondem pelas disposições de capital cultural nas famílias. Destas, a única característica observável no corpo da PNAD é a escolaridade do chefe de família. Percebe-se que no grupo de famílias com renda per capita de até R$100,00 mensais, o chefe de família tende a ser, em média, menos escolarizado do que no grupo de famílias com renda per capita de até R$300,00 (4,296 ante 5,079).

Por fim, diversos trabalhos informam sobre a eficiência dos critérios de seleção e elegibilidade em distribuir os recursos do PBF para as famílias em piores condições de renda e em oferecer "alívio" financeiro às famílias necessitadas (MEDEIROS, BRITTO, & SOARES, 2007). Em função destes critérios, é de se esperar que os recursos do PBF tendam a se concentrar em áreas cuja incidência de pobreza seja mais elevada. Percebe-se que metade das famílias cuja renda per capita líquida não ultrapassa R$100,00 (50,40%) concentra-se na região Nordeste, 32,20% destas se encontram no campo e que 76,68% destas famílias vivem em municípios auto-representativos e em municípios não auto-representativos. Em relação à distribuição dos recursos do PBF neste grupo de famílias, destaca-se o fato de 64,16% e 41,49% das famílias beneficiárias se concentrarem na região Nordeste e em zonas rurais. Como a proporção de famílias beneficiadas pelo PBF é maior que suas respectivas participações na população das famílias com renda líquida das transferências do PBF de até R$100,00 e considerando os trabalhos prévios que indicam focalização adequada do programa, os dados indicam haver maior incidência de famílias em condições de privação de renda nestas localidades.

Em relação ao grupo de famílias com renda per capita líquida das transferências do PBF inferior a R$300,00, nota-se fenômeno semelhante. Enquanto 36,33% das famílias nesta condição residiam na região Nordeste e 22,26% no campo, 52,80% e 31,82% das famílias beneficiadas pelo PBF residiam na região Nordeste e em áreas rurais respectivamente. Embora tais dados indiquem que possa haver maior incidência de pobreza nestas regiões, tal como observado para o grupo de famílias cuja renda per capita não ultrapassava R$100,00, destaca-se, neste caso, o fato de cerca de metade das famílias beneficiadas residirem na região Nordeste, quando aproximadamente uma em cada três famílias vem daquela região.

Adiantamos, neste tópico, a situação conjuntural das variáveis que respondem pelos recursos econômicos, sociais e culturais à disposição das famílias investigadas a partir do levantamento da PNAD de 2006. Ressaltamos, contudo, que tais variáveis devem ser vistas não apenas como os meios (recursos), mas também como o fim para que as famílias desenvolvam um "sentimento de infância", um sentido de preservar seus filhos de

estabelecerem contato com atividades relacionadas ao mundo dos adultos sem o devido preparo psicológico, cognitivo e social. No próximo tópico, passaremos à análise dos resultados da aplicação do PEP aos grupos de famílias investigadas.

3.4 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Após caracterizar as variáveis selecionadas e interpretar suas estatísticas descritivas, passemos agora à fase de interpretação dos resultados observados após a aplicação do PEP sobre os grupos de famílias investigadas. Dividiremos esta etapa em quatro seções, a saber, (i) forma de cálculo dos escores de propensão; (ii) qualidade dos pareamentos; (iii) análise dos resultados e (iv) efeitos de variáveis não observáveis sobre os estimadores do ATT.

3.4.1 Cálculo dos escores de propensão

Conforme observado no segundo tópico deste capítulo, o escore de propensão corresponde à probabilidade de as famílias participarem do tratamento, dadas suas características particulares. No terceiro tópico, elencamos como variáveis relevantes para a participação no PBF aspectos relativos aos recursos sociais, culturais e econômicos, mas também consideramos aspectos relativos à distribuição das famílias ao longo do território geográficos importantes e que também importam para a participação no programa.

Por outro lado, a estimação dos escores de propensão passa pela escolha de um modelo estatístico com variável dependente limitada adequado aos propósitos do trabalho. A priori, qualquer modelo que contenha variável dependente limitada pode ser utilizado para a estimação dos escores de propensão, contudo a preferência por modelos logit e probit, em demérito aos modelos de probabilidade linear, se deve principalmente ao fato de que estes modelos permitem a estimativa de probabilidades no intervalo fechado entre zero e um, fato este condizente com a teoria das probabilidades.

Nosso objeto de análise é avaliar os efeitos da participação no Programa Bolsa Família (PBF) sobre o trabalho de crianças e adolescentes. A estimação do escore de propensão, portanto, será realizada sobre os resultados observados para a pergunta “em setembro de 2006, algum morador deste domicílio recebeu dinheiro do programa social Bolsa-Família”, constante no dicionário da PNAD que foi a campo em setembro deste mesmo ano. Como a variável de resposta assume apenas dois valores (sim ou não), a escolha entre um modelo logit ou probit para a estimação dos escores de propensão produzirá respostas semelhantes. Por se

embasar em hipóteses fortes e devido à facilidade de interpretação dos resultados, utilizaremos o modelo logit para estimar a probabilidade de as famílias participarem do PBF.

As variáveis independentes escolhidas para a estimação do escore de propensão e os respectivos estimadores para ambos os grupos de famílias investigadas estão listadas nas tabelas 23 e 24 abaixo. O fato mais importante a se destacar é a ausência das variáveis "infantes", "maiores19anos" e "sudeste". Tais ausências se justificam pela necessidade de se evitar que se estabelecesse colinearidade perfeita entre as variáveis. Ainda em relação ao escore de propensão, é mister salientar que para ambos os grupos de famílias investigados eles foram obtidos levando em consideração os efeitos do desenho amostral da PNAD, conforme especificado no tópico anterior.

Tabela 23 – Estimadores do modelo logit para o grupo de famílias cuja renda per capita líquida é inferior a R$100,00

2006

Variável	Coeficiente	Erro-Padrão	t	p	Intervalo de Confiança (1 - α = 0,95)	
					Inferior	Superior
Capital cultural:						
escchefe	0,04862	0,01766	2,75	0,006	0,01400	0,08323
escchefe2	-0,01004	0,00146	-6,88	0,000	-0,01290	-0,00718
Capital econômico:						
yfamlqpc	0,00320	0,00065	4,96	0,000	0,00194	0,00447
setor1	-0,72392	0,10429	-6,94	0,000	-0,92843	-0,51942
setor2	0,11127	0,04622	2,41	0,016	0,02065	0,20189
Capital social:						
sexchefe	0,24579	0,05092	4,83	0,000	0,14593	0,34564
racchefe	-0,15201	0,05006	-3,04	0,002	-0,25016	-0,05385
crianças	0,32713	0,02717	12,04	0,000	0,27386	0,38040
adolescentes	0,20956	0,02596	8,07	0,000	0,15866	0,26046
Acesso a Serviços Básicos de Saneamento:						
escbanh	-0,19548	0,06783	-2,88	0,004	-0,32848	-0,06248
provagua	-0,00207	0,06421	-0,03	0,974	-0,12798	0,12384
Eletr	0,32211	0,10129	3,18	0,001	0,12351	0,52071
qtdebanhpp	-1,38323	0,21236	-6,51	0,000	-1,79962	-0,96684
qtdecompp	0,04686	0,04844	0,97	0,333	-0,04813	0,14184
Variáveis de localização:						
Sul	-0,02271	0,10343	-0,22	0,826	-0,22552	0,18009
nordeste	0,71398	0,06648	10,74	0,000	0,58363	0,84433
Norte	-0,24434	0,10438	-2,34	0,019	-0,44901	-0,03966
Coeste	-0,58012	0,11146	-5,20	0,000	-0,79867	-0,36156
sitcens	0,27061	0,07804	3,47	0,001	0,11758	0,42364
metropol	-0,75122	0,05897	-12,74	0,000	-0,86685	-0,63559
Constante:	-0,77909	0,15673	-4,97	0,000	-1,08642	-0,47176

*Fonte: PNAD (Elaboração Própria)

Tabela 24 – Estimadores do modelo logit para o grupo de famílias cuja renda per capita líquida é inferior a R$300,00

2006

Variável	Coeficiente	Erro-Padrão	t	p	Intervalo de Confiança (1 - α = 0,95)	
					Inferior	Superior
Capital cultural:						
escchefe	0,04839	0,01089	4,44	0,000	0,02704	0,06974
escchefe2	-0,01028	0,00093	-11,03	0,000	-0,01210	-0,00845
Capital econômico:						
yfamlqpc	-0,00412	0,00018	-23,28	0,000	-0,00447	-0,00378
setor1	-0,18386	0,04259	-4,32	0,000	-0,26737	-0,10036
setor2	0,18086	0,02992	6,05	0,000	0,12220	0,23951
Capital social:						
sexchefe	0,15524	0,03044	5,10	0,000	0,09555	0,21493
racchefe	-0,22564	0,03094	-7,29	0,000	-0,28629	-0,16498
crianças	0,35884	0,01883	19,06	0,000	0,32193	0,39575
adolescentes	0,21542	0,01779	12,11	0,000	0,18055	0,25030
Acesso a Serviços Básicos de Saneamento:						
escbanh	-0,15795	0,04287	-3,68	0,000	-0,24199	-0,07391
provagua	0,00853	0,04683	0,18	0,855	-0,08329	0,10035
eletr	0,32785	0,08312	3,94	0,000	0,16489	0,49082
qtdebanhpp	-1,15690	0,13592	-8,51	0,000	-1,42337	-0,89043
qtdecompp	-0,06792	0,03226	-2,11	0,035	-0,13117	-0,00467
Variáveis de localização:						
sul	-0,10631	0,06117	-1,74	0,082	-0,22623	0,01361
nordeste	0,69153	0,04476	15,45	0,000	0,60378	0,77929
norte	-0,13001	0,07054	-1,84	0,065	-0,26831	0,00828
coeste	-0,42762	0,07090	-6,03	0,000	-0,56661	-0,28862
sitcens	0,14085	0,05521	2,55	0,011	0,03261	0,24909
metropol	-0,70813	0,03880	-18,25	0,000	-0,78420	-0,63206
Constante:	-0,25418	0,11203	-2,27	0,023	-0,47382	-0,03454

*Fonte: PNAD (Elaboração Própria)

Como se pode observar nas tabelas acima, alguns dos estimadores para o modelo não se mostraram significativos. Contudo, isto não implica que tais variáveis não devam ser incluídas ao modelo. Segundo Rubin e Thomas (1996, apud CALIENDO & KOPEINIG, 2005), a exclusão de uma variável do modelo somente deve ser levada a cabo quando houver consenso de que ela não afete tanto a participação quanto as variáveis de resultado. No entanto, a manutenção destas variáveis também deve garantir que o modelo escolhido seja o

mais parcimonioso possível, pois a inclusão de muitas variáveis, principalmente em amostras pequenas, resulta no descarte de observações e na utilização de observações do grupo de controle por mais de uma vez (CALIENDO & KOPEINIG, 2005). Na tabela 23, as variáveis "provagua" e "qtdecompp" são as únicas não significativas ao nível de 5%, resultado que sugere que as condições de acesso a rede geral de distribuição de água e a quantidade de cômodos por pessoa nos domicílios podem não influir sobre a probabilidade de as famílias participarem do PBF. Já na tabela 24, as variáveis não significativas foram "provagua", "sul" e "norte". Apesar de não se mostrarem relevantes para que as famílias participem do PBF, estas variáveis importam para a emergência de trabalho por parte das crianças e adolescentes porque se referem a importantes diagnósticos para o trabalho infanto-juvenil e, por isto, não devem ser excluídas do modelo.

Com base nos resultados apresentados, observa-se que os estimadores apresentaram o sinal que se esperava. Em relação ao capital cultural, quanto menor a escolaridade do chefe de família, maior tende a ser a probabilidade de participar no programa, probabilidade esta que tende a decrescer na medida em que o chefe de família é mais escolarizado. Em respeito ao capital social, a garantia de melhores condições de saneamento tende a diminuir a probabilidade de as famílias participarem do programa, ao passo que quanto maior for o número de crianças e adolescentes na família, maior a probabilidade de participação. Em relação às variáveis de localização, famílias oriundas da região nordeste e de zonas rurais tende a elevar as chances de as famílias participarem do programa. Em relação ao capital econômico, famílias cujo chefe atue em atividades formais tende a diminuir as chances destas em participar do programa, ao passo que o exercício de trabalho em setores informais tende a elevar as chances destas famílias em participar do programa. A única ressalva está relacionada ao comportamento da renda familiar per capita líquida das transferências do PBF para o grupo de famílias cuja renda per capita não ultrapassa R$100,00, onde se pode observar elevação da probabilidade em participar do programa na medida em que a renda aumenta. Neste caso, o sinal do estimador condiz com a análise descritiva feita anteriormente e pode indicar a existência de erros de inclusão no programa em estratos de renda mais baixa.

3.4.2 Análise da qualidade dos pareamentos

A satisfação da hipótese da independência condicional implica que, após o pareamento das observações, as variáveis de resultado sejam independentes do tratamento, condicional às variáveis que influenciam na decisão de aderir ao tratamento. Da mesma forma, as variáveis

de resultado devem ser independentes do tratamento, condicional ao escore de propensão. Caso esta hipótese seja satisfeita, não existiriam diferenças médias significativas entre o grupo de tratamento e o grupo de controle. Embora esta hipótese seja de difícil verificação empírica, a obtenção de um escore de propensão balanceado, capaz de eliminar as diferenças entre o grupo de tratados e de controle, é um pré-requisito importante para se afirmar algo sobre a qualidade do pareamento, bem como oferece bons indícios de que esta condição esteja sendo satisfeita. As tabelas 25 e 26 abaixo contêm as médias para os participantes e não participantes do PBF antes e depois do pareamento das observações.

Tabela 25 – Estatística descritiva para a comparação das variáveis antes e depois do pareamento (Continua)

yfamlqpc ≤ R$100,00

2006

Variável	Amostra	X-tratado	X-controle	Viés (%)	Redução do Viés (%)	Teste t	
						t	p
Capital cultural:							
escchefe	Não Pareados	3,453	5,423	-53,60		-31,15	0,000
	Pareados	3,453	3,474	1,80	91,20	1,12	0,264
escchefe2	Não Pareados	22,557	45,822	-52,60		-30,69	0,000
	Pareados	22,557	22,104	1,00	98,10	0,83	0,406
Capital econômico:							
yfamlqpc	Não Pareados	55,599	48,427	20,90		12,15	0,000
	Pareados	55,599	56,328	-2,10	89,80	-1,36	0,172
setor1	Não Pareados	0,033	0,077	-19,30		-11,25	0,000
	Pareados	0,033	0,038	-2,00	89,50	-1,47	0,142
setor2	Não Pareados	0,424	0,323	21,10		12,23	0,000
	Pareados	0,424	0,431	-1,30	94,00	-0,72	0,470
Capital social:							
sexchefe	Não Pareados	0,333	0,403	-14,50		-8,40	0,000
	Pareados	0,333	0,346	-2,70	81,50	-1,60	0,110
racchefe	Não Pareados	0,242	0,334	-20,50		-11,88	0,000
	Pareados	0,242	0,234	1,80	91,20	1,12	0,264
crianças	Não Pareados	1,427	1,083	34,30		19,88	0,000
	Pareados	1,427	1,428	-0,20	99,50	-0,09	0,926
adolescentes	Não Pareados	0,888	0,707	20,30		11,74	0,000
	Pareados	0,888	0,857	3,50	82,80	1,87	0,061
Acesso a Serviços Básicos de Saneamento:							
escbanh	Não Pareados	0,181	0,321	-32,70		-19,02	0,000
	Pareados	0,181	0,179	0,30	99,00	0,22	0,825
provagua	Não Pareados	0,556	0,702	-30,50		-17,67	0,000
	Pareados	0,556	0,549	1,60	94,80	0,89	0,374
eletr	Não Pareados	0,915	0,944	-11,50		-6,65	0,000
	Pareados	0,915	0,915	0,10	99,50	0,03	0,976
qtdebanhpp	Não Pareados	0,197	0,306	-51,60		-30,14	0,000
	Pareados	0,197	0,196	0,20	99,60	0,16	0,874
qtdecompp	Não Pareados	1,182	1,472	-35,90		-20,89	0,000
	Pareados	1,182	1,180	0,30	99,00	0,25	0,805
Variáveis de localização:							
sul	Não Pareados	0,060	0,093	-12,70		-7,37	0,000
	Pareados	0,060	0,059	0,40	96,60	0,29	0,773

nordeste	Não Pareados	0,627	0,386	49,70		28,79	0,000
	Pareados	0,627	0,616	2,20	95,60	1,28	0,201
norte	Não Pareados	0,142	0,188	-12,50		-7,26	0,000
	Pareados	0,141	0,152	-2,70	78,20	-1,68	0,093
coeste	Não Pareados	0,044	0,102	-22,30		-13,00	0,000
	Pareados	0,044	0,053	-3,40	84,70	-2,41	0,016
sitcens	Não Pareados	0,380	0,210	38,00		21,97	0,000
	Pareados	0,380	0,210	38,00	99,60	0,09	0,930
metropol	Não Pareados	0,209	0,402	-42,90		-24,96	0,000
	Pareados	0,209	0,195	3,00	93,10	1,95	0,051
		Pseudo R2	**LR Chi2**	**p**			
Sumário:	**Não Pareados**	0,137	2557,61	0,000			
	Pareados	0,002	39,13	0,006			

*Fonte: PNAD (Elaboração Própria)

Tabela 26 – Estatística descritiva para a comparação das variáveis antes e depois do pareamento

yfamlqpc ≤ R$300,00

2006

Variável	Amostra	X-tratado	X-controle	Viés (%)	Redução do Viés (%)	Teste t	
						t	p
Capital cultural:							
escchefe	Não Pareados	3,998	5,858	-50,40		-47,49	0,000
	Pareados	4,000	3,972	0,80	98,50	0,72	0,474
escchefe2	Não Pareados	27,856	49,691	-49,50		-45,66	0,000
	Pareados	27,878	27,376	1,10	97,70	1,18	0,237
Capital econômico:							
yfamlqpc	Não Pareados	115,960	157,680	-53,40		-50,03	0,000
	Pareados	116,020	115,070	1,20	97,70	1,12	0,264
setor1	Não Pareados	0,101	0,185	-24,00		-22,31	0,000
	Pareados	0,101	0,099	0,60	97,40	0,62	0,535
setor2	Não Pareados	0,408	0,313	20,00		19,28	0,000
	Pareados	0,408	0,415	-1,40	92,90	-1,19	0,232
Capital social:							
escbanh	Não Pareados	0,242	0,373	-28,50		-26,91	0,000
	Pareados	0,242	0,240	0,50	98,30	0,44	0,664
provagua	Não Pareados	0,643	0,768	-27,50		-26,70	0,000
	Pareados	0,644	0,644	-0,10	99,70	-0,07	0,942
eletr	Não Pareados	0,944	0,973	-14,70		-14,65	0,000
	Pareados	0,944	0,943	0,50	96,70	0,35	0,723
qtdebanhpp	Não Pareados	0,225	0,311	-48,40		-44,72	0,000
	Pareados	0,225	0,225	0,00	99,90	0,03	0,974
qtdecompp	Não Pareados	1,258	1,507	-35,10		-32,85	0,000
	Pareados	1,259	1,258	0,10	99,60	0,14	0,890
sexchefe	Não Pareados	0,320	0,352	-6,90		-6,55	0,000
	Pareados	0,320	0,330	-2,30	67,20	-1,95	0,051
racchefe	Não Pareados	0,273	0,386	-24,10		-22,80	0,000
	Pareados	0,274	0,273	0,10	99,70	0,07	0,948
crianças	Não Pareados	1,229	0,915	34,70		33,84	0,000
	Pareados	1,226	1,243	-1,80	94,70	-1,41	0,159
adolescentes	Não Pareados	0,870	0,725	17,00		16,52	0,000
	Pareados	0,868	0,818	5,80	65,60	4,71	0,000
Variáveis de localização:							
sul	Não Pareados	0,079	0,132	-17,60		-16,36	0,000
	Pareados	0,079	0,077	0,60	96,90	0,54	0,587
nordeste	Não Pareados	0,534	0,306	47,40		45,77	0,000

	Pareados	0,533	0,519	3,00	93,70	2,46	0,014
norte	Não Pareados	0,148	0,165	-4,60		-4,42	0,000
	Pareados	0,148	0,162	-3,80	17,20	-3,31	0,001
coeste	Não Pareados	0,064	0,119	-19,40		-17,95	0,000
	Pareados	0,064	0,073	-3,10	83,80	-3,07	0,002
sitcens	Não Pareados	0,293	0,158	32,60		32,05	0,000
	Pareados	0,292	0,289	0,90	97,30	0,69	0,489
metropol	Não Pareados	0,240	0,394	-33,70		-31,69	0,000
	Pareados	0,240	0,227	2,80	91,50	2,65	0,008
		Pseudo R2	**LR Chi2**	**p**			
Sumário:	**Não Pareados**	0,146	7523,85	0,000			
	Pareados	0,002	65,83	0,000			

*Fonte: PNAD (Elaboração Própria)

Três informações são importantes para verificar se o pareamento garante a satisfação da hipótese de independência condicional, a saber, (i) a redução do viés padronizado (Θ) após o pareamento, (ii) o teste de significância das diferenças entre os grupos de tratamento e de controle para as covariáveis selecionadas e (iii) o teste de significância conjunta do modelo logit após o pareamento.

A redução do viés padronizado é uma medida sugerida por Rosembaum e Rubin (1985 apud CALIENDO & KOPEINIG, 2005) e consiste em identificar a diferença média, para cada covariável, entre os grupos de tratamento e controle antes e depois do pareamento, conforme as equações abaixo.

$$\boldsymbol{\theta_{antes} = 100.\frac{(\bar{X}_1 - \bar{X}_0)}{\sqrt{0,5.[V_1(X) + V_0(X)]}}} \quad \textbf{(15)}$$

$$\boldsymbol{\theta_{depois} = 100.\frac{(\bar{X}_{1M} - \bar{X}_{0M})}{\sqrt{0,5.[V_{1M}(X) + V_{0M}(X)]}}} \quad \textbf{(16)}$$

Na fórmula acima, X_1 (V_1) corresponde à média (variância) no grupo de tratamento antes do pareamento e X_0 (V_0) o respectivo valor para o grupo de controle. O cálculo da redução percentual do viés padronizado é dado pela equação 17 abaixo.

$$\Delta = \left|\boldsymbol{100.\frac{\theta_{depois} - \theta_{antes}}{\theta_{antes}}}\right| \quad \textbf{(17)}$$

Como se pode observar nas tabelas 25 e 26 acima, todas as covariáveis apresentaram redução do viés padronizado após o pareamento, exceto a região Norte onde se registra redução de viés em patamares inferiores para ambos os grupos de famílias.

O teste de significância das diferenças, para cada covariável, entre os participantes e não participantes do PBF complementam os resultados observados para a redução do viés observado, descrito no parágrafo anterior. Para o grupo de famílias com renda per capita líquida das transferências de até R$100,00, todas as diferenças não foram significativas aos níveis de significância de 0,1%, 1% e 5% (exceto coeste em ambos os grupos e adolescentes, norte e metropol no grupo de famílias cuja renda per capita líquida é inferior a R$300,00), ao passo que para o grupo de renda de até R$300,00 a diferença média entre as variáveis que identificam o número médio de adolescentes na família e a proporção de famílias que residem em regiões metropolitanas para os grupos de tratamento e controle se mostraram significativas ao nível de 0,1%. Estes resultados refletem apenas a dificuldade em estabelecer pareamentos de boa qualidade quando se toma por base um grupo de controle que se distancia das características médias dos indivíduos que participam do programa. Para o cálculo do efeito médio do tratamento sobre o tratado (ATT), mantivemos estas variáveis no modelo porque a diferença acusada por elas – 0,5 no caso do número médio de adolescentes na família e 1,3 p.p. no caso da proporção de famílias que residem em regiões metropolitanas – não é significativa do ponto de vista econômico.

Por fim, as tabelas trazem também um teste de significância conjunta das covariáveis para o modelo logit após o pareamento. Caso o pareamento satisfaça a hipótese de independência condicional, os resultados da estimação do logit após o pareamento acusariam redução do parâmetro "pseudo R2" e na aceitação da hipótese nula de que os parâmetros associados às covariáveis sejam simultaneamente iguais a zero. Para o grupo das famílias de menor renda, o valor do parâmetro "pseudo R2" é praticamente nulo (0,002), enquanto os resultados do teste de significância conjunta[19] não permitem a rejeição da hipótese nula em que os parâmetros sejam simultaneamente nulos para o conjunto da população ao nível de significância de 0,1%. No que diz respeito ao grupo de famílias em melhor situação de renda, o valor do parâmetro "pseudo R2" para a nova estimação do modelo logit após o pareamento também é praticamente nulo, mas o teste de significância conjunta não permite a aceitação da hipótese nula de que os parâmetros populacionais sejam todos nulos. Este último resultado reforça a

[19] O teste de significância conjunta apresentado na tabela é baseado no multiplicador de Lagrange. Sobre este assunto, ver (WOOLDRIDGE, 2006).

hipótese de que a qualidade dos pareamentos está associada também à proximidade, em termos de suas características, entre os participantes e os não participantes do PBF.

Em suma, os resultados da análise permitem concluir que, de modo geral, o pareamento é de boa qualidade. Todas as covariáveis para ambos os grupos de famílias investigadas apresentaram considerável redução no viés padronizado. Em relação às diferenças entre participantes e não participantes para cada covariável, não se observaram diferenças significativas para o grupo de famílias menos abastadas, ao passo que para o grupo de famílias com renda per capita líquida das transferências do PBF de até R$300,00 não se observam diferenças economicamente significativas. No que diz respeito ao teste de significância conjunta das covariáveis para o modelo logit após o pareamento, apenas para o conjunto de famílias cuja renda per capita líquida das transferências do PBF era inferior a R$100,00 não foi possível rejeitar a hipótese nula de que todos os parâmetros do modelo são simultaneamente nulos ao nível de significância de 0,1%, resultado este que denota melhor qualidade do pareamento quando as observações do grupo dos não participantes apresentam maior similaridade com o grupo dos participantes do PBF.

3.4.3 Os efeitos do programa bolsa-família sobre as variáveis de resultado

Após as etapas de escolha das variáveis relevantes para a decisão de participação no programa, de estimação dos escores de propensão através do modelo logit e de análise da qualidade dos pareamentos para ambos os grupos de famílias investigadas, passaremos agora a tratar dos efeitos exercidos pelo PBF sobre a forma como as famílias compatibilizam o tempo de suas crianças e adolescentes entre atividades escolares e de trabalho. O parâmetro de interesse é o efeito médio do tratamento sobre o tratado (ATT), cuja definição fora apresentada no segundo tópico deste capítulo. As variáveis de resultado correspondem à proporção média de crianças e adolescentes que apenas estudam na família (*propest*), à proporção média de crianças e adolescentes que estudam e trabalham na família (*propesttrab*), à proporção média de crianças e adolescentes que apenas trabalham na família (*proptrab*) e à proporção média de crianças e adolescentes inativos na família (*propinat*).

Neste tópico, o efeito do PBF sobre as variáveis de resposta foram calculados através de seis algoritmos diferentes, todos obtidos após cinqüenta repetições pelo método de *bootstrap* com estratificação. Contudo, apresentaremos os resultados apenas para o método do pareamento pelo vizinho mais próximo com reposição por ser este o método mais conhecido e porque o pareamento através dos demais métodos terem apresentado resultado

semelhante. Em relação ao estimador de interesse, o ATT, observaremos o sentido de sua variação, sua magnitude e sua significância estatística. Nos parágrafos seguintes, discutiremos os respectivos efeitos do programa em separado para o grupo de famílias cuja renda per capita líquida das transferências do PBF é de, no máximo, R$100,00 e para o grupo de famílias cuja renda é inferior a R$300,00.

a. Os efeitos do programa sobre o grupo de famílias cuja renda per capita é inferior a R$100,00

Os resultados relativos ao grupo de famílias cuja renda per capita líquida das transferências era inferior a R$100,00 seguem listados na tabela 27 abaixo.

Tabela 27 – Estimador para o efeito médio do tratamento sobre o tratado (ATT) yfamlqpc ≤ R$100,00

Variável de Resposta	Tratamento	Controle	Estimador do ATT (Vizinho mais Próximo)
Propest	0,783	0,730	0,053 (4,974)*
Propesttrab	0,118	0,109	0,009 (1,299)
Proptrab	0,029	0,056	-0,027 (-9,371)*
Propinat	0,071	0,106	-0,035 (-7,509)*
			*Significativo a 1%

*Fonte: PNAD (Elaboração Própria)

Em relação ao sentido dos efeitos do PBF sobre as variáveis de interesse, observa-se que a presença do programa eleva a proporção média de crianças e adolescentes que estudam exclusivamente na família, mas também eleva a proporção de crianças e adolescentes que realizam trabalho como atividade complementar à escola. Por outro lado, a presença do programa diminui a proporção de crianças e adolescentes que antes trabalhavam exclusivamente e a proporção de crianças e adolescentes que não exerciam qualquer atividade. De fato, a direção dos efeitos do programa permite afirmar que os resultados obtidos para o grupo de famílias com renda per capita líquida das transferências de até R$100,00 correspondem aos efeitos esperados do programa, quais sejam, elevar a proporção

de crianças e adolescentes na escola e reduzir a proporção de crianças e adolescentes que trabalham. A única exceção aos resultados esperados reside no fato de a variável que indica a feitura de trabalho como atividade complementar à escola. A depender da magnitude e da significância dos resultados, o programa pode tanto elevar a freqüência escolar quanto não exercer efeitos sobre a proporção de crianças e adolescentes que exercem alguma atividade de trabalho na família.

Quanto às magnitudes do estimador, os resultados sugerem que o PBF é capaz de elevar em cinco pontos percentuais a proporção de crianças e adolescentes que estudam exclusivamente na família, ao passo que, sob sua presença, a proporção de crianças e adolescentes que estudam e trabalham se eleva um ponto percentual, a proporção de crianças e adolescentes que apenas trabalham na família cai, em média, cerca de três pontos percentuais e a proporção de crianças e adolescentes inativas cai quase quatro pontos percentuais. Tais resultados são ainda mais esclarecedores quando observamos a diferença percentual entre os grupos de tratamento e controle após o pareamento. A proporção de crianças que apenas estudam na família cresce 7,26%, enquanto a proporção das crianças que apenas trabalham cai 48,21%, dados estes que ressaltam positivamente a importância do programa em reduzir o exercício exclusivo de trabalho por parte das crianças e adolescentes na família. Estes resultados eram esperados, em parte, porque a própria condicionalidade para o recebimento dos benefícios do PBF obriga às famílias matricularem seus filhos na escola e a reduzir o tempo disponível para o trabalho.

Por fim, os resultados apresentados indicam não haver significância estatística do estimador dos efeitos do PBF sobre a proporção de crianças e adolescentes que estudam e trabalham na família ao nível de 5%, enquanto os demais estimadores se mostraram bastante significativos. O PBF, portanto, não tem impacto significativo sobre o percentual de famílias que combinam estudo e trabalho, embora o programa promova uma redução de quase 50% na proporção de crianças que trabalham exclusivamente. Somando as variações observadas na proporção de crianças que estudam e trabalham e na proporção das que trabalham exclusivamente, a redução da proporção total de crianças e adolescentes que trabalham na família alcança 16,36% em resposta ao programa, o que deve ser visto como um fator positivo da ação do PBF sobre o trabalho infanto-juvenil considerando apenas o grupo de famílias cuja renda per capita é inferior a R$100,00.

A queda de três pontos percentuais da proporção dos que apenas trabalham acaba implicando em uma redução igual da proporção das crianças que trabalham nas famílias. Por

outro lado, o crescimento de cinco pontos percentuais na proporção dos que apenas estudam implica na elevação da proporção de crianças e adolescentes que estudam na família nos mesmos cinco pontos percentuais. Estes resultados sugerem que o PBF intervém de modo positivo sobre a proporção de crianças e adolescentes que apenas trabalham na família e sobre a proporção de crianças que apenas estudam na família, embora o programa não afete a proporção de crianças e adolescentes que trabalham e estudam ao mesmo tempo para este grupo de famílias.

b. Os efeitos do programa sobre o grupo de famílias cuja renda per capita é inferior a R$300,00

Os resultados relativos a este grupo de famílias estão descritos na tabela 28 abaixo.

Tabela 28 – Estimador para o efeito médio do tratamento sobre o tratado (ATT) yfamlqpc ≤ R$300,00

Variável de Resposta	Tratamento	Controle	Estimador do ATT (Vizinho mais Próximo)
Propest	0,793	0,760	0,034 (7,055)*
Propesttrab	0,118	0,103	0,015 (3,762)*
Proptrab	0,033	0,046	-0,013 (-5,138)*
Propinat	0,056	0,092	-0,035 (-9,281)*
			*Significativo a 1%

*Fonte: PNAD (Elaboração Própria)

Tal como observamos na análise dos efeitos do PBF sobre o grupo de famílias cuja renda per capita líquida das transferências era de, no máximo, R$100,00, é de se esperar que, sob a presença do PBF, a proporção de crianças e adolescentes se eleve enquanto as demais diminuam. Isto resultaria em uma redução global da proporção de crianças e adolescentes que trabalham e na elevação da proporção total de crianças e adolescentes que estudam na família. Os resultados obtidos para este grupo de famílias é semelhante aos alcançados para o grupo de famílias de menor renda no que tange ao sentido dos efeitos do programa. Como se pode observar na tabela acima, o programa tende a elevar a proporção de crianças e adolescentes na

família que estudam e que estudam e trabalham simultaneamente, enquanto tende a reduzir a proporção de crianças e adolescentes que apenas trabalham ou que eram inativas. Assim como no tópico anterior, o efeito do programa sobre o trabalho infanto-juvenil e sobre a maior presença de crianças e adolescentes na escola depende das magnitudes destes efeitos, de sua significância e da forma como eles se complementam ou se compensam.

Como todos os estimadores se mostraram significativos ao nível de significância de 1%, alguns resultados diferem dos observados para o grupo de famílias com renda per capita líquida das transferências de até R$100,00. A primeira diferença diz respeito ao fato de ter se mostrado significativo o crescimento da proporção de crianças que estudam e trabalham. A segunda, e mais importante, diz respeito à proporção de crianças e adolescentes que trabalham na família e a proporção de crianças e adolescentes que estudam. Os efeitos combinados entre a proporção de crianças e adolescentes que apenas trabalham e a proporção das que trabalham e estudam tendem a se compensar de modo que o PBF não imputa em qualquer mudança na proporção de crianças e adolescentes que trabalham, embora o programa transforme a realidade das crianças e adolescentes quando reduz a incidência das que apenas trabalham na família e quando eleva sua presença nas escolas. Da mesma forma, a proporção das crianças e adolescentes que estudam, graças ao crescimento da proporção das crianças e adolescentes que apenas estudam e da proporção das que estudam e trabalham, cresce cerca de cinco pontos percentuais na família.

Quanto às magnitudes dos efeitos do PBF sobre as variáveis de interesse, é de se esperar que os efeitos para o grupo de famílias cuja renda per capita é inferior a R$300,00 sejam menos pronunciados do que para o grupo de famílias menos abastadas devido ao foco do programa sobre as famílias em piores condições de renda. De fato, observa-se que, em resposta ao programa, a proporção média de crianças e adolescentes que apenas estudam na família cresce 3,4 pontos percentuais, a proporção das que estudam e trabalham ao mesmo tempo cresce 1,5 pontos, a proporção das que apenas trabalham decresce 1,3 pontos percentuais e a proporção de crianças inativas decresce 3,5 pontos percentuais. Em termos percentuais, a proporção de crianças e adolescentes que apenas estudam na família cresce 4,47% em resposta ao PBF, enquanto a proporção de crianças e adolescentes que estudam e trabalham na família cresce 15%, a proporção de crianças e adolescentes que apenas trabalham na família decresce 28% e a proporção de inativos decresce 38%. Em suma, estes resultados apresentaram sentido semelhante aos observados para o grupo de famílias menos

abastados, mas também indicam que os efeitos do PBF são menos incisivos quando se levam em conta famílias com renda familiar per capita mais elevada.

A concessão de benefícios às famílias sob a condição de manterem seus filhos na escola, portanto, não é suficiente para fazer com que as famílias afastem seus filhos de modo definitivo de atividades de trabalho, embora eleve sua presença na escola e reduza a proporção de crianças e adolescentes que somente trabalham na família. Ou seja, os benefícios monetários favorecem a redução do tempo dedicado ao trabalho pelas crianças e adolescentes, embora haja espaço para que se cônjuge trabalho e escola. A fraqueza do programa consiste na incapacidade deste programa elevar os recursos culturais, sociais e econômicos à disposição das famílias, de forma que estas últimas passem a valorizar a necessidade de preservar seus filhos do contato com o mundo dos adultos e, ao mesmo tempo, manter suas crianças e adolescentes na escola. Embora apresente resultados positivos, tal como a elevação da proporção de crianças e adolescentes que estudam na família, o programa ainda necessita de ações articuladas e que favoreçam a elevação da disposição destes recursos e que também garantam às famílias a supressão das privações e a possibilidade de levarem um estilo de vida longevo.

3.4.4 Análise dos efeitos de variáveis não observáveis sobre o ATT

A robustez dos resultados apresentados no tópico anterior depende de como variáveis não observáveis influem sobre a decisão de as famílias em participar do programa e como elas também afetam o resultado. Em muitas circunstâncias, no entanto, a presença de variáveis omitidas pode influir sobre a decisão de as famílias aderirem ao programa, mas não afetam os resultados. Quando isto ocorre, os resultados obtidos para os estimadores do ATT são tidos como robustos.

O objetivo da análise de sensibilidade é afirmar "o 'quanto' de viés de seleção deverá estar presente a fim de tornar aceitável a hipótese nula de que não há efeito de tratamento" (RESENDE, 2006, p. 85). Utilizaremos neste tópico o método dos limites de Rosenbaum.

Levemos em conta o fato de que a probabilidade para uma família qualquer seja dada por um conjunto de características observáveis mais outras características não observáveis pelo pesquisador. Quanto maior for o efeito destas características não observáveis sobre a decisão das famílias em aderirem ao programa, maiores as chances para que não se rejeite a hipótese nula de que o tratamento não exerce nenhum efeito sobre as variáveis de interesse (DIPRETE & GANGL, 2004). Em nosso caso específico, quanto mais presente forem os efeitos de

características não observáveis, maiores as chances de que o PBF não exerça qualquer efeito sobre a forma como a escola e o trabalho estará presentes nas trajetórias de crianças e adolescentes.

A tabela 29 e 30 abaixo apresenta os resultados da análise de sensibilidade a partir dos limites de Rosenbaum. Para as variáveis propest e propesttrab, foram utilizados os valores-p para o teste da hipótese nula de que o ATT para estas duas variáveis é menor ou igual a zero, enquanto, para as variáveis proptrab e propinat, utilizamos os valores-p para o teste de que o efeito do programa neste caso é maior ou igual a zero.

Tabela 29 – Análise de sensibilidade para as variáveis de resultado yfamlqpc ≤ R$100,00

Variáveis	Γ	p-crítico
propest	1	0,000
	1,1	0,060
	1,2	0,852
propesttrab	1	0,000
	1,1	0,000
	1,2	0,016
	1,3	0,376
proptrab	1	0,000
	1,1	0,000
	1,2	0,005
	1,3	0,084
propinat	1	0,000
	1,1	0,000
	1,2	0,000
	1,3	0,003
	1,4	0,123

*Fonte: PNAD (Elaboração Própria)

Tabela 30 – Análise de sensibilidade para as variáveis de resultado yfamlqpc ≤ R$300,00

Variáveis	Γ	p-crítico
propest	1	0,000
	1,1	0,000
	1,2	0,015
	1,3	0,893
propesttrab	1	0,000
	1,1	0,024
	1,2	0,826
proptrab	1	0,000
	1,1	0,000
	1,2	0,000
	1,3	0,012
	1,4	0,282
propinat	1	0,000
	1,1	0,000
	1,2	0,000
	1,3	0,000
	1,4	0,000
	1,5	0,008
	1,6	0,275

*Fonte: PNAD (Elaboração Própria)

Os resultados apresentados nas tabelas acima denotam que os estimadores obtidos no tópico anterior para as variáveis de resposta são consistentes. Tomando o limite de significância de 10%, utilizado também para fins de observar os efeitos do PBF sobre as variáveis de interesse, seria necessário que uma variável não observável afetasse a probabilidade de participação em 20% para que o efeito do programa sobre a proporção média de crianças e adolescentes que apenas estudam na família deixasse de ser estatisticamente significante para as famílias cuja renda per capita líquida das transferências é inferior a R$100,00. Para o grupo de famílias com renda per capita de até R$300,00, a presença de variáveis não observáveis deveria ser capaz de elevar a probabilidade de participação em 30%

para que o efeito do programa sobre a proporção de crianças e adolescentes que apenas estudam deixasse de ser significante.

Ainda, os resultados se mostraram mais robustos principalmente para a proporção de inativos de ambos os grupos de famílias. Para que o efeito do PBF sobre esta variável deixasse de ser significativo para o grupo de famílias cuja renda per capita era inferior a R$100,00, a presença de variáveis não observáveis deveria elevar a probabilidade de participação em 40%. Já para o grupo de famílias com renda per capita líquida das transferências inferior a R$300,00, o efeito de características não observáveis deveria aumentar as chances de participação em 60% para que o efeito do programa sobre a proporção de inativos deixasse de ser estatisticamente significativo.

Com base nos resultados alcançados após a aplicação do PEP sobre o grupo de famílias de interesse, observamos que as transferências condicionadas do PBF foram capazes de elevar a proporção de crianças e adolescentes que apenas estudam e de reduzir a proporção de crianças e adolescentes que trabalham exclusivamente e a proporção de crianças e adolescentes inativos tanto no grupo de famílias cuja renda per capita era de, no máximo, R$100,00 e cuja renda per capita era de R$300,00. Estes efeitos foram mais evidentes entre as famílias beneficiadas menos abastadas, onde a proporção de crianças e adolescentes que estudavam exclusivamente se elevou em 7,26%, a proporção de crianças e adolescentes que apenas trabalhavam reduziu em 48,21% e a proporção de crianças e adolescentes que estudam e trabalham simultaneamente na família não se alterou de modo significativo. Já para o grupo de famílias com renda per capita de até R$300,00, a proporção de crianças e adolescentes que apenas estudam na família e a proporção de crianças e adolescentes que estudam e trabalham cresceu 4,47% e 15% respectivamente, a proporção de crianças e adolescentes que apenas trabalham na família reduziu em 28%. Para este último, a redução da proporção de crianças e adolescentes que trabalham exclusivamente acompanhou a elevação da proporção de crianças e adolescentes que trabalham e estudam na família, de forma que ambos os efeitos acabam por se compensar (Tabela 28).

Em suma, a presença do Programa Bolsa Família é importante por reduzir a proporção de crianças e adolescentes que apenas trabalham e por elevar a proporção de crianças que apenas estudam na família, de modo que seu efeito positivo consiste na capacidade em transforma a realidade das crianças e adolescentes trabalhadores de modo decisivo. Mesmo sob a presença do programa, 13,8% das crianças e adolescentes nas famílias cuja renda per capita não ultrapassa R$100,00 e 15,1% das crianças e adolescentes do grupo de famílias cuja renda per

capita é inferior a R$300,00 ainda exercem algum tipo de trabalho, resultado este que ocorre porque o programa não afeta a proporção de crianças e adolescentes que realizam o trabalho como atividade complementar nas famílias menos abastadas e porque a proporção de crianças e adolescentes que trabalham e estudam nas famílias componentes do grupo de maior renda per capita cresce em resposta ao programa. Assim, concluímos que o enfoque dado pelo programa à renda familiar produz resultados positivos, pois as crianças e adolescentes que antes apenas trabalhavam ou estavam inativos na família agora freqüentam a escola. Por outro lado, os resultados positivos do programa são atenuados pelo fato de as crianças e adolescentes permanecerem exercendo o trabalho como atividade complementar à escola, de forma que uma proporção elevada de crianças e adolescentes ainda trabalham nas famílias, mesmo sob a presença do programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enumeramos, no primeiro capítulo desta dissertação, diversas causas para que as crianças e adolescentes se envolvam em atividades de trabalho ao invés de realizarem atividades mais adequadas à infância e adolescência. De modo geral, as razões que levam crianças e adolescentes a trabalharem estão relacionadas com as privações as quais suas famílias estão submetidas, privações estas que estão relacionadas às restritas capacidades de que estas famílias dispõem para levar uma vida boa e longeva (SEN, 2000). As famílias que enfrentam privações não dispõem de recursos capazes de favorecer a emergência de um "sentimento de infância", ou seja, não desfrutam da compreensão de que as crianças e adolescentes vivem um estágio particular de suas vidas e que, por isto, precisam fazer proveito deste estágio para que desenvolvam capacidades essenciais que lhes permitam obter resultados valiosos quando adultas.

O trabalho nestes estágios da vida representa um contato precipitado com o mundo dos adultos na medida em que cerceia o tempo que elas dispõem para se dedicarem aos estudos, às brincadeiras e outras atividades consideradas em nossa sociedade contemporânea como próprias da infância e da adolescência. Em outras palavras, o trabalho nestes estágios da vida acaba por encurtar o período de infância e da adolescência, com conseqüências negativas sobre suas capacidades tanto para obter resultados econômicos favoráveis quanto para desfrutar dos serviços básicos, para exercer suas liberdades cíveis e políticas, para desfrutar de relações transparentes com outrem e para evitar circunstâncias de vulnerabilidade social.

Em 2007, no Brasil, 5,9 milhões de crianças e adolescentes tinham suas capacidades restringidas por exercerem atividades de trabalho, ou seja, 12,8% do total das crianças e adolescentes trabalhavam. Além do que, 3,5 milhões de crianças e adolescentes, 60,3% do total das crianças trabalhadoras, exerciam jornadas de trabalho superiores a 20 horas semanais. O trabalho em si traz diversos prejuízos e limitações para o exercício pleno das atividades que envolvem a infância e adolescência, contudo uma jornada de trabalho elevada gera impedimentos que podem eliminar a possibilidade de contato inclusive com as atividades escolares.

Esta dissertação investigou o impacto do Programa Bolsa-Família sobre o trabalho infanto-juvenil. De modo específico, o objetivo proposto para este trabalho foi observar se o PBF contribuiu para reduzir o exercício de trabalho de crianças e adolescentes no Brasil. Embora o PBF não tenha a finalidade de eliminar a incidência de trabalho por parte das crianças e

adolescentes, o fato de este programa conceder benefícios monetários a fim de elevar a renda familiar e de exigir, como contrapartida para o recebimento dos benefícios, que as crianças e adolescentes em idade escolar freqüentem a escola poderia resultar em menor incidência de trabalho infanto-juvenil porque os benefícios poderiam melhorar as condições de subsistência das famílias e a presença obrigatória das crianças e adolescentes na escola reduz as horas disponíveis para o exercício de trabalho.

A fim de proceder tal análise, utilizamos o Pareamento pelo Escore de Propensão (PEP). Esta metodologia consiste no estabelecimento de pares entre os resultados observados para as famílias que participam do PBF e os resultados para as famílias não participantes de acordo com a proximidade entre as probabilidades de que estas famílias participem do PBF, dadas as características relevantes para a participação. Com base nos resultados oriundos da aplicação desta metodologia, observamos que, para o grupo de famílias cuja renda per capita líquida das transferências do PBF é inferior a R$100,00, a proporção de crianças e adolescentes que apenas estudam na família se elevam, enquanto a proporção de crianças e adolescentes que apenas trabalham na família e a proporção de crianças e adolescentes inativas na família diminuem em resposta ao programa. Para este grupo de famílias, o programa não produziu efeitos significativos sobre a proporção de crianças e adolescentes que estudam e trabalham na família. No que diz respeito aos resultados para o grupo de famílias cuja renda per capita não ultrapassa R$300,00, a proporção de crianças e adolescentes que estudam exclusivamente na família e a proporção de crianças e adolescentes que estudam e trabalham simultaneamente na família se elevam, enquanto a proporção de crianças e adolescentes que apenas trabalham e a proporção de crianças e adolescentes inativos na família diminuem em resposta ao programa. Estes resultados coadunam com os resultados obtidos por Ferreira, Bourguignon e Leite (2002), Cardoso e Souza (2004) e Cacciamali, Tatei e Batista (2008).

Os resultados apontam os limites e alcances da contribuição do Programa Bolsa Família na redução do trabalho infanto-juvenil. A ociosidade e a incidência de crianças e adolescentes que apenas trabalham na família diminuem, enquanto a proporção de crianças e adolescentes que apenas estudam na família se eleva em resposta ao programa. Este é um fator positivo porque mostra que a concessão de benefícios monetários às famílias em troca da elevação da freqüência escolar de seus filhos afeta de modo decisivo a realidade das crianças e adolescentes, principalmente quando se leva em conta que as crianças e adolescentes deixam de apenas trabalhar ou de se manterem ociosos e passam a estarem mais presentes na escola, lócus onde podem realizar atividades que concernem com o estágio da vida em que estão.

Por outro lado, o fato de a incidência de crianças e adolescentes que estudam e trabalham simultaneamente na família não ter se alterado para as famílias menos abastadas e, até mesmo, aumentado em resposta ao programa como no caso das famílias com renda per capita de até R$300,00 evidencia os limites do PBF para redução do trabalho nessa etapa da vida. De fato, o programa apresenta dificuldades em reduzir de modo decisivo a incidência de trabalho infanto-juvenil nas famílias inclusive porque a incidência de crianças e adolescentes que trabalham e estudam pode aumentar em resposta ao programa do que a freqüência à escola por parte dos beneficiários. O trabalho conjugado com a freqüência escolar pode prejudicar o desempenho escolar das crianças e adolescentes, além de reduzir o tempo para brincadeiras e outras atividades que integram a infância e a adolescência e que também são importantes para o desenvolvimento da criança e do adolescente.

As limitações do PBF apontadas no parágrafo anterior poderiam ser atenuadas caso o programa incluísse, em suas condicionalidades, a exigência de uma jornada escolar estendida (CACCIAMALI, TATEI, & BATISTA, 2008, p. 88). Apesar disto, esta iniciativa não seria suficiente para reduzir a incidência de trabalho infanto-juvenil porque o exercício do trabalho por parte de crianças e adolescentes emerge em virtude das privações de recursos culturais, sociais e econômicos a que as famílias vivenciam. Para que o PBF supere suas dificuldades é necessário que o programa estabeleça elos com outras iniciativas capazes de responder às demais razões para que crianças e adolescentes trabalhem. Ou seja, resultados mais efetivos exigem que se estabeleçam ações articuladas entre o PBF e demais iniciativas para que se dê conta dos determinantes do trabalho infanto-juvenil. É crucial inclusive a implementação de políticas públicas que sensibilizem as famílias com reduzido capital cultural para a importância da vida escolar.

Conforme se depreende a partir do panorama traçado por Kassouf e Ferro (2005), influir sobre a proporção de adolescentes que trabalham através dos benefícios monetários concedidos pelo programa é difícil porque o custo de oportunidade para que os adolescentes reduzam as horas trabalhadas parcialmente ou totalmente, custos estes representados pelos ganhos que os adolescentes deixam de obter através do trabalho, são relevantes. A fim de superar esta dificuldade, em junho de 2008[1] o governo federal expandiu a cobertura do programa e elevou o montante dos benefícios. Os benefícios concedidos por criança (até o limite de três crianças) passaram de R$15,00 para R$18,00, assim como o benefício básico passou de R$50,00 para R$58,00. O limite de renda per capita para que as famílias possam

[1] Lei nº 11.692 de 10 de junho de 2008

pleitear sua participação no programa passou de R$100,00 para R$120,00, enquanto o limite de renda per capita para que a família participante receba o benefício básico passou de R$50,00 para R$60,00. A principal novidade do programa, contudo, é a concessão de benefícios monetários no valor de R$30,00 para adolescentes de 16 e 17 anos, podendo ser concedido para até dois adolescentes por família.

Com base nestas novas características, o montante total em benefícios que as famílias podem receber passou de R$95,00[2] para R$172,00[3], aumento de 81,05% no montante concedido. Essas alterações no PBF estão na direção correta na medida em que estende a faixa etária de cobertura do programa, porém não eleva o valor monetário pago para um adolescente de 14 anos de idade que certamente tem um custo de oportunidade distinto de uma criança de 8 anos. Ademais, o PBF não se encontra articulado com outros programas e ações que são importantes para assegurar a permanência das crianças e adolescentes na escola e a eliminação do trabalho infanto-juvenil.

[2] Este valor é calculado levando em conta uma família com renda per capita inferior a R$50,00 e que possua três crianças em idade escolar e participando do programa.

[3] Este valor é calculado considerando uma família com renda per capita inferior a R$60,00 e que possua três crianças com idades entre seis e quinze anos e dois adolescentes com idades entre 16 e 17 anos participantes do programa.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Henrique. **Bolsa escola:** educação para enfrentar a pobreza. Brasília: UNESCO, 2002

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** 2 ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ATTANASIO, Orazio; MEGHIR, Costas; SANTIAGO, Ana. **Education choices in Mexico:** using a structural model to evaluate Progresa. Londres: Institute for Fiscal Studies, 2005.

AZEVÊDO, José Sérgio Gabrielli; MENEZES, Antônio Wilson Ferreira; FERNANDES, Cláudia Monteiro. **Fora de lugar:** crianças e adolescentes no mercado de trabalho. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 2000.

BASU, Kaushik. Child labor and the Law: notes on possible pathologies. **Economic letters.** Vol. 87, pp. 169-174. 2005.

BASU, Kaushik. Child labor: cause, consequence and cure with remarks on international labor standards. **Journal of Economic Literature.** pp. 1083-1119. 1999. V. XXXVII.

BOURDIEU, Pierre. **O capital social - notas provisórias.** In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de Educação.** Petrópolis: Vozes, 1998. pp. 65-70.

_____. **Os três estados do capital cultural.** In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de Educação.** Petrópolis: Vozes, 1998. pp. 71-80.

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998**. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. Disponível em < http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/30/1998/20.htm>. Acesso em 9 de junho de 2008.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente (1990). **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991**. 3 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

BRASIL. **Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm> Acesso em 15 de janeiro de 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de erradicação do trabalho infantil (PETI).** Disponível em <http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-especial/programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-peti>. Acesso em 29 de setembro de 2008.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio; FERREIRA BATISTA, Natália Nunes. **Pobreza, trabalho infantil e programa bolsa família.** In: CACCIAMALI, Maria Cristina; JOSÉ SILVA, Maria de Fátima (Orgs.). **A construção da igualdade de gênero e raça na América latina do século XXI:** o caso do Brasil. São Carlos: Suprema, 2008. pp. 81-114.

_____; BRAGA, Thaiz. **Política e ações para o combate ao trabalho infantil no Brasil.** In: CACCIAMALI, Maria Cristina; CHAHAD, José Paulo Zeetano (Orgs.). **Mercado de trabalho no Brasil:** novas práticas trabalhistas, negociações coletivas e direitos fundamentais no trabalho. São Paulo: LTr, 2003. p. 395-432.

CALIENDO, Marco; KOPEINIG, Sabine. S**ome practical guidance for the implementation of propensity score matching.** Bonn: IZA, 2005. (Discussion paper nº 1588).

CARDOSO, Adalberto. Transições da escola para o trabalho no Brasil: persistência da desigualdade e frustração das expectativas. Dados - **Revista de ciências sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, nº 3, 2008. pp. 569-616.

CARDOSO, Eliana; SOUZA, André Portela. **The impact of cash transfers on child labor and school attendance in Brazil.** Nashville: Vanderbilt University, 2004.

DIPRETE, Thomas; GANGL, Markus. **Assessing bias in the estimation of causal effects:** rosenbaum bounds on matching estimators and instrumental variables estimation with imperfect instruments. Disponível em < http://www.wjh.harvard.edu/~cwinship/cfa_papers/HBprop_021204.pdf>. Acesso em 5 de maio de 2009.

FERREIRA, Francisco; BOURGUIGNON, François; LEITE, Phillippe. **Ex-ante evaluation of conditional cash transfers programs:** the case of bolsa escola. Disponível em < http://www.wdi.umich.edu/files/Publications/WorkingPapers/wp516.pdf>. Acesso em 8 de janeiro de 2008.

GOMES, Jerusa Vieira. **Jovens urbanos pobres:** anotações sobre escolaridade e emprego. Disponível em < http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_07_JERUSA_VIEIRA_GOMES.pdf>. Acesso em 16 de outubro de 2008.

HASENBALG, Carlos. **A distribuição de recursos familiares.** In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle (Orgs.). **Origens e destinos:** desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. pp. 55-83.

_____, _____. **Primeira infância.** In. HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle (Orgs.). **Origens e destinos:** desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. pp. 85-104.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (Belgium). The end of child labor: within reach. **Report of the director-general.** Geneva: ILO, 2006.

KASSOUF, Ana Lúcia; FERRO, Andréa Rodrigues. Avaliação de impacto dos programas de bolsa escola no trabalho infantil no Brasil. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 35, nº 3, p. 417-444, 2005.

LAVINAS, Lena. **Pobreza e exclusão:** traduções regionais de duas categorias da prática. In: LAVINAS, Lena. **Pobreza, desigualdade e exclusão:** contextos atuais. São Paulo: Rede Urb-AL 10, 2003.

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Thiago; SOARES, Fábio Veras. **Programas focalizados de transferência de renda:** contribuições para o debate. Rio de Janeiro: IPEA, 2007 (Texto para discussão nº 1283)

NEDER, Henrique Dantas. **Amostragem em pesquisas socioeconômicas.** Campinas: Alínea, 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 182 sobre proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.** Genebra, 1999.

_____. **Convenção nº 138 sobre idade mínima para admissão a emprego.** Genebra, 1973.

PEREIRA, Potyara Aparecida. **Necessidades humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PORTUGAL, Luciana Vergara Ferreira. **O trabalho infantil e o PETI na área urbana do Rio de Janeiro.** 2007. 158 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RESENDE, Anne Caroline Costa. **Avaliando resultados de um programa de transferência de renda:** o impacto do bolsa escola sobre os gastos das famílias brasileiras. 2006. 127 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

RIZZINI, Irma. **Pequenos trabalhadores do Brasil.** In. DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil.** 6 ed. São Paulo: Contexto, 2007. pp. 376-406.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, Sergei et al. **Programas de transferência condicionada de renda no Brasil, Chile e México:** impactos sobre a desigualdade. Rio de Janeiro: IPEA, 2007 (Textos para discussão nº 1293).

TOWNSEND, Peter. **The international analysis of poverty.** [S.l.]: Harvester Wheatsheaf, 1993.

VALLADARES, Lícia do Prado. **Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil.** In: BOSCHI, Renato. **Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil.** Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991. pp. 81-112.

WOOLDRIDGE, Jeffrey. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna.** Tradução de Rogério César de Souza; José Antônio Ferreira. São Paulo: Pioneira, 2006.

APÊNDICE A – Resultados observados após a aplicação do Pareamento pelo Escore de Propensão (PEP) para todos os algoritmos

Tabela 31 – Estimador para o efeito médio do tratamento sobre o tratado (ATT) yfamlqpc ≤ R$100,00

Variável de Resposta	Algoritmo					
	Vizinho mais Próximo	Cinco Vizinhos mais Próximos	Vizinho mais Próximo (Sem Reposição)	Regressão Linear Local	Radial	Densidade Kernel
propest	**0,053**	**0,053**	**0,053**	**0,043**	**0,061**	**0,040**
t	4,974*	7,029*	4,726*	7,737*	2,801*	6,548*
propesttrab	**0,009**	**0,009**	**0,009**	**0,019**	**0,011**	**0,022**
t	1,299	1,129	1,519	3,650*	0,802	4,908*
proptrab	**-0,027**	**-0,027**	**-0,027**	**-0,020**	**-0,011**	**-0,018**
t	-9,371*	-6,901*	-6,428*	-6,503*	-1,173	-5,919*
propinat	**-0,035**	**-0,035**	**-0,035**	**-0,042**	**-0,061**	**-0,044**
t	-7,509*	-6,246*	-5,830*	-9,124*	-4,317*	-14,035*

* Significativo a 1%

** Significativo a 5%

Tabela 32 – Estimador para o efeito médio do tratamento sobre o tratado (ATT)

yfamlqpc ≤ R$300,00

Variável de Resposta	Algoritmo					
	Vizinho mais Próximo	Cinco Vizinhos mais Próximos	Vizinho mais Próximo (Sem Reposição)	Regressão Linear Local	Radial	Densidade Kernel
propest	**0,034**	**0,034**	**0,034**	**0,032**	**0,034**	**0,032**
t	7,055*	7,310*	5,693*	9,527*	3,571*	8,443*
propesttrab	**0,015**	**0,015**	**0,015**	**0,019**	**0,011**	**0,021**
t	3,762*	3,135*	4,379*	7,749*	2,037**	7,288*
proptrab	**-0,013**	**-0,013**	**-0,013**	**-0,014**	**-0,010**	**-0,014**
t	-5,138*	-5,066*	-6,050*	-8,339*	-2,812*	-8,653*
propinat	**-0,035**	**-0,035**	**-0,035**	**-0,038**	**-0,035**	**-0,039**
t	-9,281*	-11,211*	-10,137*	-14,315*	-7,064*	-12,882*

* Significativo a 1%

** Significativo a 5%